

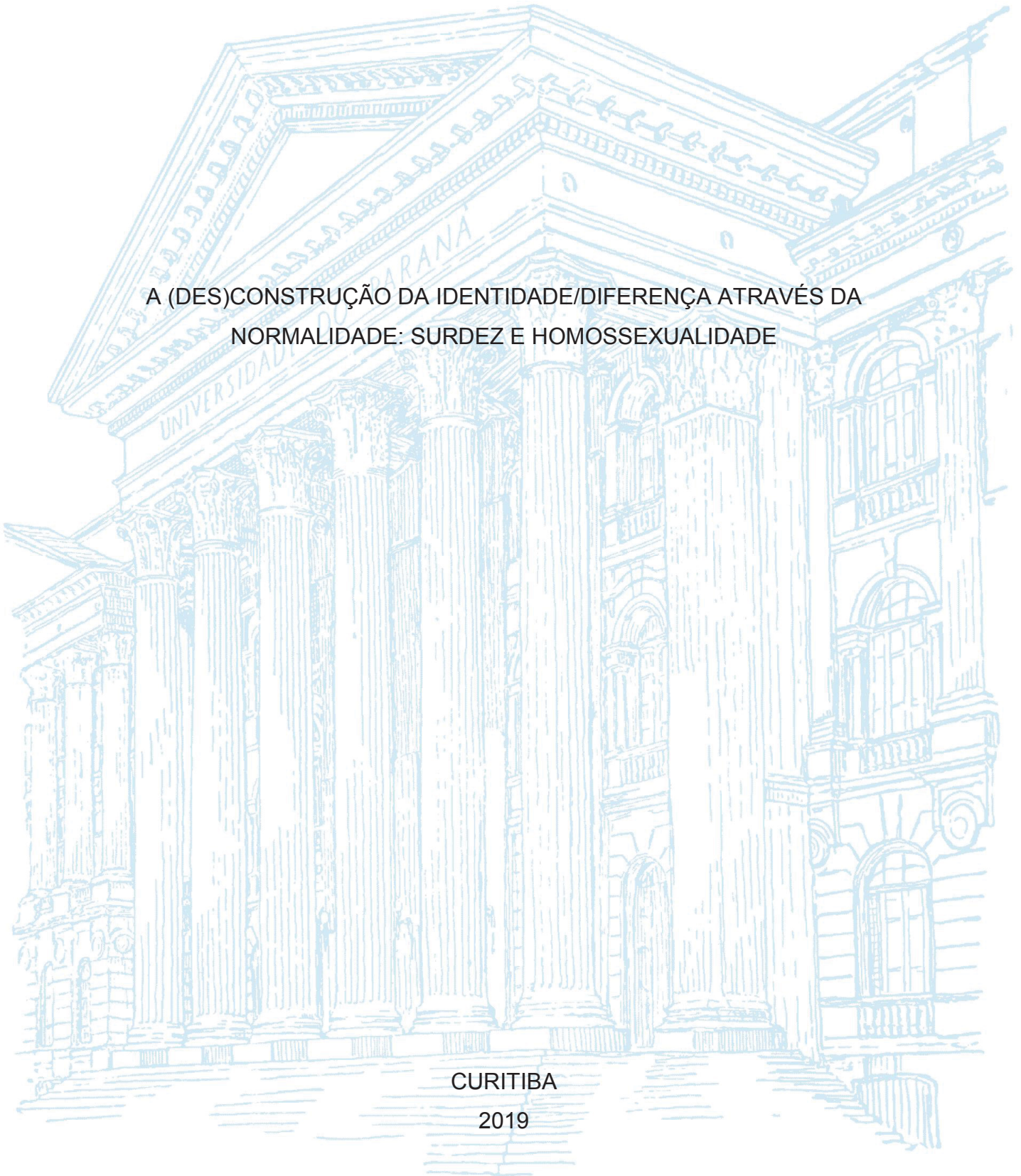
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

THIAGO BOAVENTURA

A (DES)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE/DIFERENÇA ATRAVÉS DA  
NORMALIDADE: SURDEZ E HOMOSSEXUALIDADE

CURITIBA

2019



THIAGO BOAVENTURA

A (DES)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE/DIFERENÇA ATRAVÉS DA  
NORMALIDADE: SURDEZ E HOMOSSEXUALIDADE

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação na linha de pesquisa: Educação, Diversidade, Diferença e Desigualdade Social, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação

Orientadora: Profa. Dra. Sueli Fernandes  
Coorientador: Prof. Dr. Jamil Cabral Sierra

CURITIBA

2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de  
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças  
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584

Boaventura, Thiago.

A (des)construção da identidade/diferença através da normalidade :  
surdez e homossexualidade / Thiago Boaventura. – Curitiba, 2019.  
137 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de  
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sueli Fernandes

Coorientador: Prof. Dr. Jamil Cabral Sierra

1. Homossexualidade. 2. Surdos – Cidadania . 3. Surdos –  
Identidade. 4. Surdos – Interação social. I. Título. II. Universidade  
Federal do Paraná.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -  
40001016001P0


### TERMO DE APROVAÇÃO


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **THIAGO BOAVENTURA**, intitulada: **A (DES)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE/DIFERENÇA ATRAVÉS DA NORMALIDADE: SURDEZ E HOMOSSEXUALIDADE**, sob orientação da Profa. Dra. SUELI DE FATIMA FERNANDES, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 27 de Setembro de 2019.

  
SUELI DE FATIMA FERNANDES  
Presidente da Banca Examinadora

  
SILVIA ANDREIS WITKOSKI  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA  
FEDERAL DO PARANÁ)

  
JUSLAINE DE FATIMA ABREU NOGUEIRA  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
PARANÁ)

Dedico ao meu filho Miguel, razão de toda minha luta e verdadeiro significado de amor. À minha família e à luta de todos os surdos e pessoas LGBT's que inspiraram essa produção.

*“Presentemente eu posso me  
considerar um sujeito de sorte  
Porque apesar de muito moço me sinto  
são e salvo e forte  
E tenho comigo pensado, Deus é  
brasileiro e anda do meu lado  
E assim já não posso sofrer no ano  
passado.  
Tenho sangrado demais, tenho  
chorado pra cachorro.  
Ano passado eu morri, mas esse ano  
eu não morro.”*

**Belchior**



## AGRADECIMENTOS

A **Deus**, pelo dom da vida, por permitir que eu esteja vivo e capaz de vivenciar a experiência de ser pesquisador em uma instituição Federal e gratuita.

Ao meu filho **Miguel**, por ter sido a razão de buscar uma formação melhor e quem sabe assim, oferecer um futuro melhor para nós dois. Por ser uma criança incrível, por todas as vezes que sentou ao meu lado para brincar, enquanto eu me dedicava a essa produção.

À minha mãe, **Claudete Boaventura**, mulher, filha de indígenas, e ao meu pai **Valdeci Boaventura**, homem negro, ambos de origem pobre. Meus primeiros professores, que me educaram para sonhar e realizar, mesmo sem condições, deram o principal, amor e carinho. Eles me disseram que se eu estudasse muito seria um grande homem, mal eles sabem que grande foram eles, ao mostrar com exemplos e atitudes o caminho da luta, concluindo o ensino médio quando eu já era adolescente e, através do trabalho de ambos, hoje eu e meus irmãos tivemos acesso ao ensino superior.

Aos meus irmãos **Felipe** e **Evelyn** que sempre me ouviram, me apoiaram, ajudaram na transcrição de algumas entrevistas e ajudaram a cuidar do meu filho Miguel nos dias de escrita.

À minha orientadora, **Sueli Fernandes**, primeiramente pela mulher importante nas lutas da comunidade surda e por sua coragem em aceitar o desafio de desbravar um novo caminho teórico, pela confiança, compromisso, por sua exigência que certamente me direcionaram para a conclusão desse sonho/pesquisa, e, principalmente, por abrir portas para todos seus orientandos através de suas produções.

Ao meu coorientador, **Jamil Cabral Sierra**, por contribuir de forma efetiva, atenciosa e objetiva para a construção e conclusão dessa pesquisa.

À banca examinadora **Juslaine Abreu-Nogueira** e **Silvia Andreis Witkoski** por serem mulheres pesquisadoras inspiradoras, por demonstrarem carinho ao meu processo de produção, por suas contribuições fundamentais para esse trabalho.

À **Amanda Regina da Silva**, mulher, pesquisadora, surda e minha amiga que sempre me ensinou sobre a cultura surda.

Aos professores **Marcio Caetano**, **Alexsandro Rodrigues** e **Megg Rayara Gomes de Oliveira**, que realizaram apontamentos e provocações em 2017, que reverberam na presente produção.

À professora **Laura Ceretta Moreira**, por inspirar minha vida com seu profissionalismo, dinamismo e por ter me ensinado os caminhos para chegar até a seleção deste mestrado.

À coordenadora do curso de Pedagogia Unifacear **Viviane Barbosa** e ao Diretor **Elson Ribeiro** do Colégio Estadual Nirlei Medeiros, ambos meus gestores, sempre flexibilizaram minhas 50 horas semanais de trabalho para que eu pudesse cumprir os créditos do programa.

Às minhas amigas **Taty, Jack, Elisiane, Telma, Vivian, Mariana, Fernanda, Taís, Adriane** (minha revisora/amiga), e **Jhully** por aguentar minhas problematizações, minhas ausências, e seja, de longe ou de perto, sempre me passaram conforto e o apoio de que diversas vezes foram determinantes para os dias difíceis.

Ao meu amigo/companheiro **Emerson** por me motivar e apoiar na revisão final desta pesquisa.

Aos alunos do Estado e do Centro Universitário Unifacear, por demonstrar carinho, respeito e apoio por esse momento acadêmico.

A toda turma Dandara da linha Educação: Diversidade, Diferença e Desigualdade Social (PPGE/UFPR), em especial, à **Karina Veiga, Cheila de Mello, Agnes Vilseki, Graciele Lehnem, Sara Brown e Pamela Cristina** pela amizade, apoio e humanizar esse processo tão sério e importante e principalmente às duas manas “bichas-pretas” que me ensinaram muito nesse mestrado, **Rhaul de Lemos e Fábio Carvalho**.

A todos os **surdos e pessoas LGBT's** que tiveram suas existências violentadas pelos padrões da sociedade.



## RESUMO

O campo de pesquisas envolvendo os surdos e a surdez tem sido responsável por inúmeras produções, em diferentes áreas do conhecimento, na perspectiva dos Estudos Surdos em Educação. Esse cenário é responsável por contextualizar o tema de estudo desta pesquisa: a investigação sobre a conexão entre a surdez e a homossexualidade a partir da construção da norma(lidade) e da operação de mecanismos de normalização que atravessam as experiências vivenciadas por surdos gays, de forma a aproximar, conhecer e compreender esses dois fenômenos que atravessam a identidade surda gay. O objetivo principal deste estudo pretendeu compreender como foram construídos os discursos normalizadores e problematizar seus desdobramentos na surdez e na homossexualidade na contemporaneidade. Os dados empíricos foram produzidos a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com quatro surdos que se declaram gays, com idade entre 25 e 50 anos, usuários da língua de sinais, que relataram experiências na família e na escola. A análise do material empírico resultou em três categorias analíticas: (i) o espelho da norma como estratégia de normalização; (ii) a medicalização das identidades surdas como estratégias de normalização; e (iii) a instituição familiar como polícia da sexualidade e das identidades surdas, discutidas a partir do aporte teórico dos Estudos Culturais, Estudos Surdos e Estudos de Gênero e Sexualidade. Os relatos refletem práticas de subjetivação vivenciadas pelos surdos gays marcadas pela subordinação a padrões de normalidade social aceitáveis, condicionados pela dupla dimensão da cultura ouvinte e da heteronormatividade. Os discursos patológicos/medicalizantes que circulam socialmente na escola e na família operam como mecanismo de controle, disciplinamento e regulação da diferença linguística/sexual dos surdos gays, acentuando processos de subordinação e marginalização por meio das práticas homofóbicas e ouvintistas.

Palavras-chave: Surdo Gay. Surdez. Homossexualidade. Normalidade

## ABSTRACT

The research field involving deaf and deafness has been responsible for a great number of productions in different areas of knowledge focusing in Deaf Studies in Education. This scenery is responsible for contextualizing the study theme of this research: the investigation about a possible connection between deafness and homosexuality beginning from the construction of normality as well as from the operation of mechanisms of normalization that crossed the experiences lived on by the deaf gays so as to approach, to know, and understand these two phenomenon that cross the deaf gay identity. The main objective of this study had the intention of understanding how the normalized discourses have been developed and also inquiring its development in deafness and in homosexuality at present days. The empiric data have been developed from semi structured interview realized with four deaf who have declared themselves as gays between 25 and 50 years old, who were also users of language signs, and who also related experiences in family and school. The analysis of the empirical material resulted into three analytical categories: (I) the mirror of the rules as regulatory strategy (II) the medication in deaf identities as strategies of normalization (III) the familiar institution as policy of sexuality as well as deaf identities, discussed from the theoretical support of Cultural Studies, Deaf Studies, and Gender and Sexuality Studies. The report reflects practices of subjectivity lived by deaf gays marked by the subordination to patterns of social and normal acceptability adapted to the double dimension of the hearer culture and also to hetero normality. The pathologic discourses/medical that is socially crossed in school and in family work as control mechanisms, discipline, and regulation of the difference in social linguistic of deaf group, emphasizing processes of subordination and also margining through homophobic and audist practices.

Keywords: Gay Deaf. Deafness. Homosexuality. Normality.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: ETAPAS DA REVISÃO SISTEMÁTICA.....	31
FIGURA 2: VÍDEO CAPTADO DO YOUTUBE.....	42
FIGURA 3: VÍDEO ELABORADO PARA A PESQUISA.....	43
FIGURA 4: DEAFHOOD E SEUS DESDOBRAMENTOS .....	66
FIGURA 5: MECANISMOS DE NORMALIZAÇÃO .....	72
FIGURA 6: PRÁTICAS DE NORMALIZAÇÃO.....	74

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: ESTUDOS SELECIONADOS .....	32
TABELA 2: PERSONAGENS QUE REPRESENTAM OS PARTICIPANTES DA PESQUISA .....	39
TABELA 3: IDADE E ESCOLARIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS .....	40
TABELA 4: PLANEJAMENTO DAS ENTREVISTAS.....	42

## **SIGLAS**

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

FURG- universidade Federal do Rio Grande

HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana

LGBT- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros

OMS - Organização Mundial de Saúde

NAPNE- Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais

NUPPES- Núcleo de Pesquisa em Políticas Educacionais para Surdos

PUC-PR Pontifícia Universidade Católica do Paraná

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFPR- Universidade Federal do Paraná

UFES- Universidade Federal do espírito Santo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1 TRAJETÓRIAS DE UM PESQUISADOR.....	15
1.2 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS NA ÁREA: O LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO COMO PROCEDIMENTO DE PESQUISA.....	31
1.3 O PERCURSO METODOLÓGICO.....	37
<b>2 O MULTIFACETAMENTO DAS IDENTIDADES SURDAS .....</b>	<b>49</b>
<b>3 A FABRICAÇÃO HISTÓRICA DA NORMA .....</b>	<b>69</b>
3.1 DESDOBRAMENTOS DA NORMA NA SURDEZ E NA HOMOSSEXUALIDADE.....	85
3.1.1 Desdobramentos da norma nas identidades surdas .....	86
3.1.2 Desdobramentos da norma na sexualidade .....	110
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>126</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>130</b>
<b>APÊNDICE 1 – ROTEIRO DA ENTREVISTA.....</b>	<b>135</b>
<b>ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>136</b>



## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 TRAJETÓRIAS DE UM PESQUISADOR

*“Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes  
 Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes  
 Que nem devia tá aqui (...)  
 Alvos passeando por aí  
 Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes  
 Se isso é sobre vivência, me resumir à sobrevivência  
 É roubar o pouco de bom que vivi  
 Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes  
 Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes  
 É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir.”*

*Emicida*

Conforme proferiu o rapper Emicida, no trecho acima referido, permitam-me que eu fale um pouco da minha história, ela lhe dirá muito sobre quem sou e o encontro entre o mundo da vida e o mundo da ciência.

Findava-se o março ensolarado de 2017, eu, entre outros estudantes, cheios de sonhos na bagagem, era mais um ingresso no Programa de pós-graduação em Educação pela Universidade Federal do Paraná, na linha de pesquisa Diversidade, Diferença e Desigualdade Social com a intenção de fazer pesquisa sobre a Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos, mal sabia que era somente uma intenção.

Os (des)caminhos percorridos não me levaram onde eu pretendia, mas me lançaram ao caminho teórico que eu precisava aprender. Confesso que não havia tido contato com os escritos de Foucault (autor que atravessa meus diálogos na pesquisa), mas acredito que o universo conspira para que as coisas façam sentido. E, sim, esta pesquisa também fala sobre quem sou.

Aconselhado por minha orientadora Sueli Fernandes, participei do Seminário *Interseccionalidades, Pesquisa, Educação e Diversidade*. Recordo-me que foi numa manhã de sexta-feira, no 2º andar do edifício D. Pedro I, Campus Reitoria, que, entre os ouvintes da Mesa Redonda *Travestis, Transexuais, Lésbicas, Gays e a Pesquisa em Educação*, pude presenciar uma

discussão que viria a ser decisiva para a delimitação do meu objeto de pesquisa. Quando os professores Marcio Caetano (FURG), Alexsandro Rodrigues (UFES) e Megg Rayara Gomes de Oliveira (UFPR) estavam finalizando suas considerações sobre o tema, levantou-se a questão da emergência de se desenvolver pesquisas em educação que abordem a homossexualidade em diferentes perspectivas, como por exemplo, a homossexualidade vivenciada por sujeitos de comunidades quilombolas, ou por sujeitos surdos. Foi neste momento que me senti provocado o bastante para mudar de rota e tentar traçar estratégias para atingir o novo objetivo dentro da pesquisa.

Meu lugar de fala<sup>1</sup> parte da minha vivência como professor negro e bissexual, ouvinte e que apoia as lutas da comunidade surda em busca de reconhecimento da sua cultura. Tanto as lutas do movimento surdo<sup>2</sup> quanto às lutas contra homofobia atravessaram e influenciaram a constituição da minha identidade que, por diversas vezes, foi afetada por manifestações de discriminação e preconceito, ora pela minha sexualidade ora por estar com meus amigos e/ou estudantes surdos.

Diante do quadro exposto, aproveito para assumir meu papel de pesquisador ouvinte que escreve sobre a surdez, que procura estabelecer relação de diálogo com os surdos e, assim, poder contribuir para mais uma produção que desconstrua representações limitadas sobre esse grupo cultural.

A presente pesquisa se relaciona com o processo da construção de minha identidade, que ocorreu de maneira muitas vezes sufocada pela moral,

---

<sup>1</sup> Nesse momento estou me referindo ao conceito “lugar de fala”, utilizado por pesquisadores negros, feministas ou LGBT’s, no sentido de confrontar os discursos produzidos por grupos hegemônicos da sociedade. Faço uso do conceito abordado no livro *O que é lugar de fala?* escrito pela pesquisadora e feminista negra Djamila Ribeiro (2017). A autora propõe desestabilizar as narrativas hegemônicas que foram construídas historicamente. Uma vez que, sou negro, professor e bissexual trago uma análise a partir da minha localização nas relações de poder, levando em conta meus marcadores sociais de raça, classe, geração e sexualidade como elementos que interpelaram minha trajetória dentro da estrutura social. Segundo Ribeiro (2017), pensar lugar de fala é uma postura ética, um compromisso social. Diante disso, minha pesquisa está relacionada com as diversas instâncias da vida, reconhecendo-me como sujeito capaz de analisar, criticar e promover a mudança social.

<sup>2</sup> Segundo Perlin (2005) o movimento surdo tem sido caracterizado como local de gestação da política de identidade surda contra a coesão ouvinte, através de lutas que objetivam, entre outras coisas, questionar a natureza ideológica das experiências surdas e descobrir interconexões entre essa comunidade cultural e o contexto social, em geral.

pela escola, pela minha fé e pelos diversos dispositivos da sociedade onde transitei e ainda transito. Identidade sufocada, no sentido de que esses mecanismos conseguiram me convencer a ficar no “armário<sup>3</sup>” por 26 anos, tempo que passei acreditando que a minha sexualidade não tivesse espaço para ser vivenciada.

A forma pela qual a sociedade enxergava a surdez e a homossexualidade refletiu em minha vida pessoal e profissional (como professor e estudante que atuou em programas de inclusão), na maioria das vezes de maneira negativa, uma vez que estas diferenças habitaram os discursos da anormalidade. Ser negro, ser surdo, ser gay, ser fora do padrão hegemônico obrigou diversas pessoas a habitar o lugar do anormal.

Trabalhar com temas referentes aos Estudos Surdos em Educação ainda é, muitas vezes, visto como uma ação caridosa, ou então é recebido com surpresa e desconfiança, por ser um campo relativamente recente nas produções acadêmicas. Esse novo campo de estudo se constitui, segundo Skliar (1998, p. 5), como um programa de pesquisa em educação, em que as identidades, as línguas, os projetos educacionais, a história, a arte, as comunidades e as culturas surdas são focalizadas e entendidas a partir da diferença e do seu reconhecimento político.

Os movimentos sociais, as lutas individuais e a convivência com os surdos e gays influenciaram positivamente a minha vida. Reconheço o fato de que, se hoje atuo como pesquisador, que aborda temáticas na perspectiva da diferença no campo dos estudos culturais, isso resulta justamente desses movimentos de resistência, que vieram antes desta proposta.

Skliar (1999) afirma que a alteridade deficiente é um exemplo da voracidade com que o mundo moderno, sem soluções, inventa e exclui a esses outros. Nesse sentido, é importante que se interrogue os processos incansáveis de se categorizar a surdez unicamente por meio da perspectiva da deficiência, na qual a medicina e a biologia historicamente assumiram o papel de produzir e propagar discursos sobre as vidas de um grupo linguístico/cultural, e que, por diversas vezes, são tratados como tópicos subteorizados.

---

<sup>3</sup> Segundo R. Silva (2016) o armário é uma gíria e significa esconderijo, portanto, quando um gay “está no armário” é porque ele não é assumido e está escondido.

A nomeação dos surdos no modelo da deficiência fez com que seus corpos fossem compreendidos a partir da incompletude do ouvido e da fala insuficiente. E, diante disso, Skliar (1999) evidencia que, graças a essa nomeação, os surdos e suas identidades são pensados como pedaços defeitos, suas mentes, como obscuras e silenciosas cavernas.

Com este estudo, me proponho problematizar e desconstruir elementos que produziram essas significações sobre a surdez, fator que reduziu esse universo cultural às explicações biológicas e com características universais. Pretendo refletir sobre a norma e evidenciar como os processos sociais, históricos, econômicos e culturais regulam e controlam a forma acerca de como são pensados e inventados os corpos e as mentes desses sujeitos.

A identidade surda estará em debate, sob a ótica dos Estudos Culturais, a partir da ruptura de significados referidos à deficiência auditiva, visando melhor compreender os discursos sobre a alteridade surda, e evidenciar que nenhuma das narrativas habituais sobre os surdos permanece encerrada, há muito mais a se considerar em relação aos sujeitos surdos que a tradição dos ouvidos incompletos e limitados.

Os movimentos sociais foram responsáveis por diversas conquistas dos grupos minoritários, mas ainda é necessário que se reforce como as produções acadêmicas contribuem para que a sociedade faça uma leitura sobre a sexualidade e a surdez por diferentes perspectivas.

Para melhor compreensão de como a sexualidade e a cultura surda<sup>4</sup> me constituíram como pesquisador, proponho a leitura dos (des)caminhos, responsáveis por me fazer chegar à escolha dessa temática. A introdução desta pesquisa, que tem como tema central os discursos sobre os sujeitos surdos gays, está organizada em três momentos: a parte I, “O estudante”, se refere à minha trajetória escolar e à minha vida pessoal; a parte II, “O Professor”, será a minha trajetória no processo de formação e capacitação profissional como trabalhador de escola pública; e finalmente, a parte III, “A pesquisa”, trará o debate teórico que deu início à minha pesquisa, de fato.

---

<sup>4</sup>Salles et al.(2007) a cultura surda partilha com a comunidade ouvinte o espaço físico e geográfico, hábitos e costumes, porém se sustenta em aspectos peculiares desconhecidas ou ausentes do mundo ouvinte cotidiano.

Acredito ser importante demarcar minhas origens e os (des)caminhos percorridos em minha trajetória, a fim de que o leitor se aproxime dos fatores que impulsionaram a constituição desta pesquisa. Também espero poder contribuir com as experiências acadêmicas de pesquisadores negros que tiveram a oportunidade de acessar os programas de pós-graduação no sistema federal de ensino brasileiro. Assim, minha interlocução se dará na posição de um pesquisador negro, bissexual e pertencente à classe trabalhadora. Paralelamente à exposição de fragmentos de minha biografia, elenco eventos que de alguma forma representam conquistas dos movimentos surdos e LGBT<sup>5</sup>, atravessando minha trajetória.

No cenário político do Brasil, pós golpe<sup>6</sup>, presenciamos diversos ataques do atual governo contra a educação pública, principalmente na esfera federal. Dentre eles, pode-se destacar a diminuição de investimentos e cortes<sup>7</sup> no orçamento direcionado para este setor e os ataques aos cursos de ciências humanas<sup>8</sup>. Esse cenário de precarização da educação pelo corte na produção acadêmica/científica atrela-se, conseqüentemente, a um não reconhecimento da importância das pesquisas, sobretudo na área das ciências humanas em que minha investigação se localiza.

---

<sup>5</sup> Mesmo reconhecendo que uma sigla não poderia representar toda a diversidade de um movimento, neste trabalho utilizo a sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e pessoas Trans) por ser a mais utilizada por órgãos que atuam na defesa dos direitos humanos como a ONU.

<sup>6</sup> A palavra “golpe” foi utilizada por grande parte da mídia nacional e internacional para referir-se ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016. A presidenta foi acusada de realizar manobras fiscais em uma interpretação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), mas posteriormente foi inocentada das acusações pelo Ministério Público. Ou seja, o fundamento na legislação para seu impedimento foi amplamente questionado por especialistas. Para mais informações ver: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/11/o-impeachment-da-presidente-dilma-rousseff-foi-golpe-ou-crime.html>> Acesso em 20/05/2019

<sup>7</sup> Em abril de 2019, o governo anunciou o congelamento de R\$ 1,7 bi dos gastos das universidades, de um total de R\$ 49,6 bi. Em 30 de abril, em entrevista ao jornal “O Estado de S. Paulo”, o ministro da Educação justificou o corte pelo suposto baixo desempenho e “balbúrdia” nas Universidades: “Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas. A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no ranking.” <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/entenda-o-corte-de-verba-das-universidades-federais-e-saiba-como-sao-os-orcamentos-das-10-maiores.ghtml>> Acesso em 20/05/2019

<sup>8</sup> Em abril de 2019, o presidente Jair Bolsonaro, por meio de sua conta do *twitter*, anunciou que pretende atacar os investimentos “em faculdades de filosofia e sociologia (humanas)” em favor de “um ofício que gere renda” (SIC). Segundo o presidente, cabe à educação garantir apenas o aprendizado da leitura, da escrita e de matemática. <<https://esquerdaonline.com.br/2019/04/26/nota-do-andes-sn-contra-os-ataques-a-formacao-na-area-de-ciencias-humanas/>> Acesso em 20/05/2019

Como um pesquisador que se identifica pertencente às minorias, acredito ser fundamental ressaltar que essa proposta mantém seu cunho científico e, ao mesmo tempo, assume um posicionamento político de comprometimento com esses grupos. Coloco em diálogo teoria e experiências cotidianas, afasto-me de uma suposta neutralidade, e fortaleço meu papel de pesquisador que pretende refletir sobre os processos sociais que constroem e sustentam a desigualdade social.

Essa perspectiva é evidenciada por Meyer (2012) ao afirmar que as pesquisas pós-estruturalistas compreendem que a linguagem se constrói e contribui no sentido de significar. Ou seja, a partir desta pesquisa, pretendo trazer para o debate os elementos que colocaram a surdez e a homossexualidade como diferença, e como essas diferenças foram definidas por discursos patologizantes e a que desigualdades esses discursos sustentam.

Nesse sentido, a pesquisa busca compreender os processos históricos e os conhecimentos que interpelam as diferenças sexuais e a surdez, uma vez que a forma como são representadas e significadas as identidades surdas repercutem em políticas públicas para esse grupo. Meyer (2012) pontua também que, nessa perspectiva, o foco não está em se buscar a verdade, mas sim de se questionar os processos por meio dos quais significados e saberes são produzidos. Para isso é necessário o exercício de se estranhar o que é aceito como normal, e inverter esse processo, naturalizando o natural, para se familiarizar com o estranho.

Nasci em Curitiba, em 1987, ano que foi fundada a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis<sup>9</sup>), no Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, o Grupo Triângulo Rosa, também do Rio de Janeiro, defendia a inclusão do termo “orientação sexual” na Constituinte de 1987. Nascer em um momento histórico de lutas para combater as discriminações e desigualdades não me deixou imune aos processos de opressão e normalização que a sociedade iria operar sobre mim.

---

<sup>9</sup> A FENEIS propaga a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio natural de comunicação das pessoas surdas. Possui também outros objetivos, como, por exemplo: a inclusão dos profissionais surdos no mercado de trabalho e realiza pesquisas para a sistematização e padronização do ensino de Libras para ouvintes.



Cresci e ainda resido na cidade de Araucária, Região Metropolitana de Curitiba, fui estudante de uma escola municipal próxima de minha casa e lembro que em minha infância, no processo de alfabetização, sempre fui educado, esforçado, disciplinado e sempre obtive as melhores notas. O que não foi o bastante para ser bem aceito pelos meus colegas. Meus trejeitos e minha voz não eram suficientemente masculinas se comparadas com o padrão. Minha afinidade era maior com as meninas. Sem nenhuma habilidade para o futebol, eu não participava das atividades masculinas do pátio da minha escola. O recreio era o momento de ouvir xingamentos, empurrões e outras manifestações de violência gratuita, que pareciam ter ódio do que eu representava.

Eu me sentia fraco perto do grupo de meninos que se uniam para gritar “bichinha” ou “viadinho”. Nesse momento era muito forte o imaginário negativo e pejorativo da homossexualidade, mesmo porque estamos falando da década de 1990. Nesse período ocorreu a revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o que se chamava de "homossexualismo" foi excluído da lista internacional de doenças. Mas isso ainda era pouco para que se compreendesse, no senso comum, a existência das diferentes identidades de gênero e sexuais. Nessa mesma década, em 1991, a Anistia Internacional passou a considerar a discriminação contra homossexuais uma violação aos direitos humanos, mas esse fato não garantiu o fim das violências nos espaços escolares. Diariamente ocorriam manifestações que feriam meu direito de ser respeitado, independente da sexualidade que eu estava construindo. Ao ler Caetano (2011), penso que minha experiência escolar não foi muito diferente daquelas vividas em outras escolas pelo país. Segundo o autor, as práticas escolares não nos educam para as diferenças sexuais e, no geral, naturalizam a supremacia e as necessidades dos homens.

Esse diálogo me faz lembrar que aos nove anos de idade, antiga 4ª série do ensino primário, eu e minha mãe fomos chamados para conversar com minha professora, pois meus colegas (na maioria das vezes, meninos) demonstravam ódio e repulsa pelo meu jeito afeminado de ser. Hoje compreendo que nesse momento a escola exerceu sua função de me vigiar. Vigiar no sentido de capturar meu corpo e minha sexualidade, que naquela

instituição de ensino não agia dentro dos padrões da normalidade heterossexual e de alguma forma tentar me enquadrar em relação aos modelos hegemônicos.

Sendo uma peça nessa engrenagem de controle sobre o corpo, essa mesma professora sugeriu que eu fosse colocado em algum tipo de atividade esportiva de luta, ou escolinha de futebol, para eu “melhorar” o meu jeito, parecer mais “menino”. Segundo Foucault (2001), a escola estava colocando em funcionamento operações para relacionar meus atos, desempenho e comportamento a um conjunto de normas. Isso funcionava como um campo de comparação, um espaço de diferenciação ditando princípios e regras a seguir. Confesso que ainda não tinha noção alguma se eu era bissexual ou gay, mas cheguei à conclusão de que não seria uma boa ideia ser nenhum dos dois. Pude perceber que eu não era visto e nem tratado como normal, muito menos bem aceito.

Nesse mesmo dia, ao chegarmos em casa, em meio a muitas lágrimas, minha mãe perguntou se isso era verdade e que, independentemente da minha resposta, ela ficaria do meu lado. Lembro da confusão que existiu em minha mente, mas era certo que eu não tinha coragem de pensar em ser alguém que merecia a preocupação da minha professora e que essa mesma possibilidade, faria minha mãe chorar.

Decidi sufocar toda e qualquer possibilidade de ser visto como aquele alguém de comportamento desviante na escola. Não foi fácil, mas com o tempo aprendi a controlar minha entonação de voz, me afastar um pouco das amigas e aprender um pouco de futebol, basquete e outras coisas consideradas “de menino” que não me davam prazer, mas que me mantinham disciplinado e diminuiria a chance de ser vítima das violências. Consegui assimilar tais normas e guardar tudo no armário.

Naquela época, decidi que o melhor a ser feito era tentar representar o que esperavam do meu corpo. Mas chegou o momento em que desisti de tentar ser o que a sociedade espera e passei a tentar ser alguém que também constrói outras realidades e desconstrói alguns jogos de verdade que respingam na vida de diversos sujeitos.

Ao longo do processo de formação profissional, em minha graduação, percebi o quanto as minorias sofrem discriminações pela influência da construção de representações patologizadas.

Iniciei minha graduação em Geografia em 2005, na UFPR e, nessa fase, criei uma forte amizade com uma colega ouvinte, filha de pais surdos. Ela comentava sobre as dificuldades que a sociedade e suas instituições, principalmente a escola, tinham para lidar com crianças como ela. Ainda nesse período, participei como bolsista do NAPNE<sup>10</sup> e me apropriei de conhecimentos sobre as diversas áreas do público-alvo da inclusão<sup>11</sup>. Ser bolsista no NAPNE oportunizou-me trabalhar com surdos, me envolvendo principalmente nos cursos de Língua Brasileira de Sinais - Libras, quando tive a oportunidade de conhecer estudantes e professores surdos e ter os primeiros contatos com as barreiras que prejudicam o direito de ser um sujeito surdo, que se comunica com o mundo através da Libras.

Essas ações da UFPR são resultantes dos esforços e das conquistas dos surdos, com a aprovação da lei federal nº 10.436, sancionada em 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais Libras como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas brasileiras. Durante o período sendo bolsista, aprendi Libras, fiz amizades, conheci a história dos surdos e a importância da língua de sinais.

No período que realizei minha especialização, tive acesso aos discursos disseminados para tratar da “Inclusão escolar”. Durante as aulas, percebia-se que as explicações sempre foram pautadas na patologização das pessoas com deficiência. Foucault (1984) diz que, em certo sentido, o poder de regulamentação obriga à homogeneidade, mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras. Esse fato se materializava em cada

---

<sup>10</sup> NAPNE – Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais foi inaugurado em 2006, o NAPNE oferece alternativas de inclusão às pessoas com deficiência físico-motora, cegos ou com visão subnormal, surdos ou pessoas com resíduos auditivos, dificuldades de aprendizado, condutas típicas, síndromes e altas habilidades/superdotação e destinam-se a estudantes, professores e servidores da UFPR. Seu público-alvo é formado pela comunidade universitária que possua Necessidades Educacionais Especiais (pessoas cegas, com resíduos visuais e ou auditivos, surdos, deficiência física, múltipla, transtornos globais do desenvolvimento e estudantes com altas habilidades/superdotação).

<sup>11</sup> Segundo a política nacional de educação inclusiva (BRASIL, 2008) os estudantes considerados público-alvo da educação especial são aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

módulo que eu concluía: primeiro era apresentado os conceitos de cada deficiência, seus níveis de “manifestação” e, por fim, como tratá-las ou superá-las. Essa perspectiva reproduzia a diferença como manifestação de anormalidade.

Nesse sentido, eu ainda não tinha acesso aos estudos que questionavam a normalização<sup>12</sup>, mas percebia que era marcante a reprodução de que a “anormalidade” estava presente no “outro”, esse outro que era classificado segundo sua deficiência (incluindo o surdo nessa perspectiva). Ao lembrar o período que fiz minha especialização, sinto que se reduziram as áreas da Educação Especial ao estudo de subgrupos da deficiência, na condição de faltar algo a esses grupos, não sendo concebidos em sua completude.

Nessa especialização, eram apresentados fatores e informações para que esses sujeitos tivessem a oportunidade de ser “menos deficientes”, em relação aos corpos normais, e mais eficientes em relação aos objetivos educacionais da escola. Para isso, existiam as adaptações, acessibilidade<sup>13</sup> e tecnologias assistivas<sup>14</sup>, porém, em nenhum momento, cogitaram a possibilidade e a necessidade de que esses sujeitos precisavam e poderiam falar por eles mesmos. Lembro claramente que a cultura surda sempre foi narrada de forma superficial e sem profundidade pela perspectiva ouvintista. Não tivemos a oportunidade de ter um representante da comunidade surda falando sobre a experiência de ser surdo nas aulas.

---

<sup>12</sup> Entre 1759, data do aparecimento da palavra normal, e 1834, data do aparecimento da palavra normalizado, uma classe normativa conquistou o poder de identificar a função das normas sociais com o uso que ela própria fazia das normas cujo conteúdo determinava (CANGUILHEM, 2000, p. 218).

<sup>13</sup> Acessibilidade é a condição de possibilidade para a transposição dos entraves que representam as barreiras para a efetiva participação de pessoas nos vários âmbitos da vida social é, portanto, condição fundamental e imprescindível a todo e qualquer processo de inclusão social, e se apresenta em múltiplas dimensões, incluindo aquelas de natureza atitudinal, física, tecnológica, informacional, comunicacional, linguística e pedagógica, dentre outras.

<sup>14</sup> Segundo o Comitê de Ajudas Técnicas - CAT, instituído pela PORTARIA N° 142, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2006 propõe o seguinte conceito para a tecnologia assistiva: “uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social”

Ao concluir a especialização, me senti angustiado pelo fato de que aquela formação não representava e não considerava, de maneira integral, os sujeitos que estavam mergulhados na inclusão, principalmente os surdos que já faziam parte da minha vida, pois nesse período conquistei amizades e pude conviver e conhecer um pouco mais desse mundo cultural. Hoje, sou Professor de Geografia, formado em 2010, pela UFPR e, em 2012, conclui minha especialização em Educação Especial Inclusiva, pela PUC-PR.

Nesse sentido, surge a necessidade de ampliar meus estudos, investigando as experiências dos sujeitos surdos. Para tanto, me inscrevi no processo seletivo de mestrado da UFPR, sendo aceito na linha de pesquisa "Diversidade, Diferença e Desigualdade Social em Educação". A pesquisa proposta tem como tema gerador a construção dos discursos normalizadores e a problematização de seus desdobramentos na surdez e na homossexualidade na contemporaneidade.

O campo do debate envolvendo os surdos e a surdez tem sido responsável por inúmeras produções, em diferentes áreas do conhecimento. Diante desse processo, que se expandiu notadamente nos últimos vinte anos, se faz necessário apresentar as duas principais perspectivas de discussão teóricas dessa temática, uma que se baseia nos discursos da concepção clínico-terapêutica da surdez e a outra que se propõe a narrar os surdos como sujeitos culturais com múltiplas identidades, segundo a concepção socioantropológica.

Existem diferentes perspectivas sobre os conceitos que envolvem o campo da surdez. A concepção clínico-terapêutica está pautada nos conceitos da surdez biológica, ou seja, o fenômeno relacionado à anatomia e funcionamento da audição, geralmente descrita em graus e tipos de perda auditiva, que compreende o sujeito surdo pertencente ao grupo das pessoas com deficiência auditiva<sup>15</sup>, partindo apenas da perspectiva do que lhe "falta". Com base nessa visão patológica do sujeito surdo, as políticas educacionais, no último século, tiveram como foco uma pedagogia terapêutica, voltada à reabilitação da audição e da fala nas práticas escolares.

---

<sup>15</sup> O Decreto nº 5.626, de 22 de janeiro de 2005, regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Segundo ele: [...]. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz.

Esse cenário consolidou a narrativa mestra da surdez e dos surdos baseada em discursos biológicos e clínicos sobre a surdez, ou seja, limitando a compreensão dos surdos a um modelo patológico de corpo anormal, situado na categoria dos “deficientes”. Por esse motivo, consolidaram-se explicações que construíram alteridades patológicas em relação ao “ser surdo”, destacando apenas os níveis de perda auditiva, mostrando maior preocupação com o “quanto” ou “como” essa perda pode ser “recuperada”.

Em consequência desse processo, em que o discurso hegemônico se baseou na concepção clínico-terapêutica, podemos observar que há ampla circulação e recepção social dos discursos, informações e pesquisas que visam aos tratamentos e às tecnologias para promover ou “consertar” a audição (implantes cocleares, aparelhos auditivos), reforçando a deficiência e as narrativas mestras que promovem a cura da surdez. Esses fatores foram responsáveis por mascarar a identidade e a subjetividade do surdo, limitando a compreensão de sua plenitude.

Ao contrário dessa perspectiva, reafirmamos que a surdez/deficiência não deve ser a essência do que representa esse grupo de sujeitos. Esse cenário, constituído historicamente, demonstra a necessidade de trazer outras perspectivas para o debate. A partir das contribuições do campo dos Estudos Culturais, a partir da década de 1990, passa-se a compreender os surdos como um grupo cultural que historicamente foi reduzido às marcas das limitações da deficiência auditiva, em detrimento de discutir e evidenciar a diferença cultural e linguística em uma perspectiva coletiva e comunitária dos sujeitos surdos, partilhando experiência e cultura visuais, visão que por muito tempo foi ignorada.

A compreensão desse grupo cultural a partir do campo discursivo socioantropológico trazida pela perspectiva dos Estudos Surdos/Estudos Culturais é explicada por Skliar (1998) como um campo de estudo que elege as identidades, as línguas, a história e outras produções culturais das comunidades surdas, entendidas a partir do reconhecimento político da diferença nas pesquisas em educação.

Diferente dos discursos clínicos, esse paradigma compreende a surdez como uma diferença cultural e não como uma patologia médica. Essa visão nos permite entender os surdos como produto e produtores de cultura, sujeitos que



integram um grupo social organizado, valorizando e considerando sua história, suas crenças, linguagem e costumes. Nesse sentido, passamos a considerar que existem múltiplos significados que as diferenças dos sujeitos surdos podem manifestar no meio social, além da deficiência.

Nesta proposta de investigação, partimos da compreensão do modelo socioantropológico (ou cultural), que entende que os surdos formam uma comunidade linguística minoritária, caracterizada por compartilhar uma língua de sinais, valores culturais e modos de próprios de socialização, muitas vezes diferentes, se comparados aos modelos hegemônicos, que se constroem na perspectiva da comunicação oral.

Sendo assim, reconhece-se o grande valor da língua de sinais na educação das crianças surdas, seja na aquisição de conhecimentos acadêmicos ou no seu processo de socialização. Este estudo abre-se às narrativas de sujeitos surdos, considerando a possibilidade de deslocamento da posição deficiente que as narrativas mestras sedimentaram no conjunto de representações sociais sobre os surdos.

Hall (2003) afirma que, entre outros, o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. A surdez não pode ser um traço homogêneo na constituição da identidade individual ou grupal. Dentro do que denominamos surdos, fazem parte os surdos das classes populares, as mulheres surdas, os surdos negros, surdos de zona rural, dentre outras categorias. Sendo assim, compreendemos os surdos como sujeitos plenos, produtores de realidades em uma sociedade heterogênea, que integram um grupo cultural, com destaque à importância da língua de sinais no processo de constituição de sua identidade/subjetividade.

Assim como Witches e Lopes (2018), pretende-se compreender a surdez como uma condição primordial de distinção, um marcador da diferença em resistência à (a)normalidade, em uma sociedade hegemonicamente ouvinte, fator que reforça sobre a necessidade de ampliar os estudos e os olhares sobre a surdez:

A evidência de tais marcadores permite que destaquemos a importância de mais pesquisas históricas sobre a vida dos surdos para além da instituição escolar. Entendemos que tais pesquisas poderão expandir o que conhecemos acerca dessa existência, subsidiando o pensamento sobre a constituição histórica do que

temos entendido por cultura surda. Isso permite o avanço da compreensão sobre a constituição de um éthos Surdo, de uma forma de ser surdo hoje e, conseqüentemente, de uma forma de vida surda que carrega aspectos históricos em sua formação. (WITCHES e LOPES, 2018, p.15).

Deste modo, tem-se a intenção de ampliar os debates e produções acadêmicas, fornecendo mais elementos para pensar e (re)significar a surdez, e assim, evidenciar o que narram os sujeitos surdos sobre o que vivenciam, sentem e produzem suas identidades, ou seja, pelos modos específicos de ser surdo. É necessário que se compreenda os surdos além da língua de sinais, além das narrativas clínicas, questionando a anormalidade na condição de surdo em relação ao outro ouvinte e a normalidade na condição de surdo em relação ao outro surdo.

Essa discussão inicial contextualiza o tema de estudo dessa pesquisa: a investigação sobre a conexão entre a surdez e a homossexualidade a partir da construção da norma(lidade) e da operação de mecanismos de normalização que atravessam as experiências vivenciadas por surdos gays.

Procura-se situar nossa discussão em uma conexão entre surdez e homossexualidade, suas práticas de subjetivação e discriminação a que são submetidos os surdos gays, de forma a aproximar, conhecer e compreender esses dois fenômenos que atravessam a identidade surda gay.

A pesquisa em alguns momentos fará uso do termo “gay”<sup>16</sup>, pois ele não tem as conotações médico-jurídicas que o termo homossexual carrega, uma vez que a homossexualidade já passou pela criminalização e medicalização.

Diante disso, o problema de pesquisa deste trabalho parte dos seguintes questionamentos: Como o discurso da norma(lidade) ouvinte e heterossexual opera na constituição de sujeitos surdos gays? Quais mecanismos de normalização emergem na maneira como esses sujeitos se enunciam a partir de sua diferença linguística e sexual?

Pretendo investigar como as práticas de subjetivação e discriminações vivenciadas pelos surdos gays são operadas em uma dupla dimensão de subordinação impostas, tanto pela cultura ouvinte quanto pela

---

<sup>16</sup> Essa escolha lexical em português é uma opção do autor, porque os surdos não entram nesse nível de debate da palavra em português. Há um único sinal em Libras; quem nomeia o termo na tradução é o ouvinte.

heteronormatividade, tomadas como padrões de normalidade social aceitável, acarretando a marginalização daquelas identidades que diferem dos comportamentos e representações estabelecidos, acentuando os processos de subordinação e marginalização. As vivências e trajetórias narradas por surdos gays podem possibilitar ferramentas no processo de se investigar e, talvez, levar à identificação e denuncia de discriminação, por integrarem grupos sociais em situação de minoria linguística e de marginalização por não corresponderem a padrões da normatividade heterossexual.

O principal objetivo dessa pesquisa é compreender como foram construídos os discursos normalizadores e problematizar seus desdobramentos na surdez e na homossexualidade na contemporaneidade. Diante dessa reflexão, decorrem objetivos específicos que estão interligados e se apresentam da seguinte forma:

- Discutir como foram construídos os discursos patológicos da surdez e da homossexualidade e seus desdobramentos na identidade de surdos gays.
- Abordar formas de discriminação nas experiências relatadas por surdos gays na família e na escola, sob a ótica da normalização.

A pesquisa tem caráter qualitativo, partindo da revisão de literatura para compreender como os mecanismos e processos dos discursos patológicos da surdez e da homossexualidade operam na constituição das identidades/alteridade surdas, convocando autores responsáveis pelas contribuições que integram os Estudos Surdos em Educação, como Fernandes (2003), Perlin (2007), Ladd (2013) Skliar (1998, 1999) e Strobel (2013) e nas produções de Michel Foucault por meio da obra *A história da sexualidade* (2001), na qual o autor trata das relações de poder em que as diferenças estão mergulhadas.

O campo dos Estudos Surdos cresceu a partir da década de 1970 na articulação e na criação de alguns cursos dessa área nos Estados Unidos. E, desde o seu início, se configurou por ser um campo de estudo que se distingue de outras disciplinas que se fundamentam em torno da condição audiológica da surdez. Um campo que pretende (re)significar a vida dos surdos diante de um cenário construído historicamente, conforme afirma Fernandes (2003):

Estudos Surdos constituem uma possibilidade de problematizar as narrativas hegemônicas sobre a surdez e os surdos, buscando uma inversão epistemológica nas representações dominantes em relação às identidades surdas, historicamente situadas no território da anormalidade ou da deficiência. (FERNANDES, 2003, p.14).

No Brasil, inicialmente, estavam vinculados ao Núcleo de Pesquisa em Políticas Educacionais para Surdos (NUPPES), do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Seu princípio norteador era (e continua sendo) realizar produções que promovam temas relacionados aos surdos, a partir da concepção da diferença, e que articulem politicamente o reconhecimento desse grupo (SKLIAR, 2005).

Nos dias atuais, os Estudos Surdos se constituem por produções de pesquisadores surdos e ouvintes, que buscam abordar a cultura surda de maneira interdisciplinar com o intuito de romper com os discursos que operam na exploração, dominação e subalternização dos surdos e, com isso, contribuir também para sua representatividade e protagonismo.

Os autores demarcam suas produções como contribuições em um campo de força e ideologia para a apreensão das múltiplas e diversas significações na dimensão de ser surdo. A grande variedade de disciplinas colabora para oferecer múltiplas perspectivas e, principalmente, destacar que as pessoas surdas não são definidas pela deficiência auditiva, mas por formas linguísticas, culturais e sensoriais do compreender e existir no mundo.

Os Estudos Surdos promovem rupturas da visão deficiente da surdez na vida privada desses sujeitos e, em contextos maiores, na sociedade, por exemplo, na qual os surdos também são agentes ativos. Também, os estudos surdos são responsáveis por contribuir com novas perspectivas, partindo de diversas áreas do conhecimento, como a linguística, teoria literária, antropologia, educação bilíngue, e outras existentes no bojo dos estudos culturais, incluindo práticas e estudos sobre a sexualidade, estudos étnico-raciais e sobre a deficiência.

De forma complementar, foi realizado o levantamento de publicações na área por meio da consulta em livros, dissertações e teses contidas no Banco da Capes e artigos científicos de periódicos, cujas abordagens teóricas contemplem a relação entre a surdez e a sexualidade, com a intenção de

subsidiar teoricamente a compreensão das identidades surdas gays, por meio do diálogo com outras pesquisas sobre o tema, que passamos a detalhar.

## 1.2 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS NA ÁREA: O LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO COMO PROCEDIMENTO DE PESQUISA

O levantamento de produções de pesquisas, que dialogam com o objeto de estudo dessa dissertação, tem como principal objetivo ultrapassar o fato de ter acesso ao que foi produzido, mas de fomentar o conhecimento produzido. É um processo que visa contribuir para a utilização e otimização de propostas já realizadas, para conhecer metodologias e recursos, além de apresentar propostas inovadoras diante do panorama conhecido.

A busca pelas produções acadêmicas se deu em cinco etapas, conforme indica o esquema abaixo:

FIGURA 1: ETAPAS DA REVISÃO SISTEMÁTICA



FONTE: Elaborado pelo autor. BOAVENTURA, T, 2019.

Na primeira etapa do processo foram selecionados os descritores e os bancos de dados que seriam consultados (etapa que demonstrou a escassez de produções que dialogam com a presente temática).

Os descritores utilizados no processo de identificação das produções foram 'surdez', 'sexualidade' e 'surdo', com variações tendo como princípio as palavras 'gay' e 'homossexualidade'. A escolha dos descritores realizou-se em função dos principais eixos que sustentam o problema da dissertação em construção, com o objetivo de ter acesso ao estado da arte em questão.

O levantamento bibliográfico ocorreu através da investigação de artigos, dissertações e teses, de 2000 a 2017 para ter acesso ao cenário atual do que já foi realizado sobre o tema em questão. Esse processo de levantamento

ocorreu no mês de maio de 2017, no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES<sup>17</sup>), porém não foram encontrados resultados que contemplavam a temática esperada.

Na segunda etapa foram encontradas 11 produções para a análise. Leituras detalhadas dos documentos foram realizadas com o objetivo de filtrar as produções que se aproximavam da temática em questão, visando conhecer o que já foi produzido, metodologias utilizadas e os resultados encontrados, verificando aproximações e distanciamentos em relação aos objetivos da presente proposta.

Após as leituras foram selecionadas quatro produções que se aproximaram do interesse da busca. Em relação à temática sobre os sujeitos surdos e sua sexualidade, elencaram-se três documentos: um artigo em Educação, uma dissertação de mestrado em Psicologia e uma Tese de doutorado em Psicologia. Esses documentos foram organizados de maneira sintetizada no quadro abaixo:

TABELA 1: ESTUDOS SELECIONADOS

Dados	Título	Autor	Instituição	Palavras-chave	Nível/ano
Referência 1	Experiências Linguísticas e Sexuais não Hegemônicas: Um Estudo das narrativas de surdos Homossexuais	Fabrizio Santos Dias de Abreu	Universidade Federal de Brasília – Instituto de Psicologia	Surdez; homossexualidade; perspectiva histórico-cultural	Dissertação de mestrado, 2015.
Referência 2	Adolescer no contexto da surdez: questões sobre a sexualidade.	Cláudia Alquati Bisol Cordeiro Silva	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Psicologia	Adolescência, surdez, sexualidade, narrativas.	Tese de doutorado, 2008.
Referência 3	O HIV/AIDS sob a ótica Do Surdo adulto Jovem.	Isabel C.B. Bento e Sonia M.V. Bueno	Revista Científica: DST – Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis	Surdos, educação, AIDS	Artigo científico, 2006.
Referência 4	A sexualidade do surdo: retalhos silenciosos na constituição da sua identidade	Beche, Rose Clér Estivaleta	Universidade Federal de Santa Catarina	Estudos Surdos, Estudos Culturais, Identidade, Sexualidade	Dissertação de mestrado 2005.

FONTE: Elaborado pelo autor. BOAVENTURA, T, 2018.

<sup>17</sup> Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/>

A partir da garimpagem de produções que abordam a surdez e homossexualidade, optou-se por categorizar e apresentar a análise das pesquisas, partindo da ordem cronológica das produções. Após realizar a leitura integral dos documentos selecionados, foram analisados os objetivos, metodologias e resultados.

Além de discutir e analisar as produções, pretendeu-se verificar a possibilidade de abordar a temática em diferentes contextos, apontar possíveis lacunas e desenvolver novos estudos e metodologias que possam contribuir para o campo científico.

Logo no início do processo de busca, deparou-se com a escassez de produções que abordam a temática: surdo gay. Os Estudos Surdos e os estudos sobre a sexualidade possuem campos muito amplos que podem se desmembrar em diversas abordagens. Skliar (1998) considera que a surdez não pode ser considerada como homogênea, ou que o grupo dos surdos seja uniforme. Dentro do que denominamos surdos, fazem parte os estudos relacionados aos surdos das classes populares, às mulheres surdas, aos surdos negros, aos surdos de zona rural, entre outros.

Dialogando com a proposta de considerar a sexualidade dos surdos, o artigo “O HIV/AIDS sob a ótica do surdo adulto Jovem” (BENTO; BUENO, 2006) teve como objetivo verificar o entendimento que os surdos têm sobre doenças sexualmente transmissíveis, especificamente a respeito da HIV/AIDS (Vírus da Imunodeficiência Humana/ Síndrome da Imunodeficiência Adquirida). Tal processo ocorreu através de entrevistas individuais e coletivas, utilizando a língua de sinais, gravadas em vídeo, com acompanhamento de um tradutor intérprete de LIBRAS, sendo posteriormente transcritas.

Em sua metodologia os dados foram analisados qualitativamente utilizando a pesquisa-ação como instrumento na coleta de dados. Os autores apontaram como resultado a verificação de que os surdos pesquisados conhecem a necessidade de evitar o contágio do vírus HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana), porém carecem de maiores conhecimentos a respeito das suas formas de contágio. Compreende-se que Bento e Bueno (2006) realizaram uma importante contribuição sobre a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, mas se distancia da possibilidade de expor as experiências de vivenciadas de discriminação por ser um sujeito surdo e gay.



Outra produção científica que aborda o campo temático da sexualidade e dos surdos voltada para o tema das doenças sexualmente transmissíveis, foi o artigo realizado por Bisol (2008), intitulado “Adolescer no contexto da surdez: questões sobre a sexualidade”. Nessa produção, a metodologia se fez através de grupos focais com jovens surdos e ouvintes para investigar sobre conhecimento a respeito de HIV/AIDS e comportamento sexual que os jovens surdos possuem.

Ambas as produções, até aqui analisadas, evidenciam seu direcionamento voltado para o campo da prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's), temática de grande relevância para a sociedade constituída por surdos e ouvintes, mas percebe-se a ausência de um debate sobre o surdo gay e suas práticas diante das diversas manifestações que envolvem a construção de sua identidade sexual.

As instituições de ensino, responsáveis pela educação formal diariamente, se tornam palco de tensionamentos de valores, culturas e pensamentos. Segundo Foucault (2001), ao lado da disciplina estão as instituições como o exército ou a escola e suas reflexões sobre a tática, a aprendizagem, a educação e sobre a ordem da sociedade.

Assim como o sujeito surdo, o sujeito gay também está em um campo de resistência e em constante disputa de poder nas diversas instituições sociais. Considerando que ambos se encontram no campo da diferença, essas disputas devem ser colocadas em destaque com o intuito de realizar uma reflexão sobre a existência e resistência do surdo gay no contexto de uma maioria ouvinte que produz e reproduz padrões de uma cultura heteronormativa e hegemônica.

Aproximando-se da proposta de compreender o surdo gay diante das instituições normalizadoras, a dissertação “Experiências Linguísticas e Sexuais não Hegemônicas: Um Estudo das narrativas de Surdos Homossexuais” (SANTOS; ABREU, 2015) teve como objetivo realizar análises das narrativas sobre a primeira experiência sexual e a configuração (dramática) das trajetórias afetivas e sexuais de surdos gays.

Em sua produção embasada no materialismo histórico-dialético, foi composta de entrevistas semiestruturadas com surdos, pertencentes a identidade bilíngue e que se autodeclaram gays. Nesse trabalho, o autor destaca que atualmente é perceptível que a condição de ser gay entre os



surdos ainda é pouco compreendida, pois há dúvidas, preconceitos e mitos acerca das experiências afetivo-eróticas.

Ao analisar as narrativas de sujeitos surdos sobre as suas primeiras experiências homossexuais, o resultado se manifesta na denuncia do enfrentamento do duplo preconceito, mostrando que o surdo gay ainda é visto sob a ótica da deficiência, como um sujeito que precisa ser normalizado, para os modelos hegemônicos de língua e orientação sexual.

Destaca-se a necessidade de ampliação de investigações que considerem as relações entre emoção, linguagem e constituição da identidade sexual, no contexto escolar, priorizando pontos ainda pouco explorados, buscando atentar às especificidades linguísticas e à vulnerabilidade social dos surdos, bem como à necessidade de desenvolvimento de políticas públicas voltadas para esse grupo.

Por fim, a dissertação de mestrado realizada por Beche (2005) intitulada “A sexualidade do surdo: retalhos silenciosos na constituição da sua identidade” apresentou como objetivo principal a análise dos elementos constitutivos da sexualidade do surdo, visando compreender como esse processo aconteceu com os sujeitos da própria pesquisa.

Esse estudo teve como concepção metodológica a pesquisa dialética e o método escolhido foi o de história oral de vida. Esta escolha ocorreu por proporcionar o reconhecimento e valorização das histórias contadas por dois surdos cisgêneros e heterossexuais (um homem e uma mulher) sobre suas primeiras experiências em relação à descoberta da sexualidade.

Beche (2005) aponta em seus resultados que o sexo é entendido e apreendido como algo “velado” pouco explicado e abordado, tanto no contexto escolar quanto familiar. Destaca, ainda, a dificuldade em se compreender e vivenciar a sexualidade que se reforça com os sujeitos surdos, diante da dificuldade em estar inserido no contexto normativo ouvintista.

Apesar de apresentar campos teóricos semelhantes aos relacionados nesta pesquisa, verifica-se que Beche (2005) destacou em seus resultados temáticas da sexualidade na adolescência, como a puberdade, a gravidez, os métodos contraceptivos e as doenças sexualmente transmissíveis; além disso, os participantes da pesquisa eram dois sujeitos heterossexuais.

Partindo deste levantamento bibliográfico das pesquisas que abordam articulações e temáticas entre surdez e sexualidade, revelou-se que as produções que abordam sujeitos surdos gays ainda são escassas. Em sua maioria tratam da sexualidade desses sujeitos, sendo voltadas majoritariamente para prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis.

Questões que tragam para o debate a importância da língua no processo de construção de identidade surda e conseqüentemente na sexualidade possuem grande relevância. Segundo Fernandes (1998), o povo surdo está resistindo às pressões da concepção etnocêntrica dos ouvintes. Visando somar a esta perspectiva, a presente proposta de pesquisa assume estar de acordo com a Filosofia do Bilingüismo<sup>18</sup>, pois a língua de sinais é fundamental no processo de desenvolvimento dos sujeitos surdos.

Foucault (1985) chama de dispositivo da sexualidade a prática de captura e normatização dos corpos que visa detalhá-los e controlá-los na sua totalidade. Diante dessa perspectiva, é importante questionar e evidenciar como se deu o reconhecimento desses sujeitos como gays em uma minoria linguística?

É necessário ampliar e contribuir para o campo de pesquisas, propondo diferenciar dos estudos aqui sistematizados, tendo como princípio norteador compreender como as duas categorias foram construídas no discurso da anormalidade: evidenciar e compreender o que narram os surdos gays, diante dos processos de normalização que atuam tanto no campo linguístico como no campo da sexualidade.

Busca-se destacar a existência de variações nas representações difundidas no decorrer de história de surdos que ultrapassam os discursos ouvintistas<sup>19</sup>, propondo-se problematizar os discursos tradicionais responsáveis pelos vários estereótipos negativos acerca dos surdos e da surdez, que os

---

<sup>18</sup> A filosofia do bilingüismo traz como proposta o ensino da Língua de Sinais como L1 (língua materna) sem negar a importância do aprendizado da língua oral na modalidade escrita, sem tratar essa possibilidade como único objetivo na educação dos Surdos, mas como um recurso presente para minimizar as diferenças que o “ser Surdo” engloba. Essa proposta bilingüe afirma que a criança surda deve se apropriar da Língua de Sinais preferencialmente pelo convívio da mesma com outros Surdos adultos que tenham o domínio da língua.

<sup>19</sup> Ouvintismo, segundo Skliar (1998, p.15), são conjuntos de representações dos ouvintes a partir do qual o Surdo está obrigado a olhar-se e narra-se como ouvinte. Nessa perspectiva é que acontecem as percepções do ser deficiente, do não ser ouvinte, percepções que legitimam as práticas terapêuticas.

identificam como mudos, deficientes, anormais, provados de linguagem e de raciocínio abstrato, doentes, entre outros, como Perlin (2007) sugere.

### 1.3 O PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, isto é, busca descrever as características do fenômeno, é um método no processo de realizar a investigação científica que tem como foco promover o caráter subjetivo do que os sujeitos de pesquisas possam contribuir, ou seja, conhecer e refletir sobre as suas experiências e subjetividades. Neste caso, “a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (BAUER; GASKELL, 2002, p. 68).

Pretendemos construir dados que pudessem auxiliar na possível compreensão de como e por quais mecanismos e processos os discursos patológicos da surdez e da homossexualidade operam na constituição das identidades/alteridade surdas. E investigar como as práticas de subjetivação e discriminação vivenciadas pelos surdos gays são operadas em uma dupla dimensão de subordinação impostas, tanto pela cultura ouvinte quanto pela heteronormatividade, tomadas como padrões de normalidade social aceitável, acarretando a marginalização daquelas identidades que diferem dos comportamentos e representações estabelecidos, acentuando os processos de subordinação e marginalização.

Utiliza-se do diálogo entre a revisão de literatura e os dados produzidos nas entrevistas com sujeitos surdos gays, para atender de maneira efetiva a proposta de associar o conhecimento teórico com os relatos de sujeitos que, por sua própria existência, questionam e desestruturam os alicerces da normalidade.

A pesquisa buscou atender aos objetivos previamente estabelecidos, fazendo uso de uma metodologia que realiza a integração de pesquisa de fontes, fundamentos e procedimentos, envolvendo o tratamento e avaliação das informações. Para tanto, se fez necessário a seleção de instrumentos e técnicas metodológicas adequadas para a elucidação do fenômeno que o

pesquisador quer desvendar. O instrumental técnico elaborado pelo pesquisador para o registro e a produção dos dados deverá atender à validade, confiabilidade e precisão.

No processo da construção do levantamento de dados foram realizadas conversas informais com amigos na comunidade surda (uma vez que trabalho, estudo e trânsito em alguns núcleos que me coloca em contato com esses sujeitos) que pudessem indicar e prospectar possíveis participantes das entrevistas que se mostraram interessados em contribuir com a mesma.

Posteriormente, determinei o critério de escolha dos participantes, que pudessem de alguma forma dialogar com os objetivos aqui presentes. Logo, as entrevistas foram realizadas com 4 surdos que se declaram homossexuais, com idade entre 25 e 50 anos, usuários da língua de sinais. Visando respeitar as questões éticas e manter o anonimato, optamos pelo uso de pseudônimos para se referir aos participantes. Os pseudônimos dos sujeitos de pesquisa foram escolhidos por representarem personalidades importantes na história da cultura surda, conforme síntese apresentada na tabela 2.

TABELA 2: PERSONAGENS QUE REPRESENTAM OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

	<p><b>L'Épée</b> – Charles-Michel de l'Épée  Nascimento: 24 de novembro de 1712, França.  Falecimento: 23 de dezembro de 1789, França.  Em 1750, aprendeu com os surdos pobres que viviam nas ruas de Paris a língua de sinais e introduziu esse sistema de signos na educação de outros surdos, possibilitando uma transformação significativa da realidade como afirma Duarte (2013).</p>
	<p><b>Stokoe</b> - William Stokoe  Nascimento: 21 de julho de 1919, Estados Unidos.  Falecimento: 4 de abril de 2000, Estados Unidos.  Segundo Duarte (2013) em 1960, com a publicação do artigo “<i>Sign language structure: an outline of the visual communication system of the american deaf</i>”, de William Stokoe, abriram-se as portas para a língua de sinais e foi reconhecido o seu valor na vida das pessoas surdas</p>
	<p><b>Huet</b> – Eduardo Huet  Nasceu em Paris no ano de 1822 (dados sobre sua morte são imprecisos).  Strobel (2009) conta que Eduardo Huet, professor surdo com experiência de mestrado e cursos em Paris, chega ao Brasil sob beneplácido do imperador D.Pedro II, responsável por criar uma escola para pessoas surdas.</p>
	<p><b>Gallaudet</b> - Thomas Hopkins Gallaudet  Nascimento: 10 de dezembro de 1787  Faleceu em 1851  Segundo Strobel (2009), graças ao seu trabalho foi fundada a primeira universidade nacional para surdos “Universidade Gallaudet” em Washington.</p>

FONTE: Elaborado pelo autor. BOAVENTURA, T, 2018.

Por meio do quadro (2) abaixo pode ser evidenciado um breve perfil dos entrevistados em relação à faixa etária e grau de escolaridade:

TABELA 3: IDADE E ESCOLARIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Entrevistado	Idade	Grau de escolaridade
Stokoe	28	Ensino Superior Completo
Gallaudet	30	Ensino Superior (cursando)
L'Epée	30	Pós Graduação (mestrado)
Huet	31	Ensino Superior Completo

FONTE: Elaborado pelo autor. BOAVENTURA, T, 2018.

Stokoe tem 28 anos, se declara gay, é professor de Libras em escola pública, já realizou trabalhos como modelo, sua família mora em Blumenau (Santa Catarina) e atualmente reside em Curitiba. Nasceu na cidade de Chopinzinho, um município brasileiro que fica na porção sudoeste do estado do Paraná. Seus relatos transitam espacialmente entre Santa Catarina, São Paulo e Curitiba. No período em que a entrevista foi realizada estava concluindo sua graduação.

Gallaudet tem 30 anos, se declara gay, trabalha como operador industrial e está concluindo sua graduação em uma instituição de ensino federal. Nasceu em Içara (Santa Catarina) e atualmente mora com a família em Curitiba. Os relatos que contam a construção e as vivências de suas subjetivações se passam entre os estados de Santa Catarina e Paraná.

L'Epée, surdo se declara gay, 30 anos, pedagogo e mestre em educação, militante no movimento surdo e LGBT, no período da entrevista estava para se mudar de Curitiba. Nascido em Pombal, cidade localizada na porção noroeste do estado da Paraíba, um dos primeiros núcleos de habitação do sertão paraibano. Seus relatos reconstroem o processo de aquisição de Libras e o processo de se reconhecer como gay, paralelo aos caminhos percorridos até sua vinda para o Sul do país.

Huet tem 31 anos, nasceu e atualmente mora em Jaraguá do Sul um município situado na porção nordeste de Santa Catarina. Concluiu o Ensino Superior em Moda, trabalha como ator, modelo e também como auxiliar em estamperia em sua cidade. A constituição de sua subjetivação se dá espacialmente em sua cidade.

A definição de 4 participantes se explica de acordo com Bauer e Gaskell (2002, p. 78) pelo fato de se pretender explorar em profundidade as subjetividades, o mundo, a vida do indivíduo, partindo de experiências individuais detalhadas, assuntos de sensibilidade particular que podem provocar ansiedade, além de ser um público difícil de recrutar.

A escolha pela entrevista ocorreu por considerar que esta é uma ferramenta potente que contribui no processo de compreensão e de relação com os dados obtidos na pesquisa bibliográfica. Segundo Farr (1982), essa técnica ou método é essencial para estabelecer ou descobrir que existem perspectivas, além daqueles da pessoa que inicia a entrevista.

Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas (disponibilizadas no apêndice A), combinando perguntas abertas e semiabertas, possibilitando aos informantes discorrerem sobre o tema proposto. A escolha por entrevista semiestruturada se deu pelo fato de que se possibilita organizar um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo abordado, mas permite e, às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal.

Anterior à efetivação das entrevistas, elaborou-se um planejamento, visando atender às especificidades da língua dos sujeitos da pesquisa, pensando nisso, os instrumentos e a comunicação utilizada, foram elaborados pensando em favorecer a linguagem visual. Diante disso, identifiquei a necessidade de apresentar o tema da pesquisa aos participantes, por meio da exibição de vídeos em Libras, de forma que o conceito de homofobia fosse introduzido, a partir da relação com outras formas de opressão como o racismo, o sexismo e o audismo, como um elemento disparador para as entrevistas.

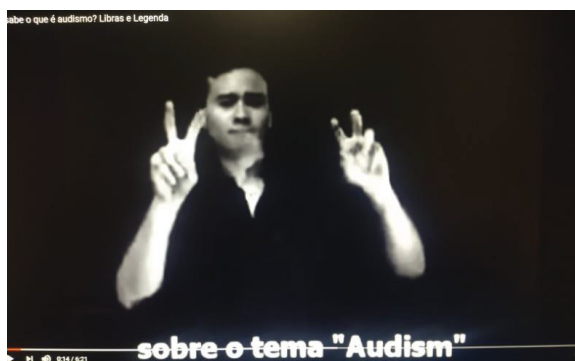
TABELA 4: PLANEJAMENTO DAS ENTREVISTAS

Objetivos	Perguntas norteadoras para elaboração das categorias	Eixos
Identificar dos sujeitos	Dados pessoais	I – dados pessoais e socioeconômicos
Investigar a importância da língua brasileira de sinais, no processo da construção e representação da identidade de Surdos gays, jovens e adultos.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Como foi que percebeu sua identidade surda?</li> <li>2. Como foi seu primeiro contato com a Libras? Desde quando usa a Libras</li> <li>3. Quando se reconheceu como um sujeito gay?</li> </ol>	II- língua e sexualidade.
Abordar formas de discriminação nas experiências narradas por Surdos gays na família e na escola, sob a ótica da normalização;	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Se relaciona afetivamente com surdos ou ouvintes?</li> <li>2. Qual a importância da língua no processo de conhecer e vivenciar a sexualidade?</li> </ol>	III - audismo e homofobia

Fonte: Elaborado pelo autor. BOAVENTURA, T, 2018.

Tivemos acesso a um vídeo do youtube que objetivava apresentar o conceito de “Audismo” e o sinal-termo que o designava, a partir de analogias sobre situações de opressão e discriminação envolvendo o racismo e o sexismo. O vídeo foi postado em 24 de outubro de 2011, não traz identificação da autoria e tem 3006 visualizações (Imagem 2).

FIGURA 2: VÍDEO CAPTADO DO YOUTUBE



FONTE: <<https://www.youtube.com/watch?v=O5ioQIkIL1w&t=14s>> acesso em 10/05/2018.



No entanto, em nossas pesquisas nas redes sociais (através de buscas em sites de busca relativos à Libras) não obtivemos resultados, em relação aos vídeos sinalizados em Libras, tratando a situação de homofobia, de forma didática e objetiva. Tampouco, em nossas pesquisas em dicionários de Libras, disponíveis online, não encontramos um sinal-termo para designar a homofobia, conceito central nesta pesquisa.

Diante disso, houve a decisão de produzir um vídeo (Imagem 3) sobre o tema e a criação de um sinal-termo para designá-lo. A produção do vídeo envolveu a elaboração da escrita de um roteiro esquemático em português, com informações básicas sobre o conceito de homofobia. Nesse caso, o sinal foi elaborado para atender à pesquisa com a finalidade de ser um dos disparadores no momento das entrevistas em uma composição dos sinais medo e o sinal de pessoa. A finalidade do roteiro foi subsidiar a sinalização em Libras, realizada pela estudante surda Amanda Regina da Silva<sup>20</sup>, do curso Letras Libras da UFPR, colaboradora da pesquisa, que além da filmagem, participou do processo de edição.

FIGURA 3: VÍDEO ELABORADO PARA A PESQUISA



FONTE: <https://www.youtube.com/watch?v=Y795II-YEyQ> acesso em 25/11/2018

Para chegar ao momento da entrevista, realizou-se uma breve conversa em Libras (uma vez que possuo conhecimento básico da língua), explicando os objetivos da pesquisa, enfatizando o fato de que suas identidades seriam preservadas. Após o aceite dos participantes, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (em anexo), documento que valida

---

<sup>20</sup> Autorizou o uso de sua imagem por meio do termo de cedência.

a autorização da participação e uso das informações obtidas durante a entrevista.

Após a assinatura do TCLE, com auxílio da câmera de celular as entrevistas eram gravadas, uma vez que ocorreram em Libras do início ao fim, a gravação foi fundamental auxiliar no processo de tratamento e análise dos registros.

As entrevistas ocorreram individualmente, em Libras, com cada participante e ocorreram em três momentos:

- 1- Identificação: foram entregues formulários impressos, a fim de obter dados pessoais, endereço, profissão e escolaridade;
- 2- Língua e sexualidade: foram realizadas perguntas semiabertas sobre suas vivências na escola e na família, durante o processo de se reconhecer como sujeito surdo e gay. As respostas foram gravadas em vídeo;
- 3- Audismo e Homofobia: Para finalizar as entrevistas, foram apresentados os vídeos sobre audismo e homofobia como disparadores. Posteriormente algumas palavras chaves (preconceito, escola, família, Libras e homossexualidade) impressas em papel foram mostradas e solicitou-se que falassem (através da língua de sinais) sobre as experiências vividas que se relacionavam com as palavras destacadas.

Com posse das entrevistas em vídeo, foi necessária a participação de um terceiro olho, o tradutor/intérprete de Libras - TILS<sup>21</sup> - profissional que teve a importante missão de traduzir as falas sinalizadas em Libras para o português. Esse processo ocorreu através da análise dos vídeos que, depois de serem assistidos várias vezes, com atenção, foram traduzidos em áudio pelo TILS, que procurou respeitar e expressar o conteúdo, as expressões e entonações demonstradas pelos participantes. Posterior a esta etapa, realizou-se a transcrição dos áudios para o português na modalidade escrita, para dar

---

<sup>21</sup> O tradutor/intérprete de Libras é o profissional que interpreta e traduz a mensagem de uma língua para outra de forma precisa, permitindo a comunicação entre duas culturas distintas. Ele possui, assim, a função de intermediar a interação comunicativa entre o surdo e a pessoa que não usa a Libras. Fonte: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras>. Acesso em 10/08/2019

início ao processo de análise dos dados construídos (disponíveis no apêndice B).

A escolha da entrevista como método ocorreu por ser uma possibilidade de identificar fatores perceptíveis, além das respostas propriamente ditas, entre eles, os estados emocionais e os momentos de sensibilização, pois deste modo torna-se possível abrir-se para diferentes possibilidades de interpretação e produção de dados.

Quando me refiro ao ato de interpretar, não estou considerando o sentido lógico de analisar de fora, como observador neutro. Mas interpretar no sentido de envolver a minha experiência como pesquisador, juntamente com as experiências dos sujeitos participantes no momento da entrevista e nossas experiências anteriores, o que torna possível ir além do papel tradicional que cada um deveria representar.

Seguindo esse pensamento, as considerações de Lukács (1965) e Benjamin (1975) apontam e indicam uma opção metodológica de se utilizar a técnica de entrevista narrativa para convocar elementos teóricos necessários à interpretação dos resultados obtidos. A entrevista torna possível encontrar relatos de experiências que se manifestam na vida real dos participantes e ao mesmo tempo, conversam com a teoria.

Muylaert et al. (2014) afirmam que a entrevista constitui uma técnica alternativa para se coletarem dados não documentados sobre determinado tema. É uma técnica de interação social, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informação. A entrevista pode ter caráter exploratório ou ser uma coleta de informações. A de caráter exploratório é relativamente estruturada; já a de coleta de informações é altamente estruturada.

Nesta pesquisa foi elencada a entrevista semiestruturada, por ser aquela em que o pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal. A intenção era interferir o mínimo possível nos relatos dos participantes que tentariam, de alguma forma, reconstruir suas emoções e vivências a partir de um olhar presente sobre a própria vida.

Posteriormente, por meio das informações obtidas com a leitura do material, foram elencados alguns dos objetivos da pesquisa. A elaboração destes objetivos serviu como base para subsidiar a análise das entrevistas, isto é, foram desenvolvidos e convocados pelo pesquisador para facilitar a compreensão da investigação dos dados adquiridos, a fim de produzi-los.

Contudo, no caso das entrevistas realizadas com os participantes, foi feita uma divisão das questões, com a finalidade de agrupar os questionamentos de acordo com os objetivos propostos, além de também facilitar a posterior construção das categorias.

A análise tem como objetivo organizar os dados de forma que fique possível o fornecimento de respostas para o problema proposto. Para isso, realizou-se o processo de mergulhar nos relatos, ouvir e ler várias vezes, a fim de perceber as categorias de análise que se manifestam em segundo plano nas entrevistas. Para que as informações possam ser adequadamente analisadas, faz-se necessário organizá-las, o que é feito mediante seu agrupamento em certo número de categorias previamente estabelecidas.

A sexualidade e a cultura são fatores comuns entre os sujeitos que dialogaram comigo, e que, principalmente, me ajudaram a refletir sobre a temática ao qual me debrucei. Mas cada um vivenciou de forma subjetiva o processo de constituir suas identidades, o que me levou a tentar ir além do que foi dito e procurar relacionar com os mecanismos que atuam no processo de normalização dos corpos surdos gays.

Por fim, apresento a organização dos três capítulos que compõem essa dissertação: o capítulo I, intitulado como “**Introdução**” está organizado em três momentos. A primeira seção “**Trajetórias de um pesquisador**” traz uma pequena retrospectiva dos (des)caminhos que resultaram na presente pesquisa. A segunda seção da Introdução “*A produção de conhecimentos na área: O levantamento bibliográfico como procedimento de pesquisa*” mostra o panorama geral das produções que dialogam e diferem da minha pesquisa e, por último, o percurso metodológico no qual são debatidas as duas principais perspectivas que lançam leituras e concepções sobre o campo da surdez e dos surdos: a concepção clínico-terapêutica e o modelo socioantropológico. Este capítulo pretende registrar o percurso histórico dos deslocamentos dos discursos da surdez como deficiência para a compreensão da constituição dos

surdos como um grupo cultural, objeto de práticas colonialistas ouvintes. Nesta discussão, foram convocados autores como Fernandes (2000), Perlin (2005), Ladd (2013) Skliar (1998, 1999) e Strobel (2013), do campo dos Estudos Surdos em Educação. Ainda nessa parte do estudo, está realizada a contextualização da pesquisa, a fim de mostrar o levantamento em periódicos de produções científicas que dialogam com meu tema. E, por fim, estão abordados meus (des)caminhos e percursos metodológicos, responsáveis por dar corpo à presente pesquisa.

No Capítulo II, **“O Multifacetamento das Identidades Surdas e a Fabricação Histórica da Normalidade”** busca-se explicar as categorias analíticas resultantes do material empírico nesse percurso são: espelho da norma como estratégia de normalização; instituição familiar como polícia da sexualidade e das identidades surdas e medicalização da sexualidade e das identidades surdas. As categorias serão explicadas nesse capítulo que pretende problematizar e desconstruir as representações essencializadas dos sujeitos surdos, através da análise e reflexão acerca dos estudos sobre identidade, alteridade e diferença. Os interlocutores convocados para me guiar nesse processo foram Fernandes (2003), Louro (2000), Perlin (2005) e Silva (2005), Skliar (1998,1999 e 2005), Lane (1992), Ladd (2003) e Foucault (2001). Além disso, buscou-se evidenciar a normalização como um mecanismo que permite aproximar surdez e a homossexualidade, quando narrados a partir dos discursos e representações patologizantes, para isso utilizei produções de Foucault(1988) e Canguilhem (2002), Sierra(2013), Veiga-Neto (2000, 2003 e 2007) e Lopes(2007).

No Capítulo III **”Desdobramentos da norma na surdez e na homossexualidade”**, as categorias analíticas articulam as análises e reflexões desenvolvidas a partir das entrevistas, procurando promover o diálogo entre os dados empíricos (relatos dos participantes) e o referencial teórico que serviu como base na produção dos capítulos anteriores. E, por fim, desenvolvo a aproximação entre os Estudos Surdos e os de sexualidade, com o intuito de refletir e evidenciar como a normalização que opera tanto na surdez, quanto na homossexualidade, possui origens semelhantes.

Nas **Considerações Finais** está exposta a síntese dos principais resultados produzidos na presente pesquisa, com o objetivo de contribuir nas

reflexões e produções que desconstruam as percepções essencializadas e patologizadas da surdez, construindo possíveis deslocamentos e rupturas na hegemonia dos discursos da (a)normalidade. Ao final, almeja-se ter realizado uma contribuição científica que promova um olhar dos sujeitos surdos, a partir da diferença, que possa agregar futuras produções no campo temático abordado.

## 2 O MULTIFACETAMENTO DAS IDENTIDADES SURDAS

Neste capítulo pretendo problematizar e desconstruir as representações essencializadas dos sujeitos surdos, por meio da análise e reflexão acerca dos estudos sobre identidade, alteridade e diferença. Além disso, também almejo evidenciar a normalização como um mecanismo que permite aproximar surdez e a homossexualidade, quando narrados a partir dos discursos e representações patologizantes, tendo como base os Estudos Culturais que visam contribuir para desnaturalizar as construções sociais, evidenciando, duvidando e questionando suas origens, uma vez que as análises não são neutras, nem imparciais.

Silva (2005, p.85), ao questionar como a diversidade cultural pode conviver com os fenômenos de homogeneização, me remete a tentar colaborar para o exercício de se refletir sobre os mecanismos que operam na sociedade, mecanismos que classificam, hierarquizam os sujeitos em categorias com maior ou menor privilégio.

A diferença cultural, num primeiro momento, se apresenta de forma sedutora (as diferenças de maneira harmoniosa no convívio social) e capaz de resolver os tensionamentos entre as identidades que se afirmam como modelo, e as diferenças que se constituem por não serem, ou pertencerem, a este mesmo modelo.

Na presente pesquisa, os grupos que convoco para evidenciar o percurso analítico são os sujeitos surdos gays, identidades culturais e sexuais, ou seja, diferença diante da norma ouvinte e heterossexual. Sujeitos que refletem como o debate sobre identidade e diferença é constituído por vivências subjetivas, as quais necessitam de olhar mais sensível e profundo.

Segundo Silva (2005, p.86), a antropologia contribuiu para que se tornasse aceitável a ideia de que podemos estabelecer sistemas que valorizem ou estabeleçam hierarquias para se determinar posições de privilegio entre as culturas existentes. Diante dessa afirmação, é necessário que se faça o exercício de compreender que as condições históricas e ambientais também são responsáveis por criar os locais habitados pelas culturas, de maneira a se

fazer possível compreender que existam grupos que se estabelecem como padrões, e os demais, que se encontram fora do mesmo.

Existem várias tendências multiculturalistas, que trouxeram contribuições para o entendimento da diferença e da diversidade, mas algumas receberam críticas, por essencializar ou tentar entender os sujeitos como seres estáveis. Segundo Silva (2005) o multiculturalismo aparece como um movimento ambíguo diante dessas relações de poder que sustentam a diversidade.

(...) Há, em segundo lugar, talvez de uma forma menos nítida, a imagem de um outro multicultural. Um outro multicultural que ocupa uma espacialidade de certo modo ancorada na política da mesmice — de pertencimento a uma comunidade que deve estar sempre bem ordenada e solidificada —, talvez identitária, ainda que submetida a uma única essência, a um único *modus vivendi*— e, quem sabe, cultural — mas sempre de equivalência. É um outro, a quem se faz oscilar entre o ser-radicalmente-outro, o outro-igual e o-outro-a-ser tolerado (e/ou o aceito, e/ou a ser respeitado, e/ ou a ser reconhecido etc.) O outro multicultural naufraga como imagem entre o ser-diverso e o ser-diferente. (SKLIAR, 2003, p.43).

Este movimento emerge como consequência e reivindicações dos grupos considerados minoritários, que buscavam reconhecimento diante dos grupos hegemônicos e, paralelamente, uma possível forma de apaziguar os problemas internos existentes entre si. Esse movimento trouxe contribuições para se evidenciar algumas pautas oriundas da própria diferença, porém não foi o suficiente para evidenciar o universo existente dentro do grupo dos surdos:

O projeto do multiculturalismo conservador é, na realidade, querer construir uma cultura comum, anulando o conceito de “fronteira” e deslegitimando as línguas minoritárias. É um boicote à própria educação bilíngue, pois rejeita-se a ideia da etnicidade da surdez e coloca-se o “ouvintismo” como uma norma invisível através da qual tudo é médico e julgado. (SKLIAR, 1999, p. 33).

Silva (2005) afirma ser necessário ir além do que expressa o chamado “multiculturalismo liberal”, que prega somente o respeito, tolerância e a convivência com as diferenças sociais, pois o discurso da tolerância só invisibiliza e mascara as subjetividades existentes nos grupos culturais, como podemos perceber ao procurarmos por produções que tragam ao debate as vivências dos surdos gays.



Segundo Hall (1992), a noção essencializada de identidade do sujeito estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado. É importante desconstruir esse desejo de “essencializar” as identidades dos sujeitos, pois elas são marcadas por sistemas e representações que resultam das relações de poder.

Nesse processo, minha pesquisa assume a perspectiva pós-estruturalista, pois ela concebe a diferença como um processo linguístico e discursivo. Essa perspectiva foi retratada no capítulo anterior, no qual abordei duas concepções diferentes sobre a surdez (a clínico-patológica e a socioantropológica). Silva (2005) afirma que a diferença não é uma característica natural, ou seja, a surdez pode ser discursivamente narrada, ora pela medicina, ora pela cultura.

Diante disso, os Estudos Culturais consideram que os processos linguísticos operam em conjunto com os processos de significação, que acabam por produzir a diferença manifestada nas relações de poder. Por exemplo, ser surdo é, ao mesmo tempo, não pertencer ao campo da normalidade ouvinte. E é dentro desse processo que conseguimos identificar o grupo considerado “normal”, sendo o grupo da norma ouvinte, com seu sistema de comunicação baseado na oralidade e do outro lado, grupo da que habita os discursos da anormalidade, a diferença surda, por ser uma ruptura no padrão da hegemonia da língua oral. Essa exemplificação dialoga com Veiga Neto e Lopes (2007) ao afirmar que:

Com isso, elas defendem a inclusão do diferente, entendendo-o como um “único estranho”, um exótico, um portador de algo que os outros, normais, não possuem. Resulta, dessa forma de diferenciar, o paradoxo de silenciar aqueles que “já estavam ali”, de reforçar as noções de normalidade e anormalidade, de fazer proliferar e de disseminar as normas e os correlatos saberes especializados, e, até mesmo, de gerar exclusão. (VEIGA NETO; LOPES, 2007, p. 949).

Devemos ir além de respeitar e tolerar as diferenças, o foco deve ser direcionado para as relações de poder que afetam sua produção. Analisar esse processo, que trará destaque às desigualdades e assimetrias que se reproduzem diariamente. Nesse sentido, aprofunda-se o debate sobre a surdez e questiona-se como a sexualidade é vivenciada por esse grupo cultural. A

sexualidade que pretendo debater é a heterossexualidade e o ouvintismo como produtos da norma.

Silva (2004, p.105) afirma que os estudos pós-estruturalistas apresentam a ideia da identidade como algo absoluto. No sentido de que, ser homossexual é de alguma forma escapar, em partes, às definições da heterossexualidade, assim como ser surdo, se faz ao não reproduzir o padrão ouvinte, a definição da minha identidade é sempre dependente da identidade do outro.

É importante que se compreenda os processos de significação da identidade e como a sociedade opera como um dos mecanismos que tem o poder de atribuir significados. É no convívio social que construímos nossas significações em relação ao nosso conhecimento de mundo. O certo e o errado, julgamentos e valores, são construídos a partir do que se vê, sente e percebe, pelo que é dito e também pelo que é omitido.

Para compreender melhor esse processo, podemos destacar a maneira como o sexo é abordado na sociedade. Uma temática, cheia de cuidados e omissões, realizada pela igreja, escola e família, que deve ser filtrada e censurada, dependendo da idade, e muito mais, se ela for relacionada às sexualidades diferentes da heterossexual.

Isso é consequência do ato de atribuir significados, que está intimamente ligado ao poder. Segundo Silva (2005), alguns grupos são responsáveis de impor seus significados sobre os outros. Ao analisarmos a história do povo surdo, perceberemos que ela foi contada por muito tempo pelas narrativas ouvintes, principalmente pela concepção clínica/patológica, afirmando a construção de corpos que ganharam significação a partir da falta ou ausência da audição. Como já foi expresso por Fernandes (2003):

(...) o discurso monolítico da surdez audiológica, no qual o único lugar marcado para as diferenças está delimitado por graus e tipos de perdas auditivas que subordinam o sujeito surdo a uma alteridade representada pela ausência de audição e pelo distanciamento da normalidade logocêntrica dos ouvintes, ela está, também, comprometida pela força centrífuga da unificação discursiva (...) (FERNANDES, 2003, p.24).

Diante dessa discussão, não é novidade, que ao se destacar a “falta” da habilidade ser ouvinte, se propaga ao mesmo tempo, a noção de anormalidade

do corpo, ligada à noção de deficiência. Esse fenômeno de significação construída socialmente se assemelha à homossexualidade, narrada também pelos discursos clínicos medicalizantes da heteronormatividade.

Acredito que, ao chegarmos até aqui, podemos dialogar sobre a diferença entre a surdez e a homossexualidade e como elas passaram por processos semelhantes de diferenciação em relação à norma. Silva (2005) sugere se ir além do discurso de que se deve tolerar as diferenças, mas de questionar os processos institucionais e discursivos, que antes de mais nada definem o que é certo e errado, o que é moral e o que é imoral, o que é normal e o que é anormal.

O pensamento moderno se baseou na construção de histórias, explicações e identidades a partir de princípios considerados fundamentais e irreduzíveis. E são justamente esses princípios fundamentais que trago à reflexão com a presente pesquisa. Mais especificamente, vamos refletir sobre os processos de construção de verdades sobre a identidade dos corpos marcados pela surdez e pela homossexualidade.

Veiga Neto (2000) afirma que somos sujeitos fragmentados e aponta para a necessidade de examinarmos os processos pelos quais se formam e se alteram os fragmentos em cada um de nós e como eles se relacionam entre si e com os fragmentos dos outros. Nesse caso, afirmo que cada um de nós, enquanto parte da humanidade, não somos essencializados: somos resultantes das interações, vivências e experiências enquanto ser humano, que resulta em nossa constituição; um conjunto de fragmentos, uma união de pedacinhos de tecidos. Eu, por exemplo, sou um professor que trabalha 60 horas semanais, sou pai de uma criança, um sujeito que vivencia a bissexualidade, pesquisador na Educação, cada parte de minha vida constitui o todo de minha existência, e isso também ocorre com os demais seres que dividem a experiência de ser humano. Diante dessa afirmação pode-se questionar: Existe um modelo de sujeito surdo que seja fixo e essencial?

É uma obviedade a negação como resposta desse questionamento. Os surdos são sujeitos que vivenciam resistências que ultrapassam o reconhecimento da língua; que possuem sexualidade, história própria, sendo assim, dentre vários exemplos, o surdo gay como a diferença dentro da diferença. Esse mesmo sujeito também é multifacetado dentro de sua

categoria. É, portanto, necessário debater a diferença da surdez e contribuir para a valorização da subjetividade desses sujeitos políticos que produzem – e ao mesmo tempo transgridem – as narrativas construídas acerca do seu grupo cultural, constituído também por surdos negros, indígenas, mulheres com deficiência.

Por algum tempo tentou-se reduzir um grupo cultural dos surdos à explicações e significações homogeneizantes, como se houvesse um modelo capaz de representar o multifacetamento desses sujeitos. E o sujeito que estamos tomando como referencial para análise possui um universo dentro de si, que vive em constante mudança, interpelando e sendo interpelado pela sociedade. Seria restritivo e incoerente da minha parte reforçar o pensamento de se essencializar ou fixar a constituição dos sujeitos como diferença, a intenção é contribuir para expandir as percepções sobre a surdez e destacar a pluralidade que envolve a existência desses sujeitos.

E, dependendo do olhar epistemológico, podemos afirmar que a diferença está em tudo: não existe nada que não seja a diferença. No pós-estruturalismo o sujeito passa a ser entendido como uma invenção cultural, social e histórica. Fica um pouco mais fácil de compreender essa epistemologia se pensarmos como seria o mundo se invertêssemos os papéis entre hegemonia e minoria, entre os ouvintes e os surdos. Se vivêssemos em um mundo construído e narrado pela maioria surda, a diferença seria vivenciada pela minoria ouvinte. Como seria se a maioria da sociedade tivesse construído realidades a partir da experiência visual? Que valores e crenças e representações seriam mobilizadas? Esse exercício, de se deslocar os papéis entre os grupos, nos aproxima do entendimento sobre a produção de identidade e diferença.

Foucault (2001) nos fala que não existe sujeito em sua acepção universal, essencializada e unificada, a não ser como o simples e puro resultado de um processo de produção cultural e social. Isso se exemplifica ao vermos como deslocar a sexualidade ou a surdez para o campo das patologias foi um processo que reflete os valores de momentos históricos vividos pela sociedade para se explicar essas diferenças.

Para Veiga Neto (2000), identidade e diferença sempre estarão inseridas em relações de poder, ou seja, relações que procuram impor determinados

significados (e não outros quaisquer). É como resultado desses processos que se estabelecem as identidades. Silva (2005) cita Foucault, dizendo que poder e saber são mutuamente dependentes. A homossexualidade e a surdez tiveram suas identidades constituídas a partir dos aparatos discursivos e institucionais de outros grupos que exerciam o poder hegemônico de produzir verdades.

Assim como se produz verdades, o que escapa a essas mesmas verdades; ou melhor, os corpos, que negam ou desdizem essas verdades, passam, ao mesmo tempo, a criar a diferença. Derrida (1986) também destaca que a diferença se estabelece através de sua negação a outros significantes.

(...) *différance* é o que faz com que o movimento da significação não seja possível a não ser que cada elemento dito 'presente', que aparece sobre a cena da presença, se relacione com outra coisa que não ele mesmo, guardando em si a marca do elemento passado e deixando-se já moldar pela marca da sua relação com o elemento futuro. (DERRIDA, 1986, p.44).

Portanto, a diferença se constrói em uma relação de constante construção de desconstrução de verdades sobre o que ela representa, e o que ela também nega ser. Sou diferente por não me reconhecer como heterossexual; e por minhas ações, minhas práticas sexuais/afetivas escapassem às definições que explicam a heterossexualidade. Segundo Skliar (1999) as oposições binárias supõem que o primeiro termo define a norma e o segundo não existe fora do domínio daquele. De acordo com o autor, podemos considerar que ser surdo é se encontrar como minoria frente à cultura ouvinte, enquanto que ser gay é ser considerado um desvio frente os modelos da heterossexualidade.

E, ainda, no exercício de se compreender os fatores que constituem a produção da identidade, é necessário que se façam análises que dialoguem com a proposta de Silva (2005), de se compreender porque algo se tornou verdadeiro. Entender e questionar quais processos construíram as relações binárias entre surdo/ouvinte homossexual/heterossexual, como sendo "(...) cada vez mais, a posição de ambiguidade entre identidades de gênero é o lugar que escolhem para viver". (LOURO, 2004).

É nesse sentido que os Estudos Culturais contribuem para compreender a produção da diferença. Silva (2005) os Estudos Culturais concentram-se na

análise da cultura, como experiência vivida de um grupo social. É a diferença falando sobre ela mesma, oportunidade de reverter alguns valores e significações, uma vez que, os Estudos Culturais concebem a cultura como um campo de luta em torno da significação social.

Para Silva (2005), a cultura é um jogo de poder, capaz de deslocar as representações de grupos, e acabar por refletir nas vivências individuais dos sujeitos. Esse processo pode ser ilustrado ao lembrarmos que em 1880 ocorreu o chamado Congresso de Milão, marco histórico para os surdos, no qual a língua de sinais foi posta como a grande vilã, prejudicial no processo educacional, passando a ser gradativamente banida da educação dos surdos.

Vamos pensar em quase cem anos de uma sociedade que ignorou a importância da língua de sinais para o desenvolvimento do sujeito surdo. Um congresso que reuniu diversos líderes e representantes mundiais que demonstravam o desconhecimento sobre a cultura surda, porém exerciam o poder de definir as verdades que determinaram os caminhos mundiais da educação desse grupo que, conseqüentemente, teve sua identidade ferida e invisibilizada no cotidiano de suas vidas escolares e sociais.

Diante da conjuntura política que estou vivenciando, é essencial como professor brasileiro, no ano de 2019, me assumir como pesquisador negro, que cresceu junto dos sujeitos surdos, vivenciando e sendo a diferença sexual. Através dessa produção científica, pretendo contribuir para a construção de mais um elemento de intervenção na vida política e social, de acordo com a afirmação de Louro (2000):

(...) para aqueles e aquelas que se reconhece nesse lugar, assumirem a condição de homossexual ou de bissexual é um ato político e nas atuais condições, um ato que pode cobrar um alto preço de estigmatização (...). (LOURO, 2000, p.49).

E assim, mostrar o papel da linguagem e do discurso na produção das representações acerca da surdez e da homossexualidade. Diante disso, pode-se dizer que os discursos patológicos e/ou morais sobre esses grupos são resultantes da criação e interpretação social. Esses conhecimentos estão envolvidos no que Silva (2005) chama de uma economia de afeto que busca produzir um certo tipo de subjetividade e identidade social.

Ou seja, a diferença, segundo os Estudos Culturais, resulta de todo conhecimento que se constitui num sistema de significação estreitamente vinculado com relações de poder. É nesse sentido que devemos desconfiar da benevolente proposta de tolerar e respeitar a diferença, uma vez que no discurso da diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas, cristalizadas e essencializadas. Não quero me desfazer da importância que existe na noção de respeito e tolerância, ainda mais no contexto fascista que o Brasil vive, mas quero chamar atenção para o fato de que ainda faz-se necessário entender a diferença a partir dos seus próprios discursos: a homossexualidade sendo narrada por ela própria, a surdez contando sua experiência de ser. E a partir disso, quem sabe, as políticas tragam reais reivindicações, que ultrapassem a noção de direito básico – muitas vezes não garantido – de respeitar e tolerar.

Nessa perspectiva, podemos até pensar que, à primeira vista, a identidade parece ser uma referência de afirmação sobre “ser” (ser gay, ser negro, ser surdo). Assim como também a diferença parece ser a oposição em relação à identidade, aquilo que constitui o outro. Mas o que na verdade ocorre é um ciclo de interdependência entre elas.

Para que eu possa afirmar minha identidade, preciso afirmar a existência de outros sujeitos que não correspondam à minha própria identidade. Por exemplo, para que eu tenha uma identidade homossexual, é necessário afirmar que existe a identidade heterossexual; ou melhor, é necessário que eu negue a existência de uma única identidade heterossexual.

Portanto, podemos verificar que uma identidade é um fragmento diante de uma gama de negações para se afirmar a identidade que expressa o meu ser. No meu caso, ser negro é não ter pele branca, não ter olhos claros, não ter cabelos lisos; é ter uma história compartilhada com milhões de negros que assistiram suas histórias serem narradas pela hegemonia dos discursos produzidos por uma supremacia branca eurocêntrica.

As afirmações sobre diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as informações sobre identidade que a constitui. De acordo com Silva (2005), as afirmações sobre a diferença dependem de uma cadeia, geralmente de declarações negativas, sobre (outras) identidades; portanto, identidade e diferença são inseparáveis.



A identidade e a diferença são resultantes de atos e criações linguísticas, são criaturas do mundo cultural. Ambas precisam passar pelo processo de nomeação, sendo necessário que existam variados e complexos atos linguísticos que as possam definir, conforme afirma Skliar sobre a diferença:

A pedagogia do outro como hóspede de nosso presente é a pedagogia cujo corpo se "reforma" e/ou se "auto-reforma"; é a ambição do texto da mesmidade que tenta alcançar o outro, capturar o outro, domesticar o outro, dar-lhe voz para que diga sempre o mesmo, exigir-lhe sua inclusão, negar a própria produção de sua exclusão e de sua expulsão, nomeá-lo, confeccioná-lo, dar-lhe um currículo "colorido", oferecer-lhe um lugar vago, escolarizá-lo cada vez mais, para que, cada vez mais, possa parecer-se com o mesmo, ser o mesmo. (SKLIAR, 2003, p.47).

Esse processo pode ser evidenciado nas tentativas de se explicar e nomear a homossexualidade que, ao ser descrita a partir do viés patológico, foi compreendida como "homossexualismo". Processo também manifestado com a surdez, ao lembrar que aos sujeitos surdos já foram dadas nomeações advindas do senso comum como "surdo-mudo"; também através do discurso clínico "deficiente auditivo" e, por fim, cito a (re)significação de um grupo cultural com língua e história própria, "surdos".

A afirmação da identidade enquanto norma e a enunciação da diferença traduzem diferentes desejos, de grupos sociais assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. Na relação hierárquica, a identidade nomeia a diferença e vice-versa; a diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas, como Skliar (2003) afirma:

O outro já não é dado senão como uma perturbação da mesmice, um "rosto" que nos sacode eticamente. O outro não irrompe para ser somente hospedado ou bem-vindo, nem para ser honrado ou insultado. Irrompe, em cada um dos sentidos, nos quais a homogeneidade foi construída. (SKLIAR, 2003, p.44).

A identificação e a diferenciação resultam nas marcas da presença do poder, que pode se verificar na demarcação de fronteiras que os sujeitos transitam. Esse processo é responsável por definir e estabelecer limites nas identidades, entre o ser/pertencer àquela identificação; ou, ao contrário, ser identificado pode garantir direitos ou a ausência dos mesmos. Ser surdo já



significou não ter direito à educação, assim como a homossexualidade ainda não possui reconhecimento legal para união estável em vários lugares do mundo.

Segundo Silva (2005), nesses processos de fronteira identitária habitam os atos de incluir/excluir, classificar em bons/maus, identificar entre nós/eles, colaborando e alimentando as noções e mecanismos de normalização. Ou seja, a afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam sempre, nas operações de incluir/excluir, demarcando o pertencimento e o não pertencimento nas relações de poder que articulam a sociedade.

O filósofo France Jacques Derrida analisou as oposições binárias, expressando que sempre um dos termos, o primeiro é privilegiado, recebendo o valor positivo, como nas dicotomias/binarismos: branco/negro, ouvinte/surdo e heterossexual/homossexual. Segundo o autor, a hierarquização das identidades e diferenças nas relações de poder se desenvolvem a partir da fixação de uma norma através de uma identidade.

A recordarmos como as culturas pré-colombianas foram descritas pelos europeus, podemos entender como o eurocentrismo cultural se estabeleceu como norma; ou, voltando para o tema da presente pesquisa, ao reconhecer que a sociedade se estruturou e organizou em função da cultura ouvinte, que acaba como classificar ou estabelecer a surdez como ausência/deficiência diante da norma ouvinte.

Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis em relação às outras, que são avaliadas como negativas. Nesse contexto, podemos entender que os fatores até aqui apresentados, colocaram a homossexualidade como patologia/doença<sup>22</sup>; logo, a heterossexualidade relacionada ao corpo sadio, limpo e puro.

No ato de se produzir a diferença, o anormal é inteiramente constitutivo do normal, ou seja, a homossexualidade faz parte da explicação do que se constitui a heterossexualidade. De acordo com Louro (2007), ao falarmos sobre as sexualidades e como elas se constituiriam, deve-se considerar que tal processo ocorre através das formas como se vive sua sexualidade.

---

<sup>22</sup> Será abordado no capítulo DESDOBRAMENTOS DA NORMA NA SEXUALIDADE.

Silva (2005) fala sobre dois processos que operam na produção de identidade: um que estabiliza e fixa, e outro que subverte e desestabiliza. O autor fala sobre as interpretações biológicas, que não passam de uma imposição de significação sobre algo que, sem elas, não tem qualquer significado. Explicar a sexualidade através de discursos medicalizantes é reduzir a sexualidade às características biológicas dos corpos, classificadas em machos/homens e fêmeas/mulheres. Guarido (2010), ao se referir ao discurso médico sobre a educação, afirma que:

De maneira geral, a crítica dirigida por diversos autores à medicalização diz respeito à redução de questões amplas - que envolveriam em sua análise diversas disciplinas (sociologia, antropologia, psicologia, economia, ciências políticas, história, medicina, etc.) - a um único domínio metodológico disciplinar: a medicina. A medicalização foi então tomada como expressão da difusão do saber médico no tecido social, como difusão de um conjunto de conhecimentos científicos no discurso comum, como uma operação de práticas médicas num contexto não terapêutico, mas político-social. (GUARIDO, 2010, p. 30).

Medicalizar significa reduzir os acontecimentos e fenômenos sociais/culturais a questões de causa biológica e/ou psicológica, que, por consequência, são entendidos a partir da patologização. Sendo assim, medicalização e patologização relacionam-se entre si e configuram-se em uma lógica que não consegue acolher as diferenças socioculturais.

Como afirma Collares e Moysés (1994):

(...) refere-se ao processo de transformar questões não-médicas, eminentemente de origem social e política, em questões médicas, isto é, tentar encontrar no campo médico as causas e soluções para problemas dessa natureza. A medicalização ocorre segundo uma concepção de ciência médica que discute o processo saúde-doença como centrado no indivíduo, privilegiando a abordagem biológica, organicista. Daí as questões medicalizadas serem apresentadas como problemas individuais, perdendo sua determinação coletiva. Omite-se que o processo saúde-doença é determinado pela inserção social do indivíduo, sendo, ao mesmo tempo, a expressão do individual e do coletivo. (COLLARES; MOYSÉS, 1994, p.26).

Mas o ser humano é cultural, afetivo, social, interpretação que ultrapassa as explicações biológicas, como produto da linguagem, são elas mesmas histórico-culturais. Diante dessa afirmação, é importante que se compreenda

que não existem identidades originais, pela relação de hibridismo que o processo de produção de identidades alimenta, como podemos perceber na cultura surda, quando Perlin (2005) ao tratar da identidade surda nos diz que:

É evidente que as identidades surdas assumem formas multifacetadas em vista das fragmentações a que estão sujeitas, face à presença do poder ouvintista que lhes impõem regras, inclusive, encontrando no estereótipo surdo uma resposta para a negação da representação da identidade surda ao sujeito surdo. (PERLIN, 1998, p.52).

Diante dessa afirmação, que se repete nas produções de Silva (2005), o hibridismo vem sendo analisado como processo de produções de identidades nacionais, raciais, culturais e sexuais. É partindo dessa perspectiva que me proponho conhecer e dialogar com os sujeitos da presente pesquisa, reconhecendo-os como sujeitos inseridos em contextos culturais e sexuais responsáveis pela produção de suas identidades, fator que colabora em afirmar que devemos desconfiar da essencialidade das identidades tidas como originais.

Nesse sentido, as teorias contemporâneas sobre sexualidade ajudaram no processo de se questionar as oposições binárias nas quais se baseiam os processos de fixação das identidades sexuais. Silva (2005) aponta que a identidade e a diferença estão ligadas aos processos de significação, ou seja, a identidade não é um significado por si, significado capaz de sustentar os processos de hierarquização que anteriormente citei.

A palavra “surdo” está carregada de enunciados que atravessam os tempos históricos e suas representações, assim como a homossexualidade, que representa diversos enunciados que fixam e deslocam seus significados e dependem do espaço ou tempo histórico.

Para Hall (1990), a representação é concebida como um sistema de significação, concebida unicamente em sua dimensão significante. Nem todos os gays são iguais, nem todos os surdos são iguais; seguindo o pensamento de Perlin (2005), nem todas as experiências surdas se parecem e não emergem no registro da repetição de um no outro. A diferença, seja linguística ou sexual, é um movimento constante que desestabiliza a noção de fixação das identidades.

Não existe povo surdo essencializado, fixo e imutável. Ser surdo não se resume a estereótipos: é com auxílio da desconfiância da essencialidade das identidades que se torna possível estabelecer novas formas de identificação e estabelecimento de identidades.

Segundo Perlin (2005), a cultura surda é o lugar para o sujeito surdo construir sua subjetividade de forma a assegurar sua sobrevivência e a ter seu *status quo*, nas múltiplas culturas, múltiplas identidades. Ou seja, a diferença dentro da diferença se faz presente; dentro do grupo cultural dos surdos é que os sujeitos são capazes de contar e produzir a própria história.

Ao considerarmos a existência de múltiplas identidades surdas, entendemos que elas são heterogêneas e apresentam diferentes manifestações e vivências no jeito “surdo de se viver”. Perlin (2005) classificou as identidades surdas nas seguintes categorias:

- a. identidade surda: aquela que cria um espaço cultural visual dentro de um espaço cultural diverso, ou seja, recria a cultura visual, reivindicando à História a alteridade surda;
- b. identidades surdas híbridas: aquelas de surdos pós-locutivos, que nasceram ouvintes e se tornaram surdos;
- c. identidades surdas de transição e formadas por surdos que viveram sob o domínio da cultura ouvinte (em geral, os surdos oralizados) e que posteriormente são inseridos na comunidade surda (processo de “des-ouvintização” da representação da identidade);
- d. identidade surda incompleta: aquela dos surdos que vivem sob o domínio da cultura ouvinte e negam a identidade surda;
- e. identidades surdas flutuantes, formadas por sujeitos surdos que reconhecem ou não sua subjetividade, mas que desprezam a cultura surda, não se comprometendo com a comunidade.

Hall (2006) afirma que o sujeito pós-moderno não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente. Torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. Ou seja, tentar explicar as identidades surdas categorizando-as seria uma forma

de reduzi-las e fixá-las em padrões, o que não corresponde à realidade da existência surda.

Ao refletir sobre a importância de valorizar e promover o reconhecimento das práticas culturais de grupos que historicamente foram excluídos em diferentes contextos sociais, ainda, percebe-se a desvalorização contínua de algumas culturas com base em diferentes tipos de relações de dominação, sejam elas por motivos políticos, étnicos, linguísticos, de gênero ou de orientação sexual.

Diante disso, se faz necessário promover a reflexão sobre os processos de criação e preservação de diferenças e desigualdades nas relações de poder em que os surdos e os ouvintes estão inseridos. Por mais que a Antropologia tenha surgido como uma ciência capaz de considerar a pluralidade de culturas e explicá-las como diferentes modos de se viver, ela, por um período de tempo, disseminou a ideia de que haveria culturas superiores e inferiores.

De acordo com Santos (2003), essa visão também contribuía para a produção de posicionamentos relativistas (cada cultura como incomensurável e diferente) ou classificatório (qualificar as diferentes culturas dentro de escalas evolutivas), da elementar (primitiva) à complexa (civilizada). Essa classificação serviu para cunhar a cultura ocidental europeia como padrão de cultura civilizada e, conseqüentemente, justificar as práticas ouvintistas, uma vez que a língua oral sempre foi considerada como parâmetro de normalidade, enquanto a língua de sinais se desenvolvia marginalizada frente aos modelos hegemônicos de língua.

Em meados do século XX, com a crise da modernidade, surgem tensionamentos em relação a esses pontos de vista. A antropologia, a linguística, a filosofia e a sociologia passam a questionar a epistemologia das culturas dominantes e começam a produzir pesquisas voltadas para a construção de uma epistemologia multicultural que se consolida, de acordo com Veiga-Neto (2003), sob a influência da virada linguística e dos Estudos Culturais.

A “virada linguística” foi um movimento filosófico derivado, principalmente, da obra de Wittgenstein (1979). Segundo esse autor, a linguagem é compreendida como local de produção de sentidos, que se desenvolvem no contexto de seu exercício, não de maneira preexistente.

A “virada linguística”, para Silva (1999), passa a considerar os elementos da vida social, entre eles a cultura, que começa ser entendida como um processo que se produz discursivamente.

Portanto, não existem linguagens e culturas ideais, elas são contingentes, sendo “(...) que no máximo ela pode fazer é mostrar como o mundo é constituído nos jogos de poder/saber por aqueles que falam nele e dele, e como se pode criar outras formas de estar nele”. (VEIGA-NETO, 2003a, p. 13).

A cultura ouvinte, enquanto padrão e norma, desloca os surdos para que sejam entendidos como os “outros”. A relação com o “outro” é extremamente relevante nessa perspectiva, porque, historicamente, o “outro”, ou melhor, os surdos têm sido excluídos em diferentes contextos (sociais, políticos, educacionais e familiares). Diante dessa perspectiva, Skliar e Duschatzky (2001) relata três diferentes posturas que a sociedade adota para lidar com o “outro” no cotidiano da educação. Conseqüentemente, esses processos foram e ainda são vivenciados pelos surdos diariamente em instituições educacionais e nos demais âmbitos da sociedade, sendo essas diferentes maneiras de se compreender o outro: como fonte do mal, como sujeito pleno de um grupo social, como alguém a tolerar.

Conceber o “outro” como fonte do mal envolve as práticas de repressão, discriminação explícita, constrangimento e até a punição física da pessoa. Essa compreensão parte do princípio da existência polarizada entre os sujeitos, entendidos como bons e civilizados (normalmente os surdos que melhor se adaptam à norma ouvinte) e dos maus, ignorantes e desviados (surdos que desafiam a estrutura ouvintista ao reivindicar os seus direitos, sua língua e sua própria cultura). Lopes Terceiro (2018) afirma que os discursos de surdez das práticas ouvintistas se valem da prática do Oralismo, ainda hoje, justificando a política de que o bem-estar e a socialização dos surdos dependem do aprendizado da comunicação oral.

Na percepção do “outro”, como sendo um sujeito pleno de um grupo social, cada cultura é compreendida como uma comunidade homogênea e, nesse caso, as diferenças de cada uma são essencializadas. Nesse contexto, desconsidera-se a existência da diferença entre os surdos, ou seja, acredita-se que as descrições generalizadas sobre a experiência de ser surdo se resumam

em língua de sinais, sem ao menos considerar as particularidades e controvérsias existentes dentro do mesmo grupo cultural.

(...) corremos desesperados a aumentar o número de alunos e de cadeiras nas aulas, mudamos as capas dos livros que já publicamos há muito tempo, re-uniformizamos o outro sob a sombra de novas terminologias. Novas terminologias sem sujeitos. (SKLIAR, 2003, p. 40).

E, por fim, a terceira ideia de se compreender o “outro” como alguém a tolerar. Segundo o autor, essa é a mais assumida ultimamente. Para Skliar (2003), essa é percepção da pedagogia da diversidade, que fala sobre a pluralização, a inclusão, a hospedagem do “outro diverso” na escola, mas é incapaz de olhar para o “outro” como ele realmente é. Fator que não se difere da maneira com que os surdos são vistos e entendidos nas demais esferas da sociedade. Conviver com o surdo não permite que se compreenda a complexidade das especificidades existentes em sua cultura. A tolerância é o primeiro passo para que se possa de fato (re)conhecer o “outro”, ou melhor, a diferença de ser surdo.

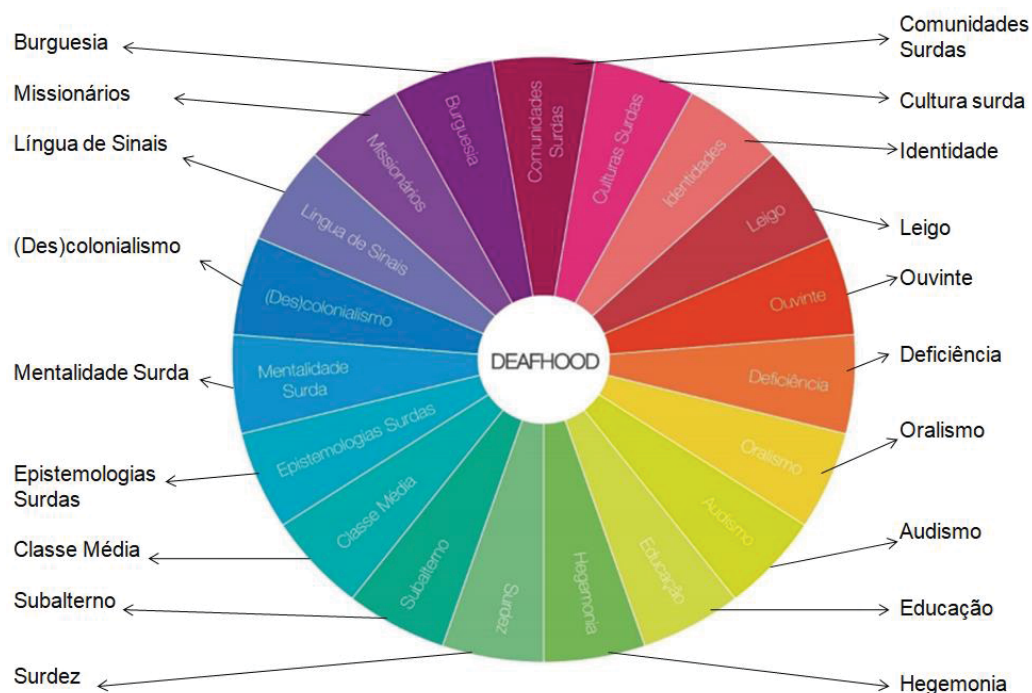
Na estrutura binária e colonizadora da cultura ouvinte sobre a cultura surda, Terceiro Lopes (2018) alerta que os ouvintes precisam mudar a forma de ver a surdez, pois, se isso não acontecer, sempre persistirá a desigualdade entre surdos e ouvintes. A descolonização dos surdos se dará através da experiência vivida e contada pelos próprios surdos, com o intuito de proporcionar uma conexão com a história de resistência e de dívida que a sociedade ouvinte gerou ao negar que esses sujeitos ocupem espaços de poder e produção discursiva sobre sua existência.

Terceiro Lopes (2018) afirma, também, que a descolonização deve ter como base a construção de uma “epistemologia Surda”, definida como “(...) maneiras Surdas de estar no mundo, de conceber esse mundo e o seu lugar ali (tanto na realidade como potencialmente)” (LADD, 2013, p. 34-35), valorizando a importância das relações das pessoas surdas entre si. O estigma vivenciado pelos sujeitos surdos é decorrente da desigualdade socialmente construída com base nos discursos que refletem a incapacidade auditiva e a busca da cura e do tratamento dos “problemas” de audição e de linguagem. Os sujeitos



surdos são constantemente vistos a partir da deficiência, por este motivo a epistemologia surda deve trazer uma ruptura para essa visão.

FIGURA 4: DEAFHOOD E SEUS DESDOBRAMENTOS



FONTE: Modelo elaborado por Lopes Terceiro (2018) e adaptado pelo autor.

“*Deafhood*”, “surdidade” ou “ser surdo” remetem ao “estado de ser”, demonstrando a impossibilidade de que uma única palavra em português alcance o conceito sugerido por Ladd. Cada sujeito constrói sua existência de modo único e, ao mesmo tempo, é interpelado pela coletividade, pelos discursos surdos e ouvintes que constituem a existência desses sujeitos:

É necessário outro termo que possa criar um espaço no qual as autoconcessão dos Surdos possam ser situadas e examinadas, optei por Surdidade. É importante perceber que não se trata de um conceito monolítico. Na verdade, o resto do livro explora diferentes leituras da Surdidade feitas por diferentes setores das Comunidades Surdas. Mas, assim como a história dos Surdos é enquadrada e penetrada por discursos sobre a surdez, também o enquadramento interno da Surdidade, olhando para o exterior, pode tornar visíveis



esses discursos Surdos para além desses enquadramentos. Ao fazê-lo, procura-se essencialmente uma epistemologia Surda, isto é, maneiras Surdas de estar no mundo, de conceber esse mundo e o seu lugar ali (tanto na realidade como potencialmente). Acabará por se verificar que um dos aspectos cruciais dessa epistemologia é não ser apenas definida por oposição, mas examinar e apresentar a natureza e a importância das relações das pessoas Surdas entre si (LADD, 2013, p. 13).

Diante dessa afirmação de Ladd, refletimos que, à primeira vista, o *Deafhood* parece expressar somente o lado afirmativo e positivo das vidas surdas, mas ele carrega consigo todas as resistências internas, os tensionamentos e as divergências típicas das relações humanas, sendo um espaço onde eu e outros ouvintes estamos inseridos também, ou melhor, estamos debaixo desse grande “guarda-chuva”, conforme destacou Lopes Terceiro. Há em *Deafhood* uma categoria analítica que expressa a construção de uma epistemologia surda.

Diante desse contexto, o conceito de *Deafhood* contribui para promover o empoderamento do povo surdo frente ao ouvintismo. Ladd e outros pesquisadores dos Estudos Surdos, ao abordarem a compreensão do *Deafhood*, são responsáveis também por produzir teoricamente evidências da existência de uma cultura surda heterogênea, multifacetada e que essa concepção tem desdobramentos importantes para contribuir no processo de descolonização dos surdos.

Uma característica chave das estratégias de descolonização no mundo tem sido trabalhar na direção de substituir esta negatividade (e outras formas de danos culturais) com visões abrangentes e unificadoras para as pessoas descolonizadas. Neste processo de reconstrução, através da redefinição, grupos colonizados e outras minorias buscaram etiquetas para essas visões, como: “Consciência Negra” e “Feminismo”. E o termo “Deafhood” pode ser usado exatamente dessa maneira (LOPES TERCEIRO apud LADD; LANE, 2002, p. 572).

O processo de descolonização *Deafhood* é considerado um fenômeno recente, mas de inquestionável importância nos processos de se fomentar uma contranarrativa, que desestabilize os modelos clínicos e normalizadores da

sociedade. Ou seja, *Deafhood* e seus estudos de teoria subalternizada ampliam atos de consciência das diferentes identidades surdas e suas experiências culturais variadas, que Lopes Terceiro (2018) exemplifica como surdos com outras diferenças associadas: surdos gays e lésbicas; surdos judeus; surdos crianças e idosos, surdos feministas, surdos de elites e grupos religiosos, entre outros. (LADD, 1998, 2003).

Hall também afirma que as identidades são definidas historicamente e não biologicamente. O sujeito assume diferentes identidades em diferentes momentos. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas.

Destaca-se que é relevante considerar que tanto a identidade quanto a diferença, sejam elas culturais ou sexuais, estarão sempre se constituindo de maneira instável, mutável, sendo inseridas em relações sociais que se confirmam e contradizem constantemente. A discussão do multifacetamento das identidades surdas será objeto de nossa reflexão no próximo capítulo.

### 3 A FABRICAÇÃO HISTÓRICA DA NORMA

Neste capítulo trago a reflexão sobre os processos de normalização, uma vez que, esses processos foram elencados como a ferramenta teórica para aproximar as temáticas (surdez e homossexualidade). Tal escolha se deve ao fato de que, historicamente, os processos de normalização afetaram e deslocaram as diferenças (nesse caso linguística e sexual) para os discursos e representações patológicas. Ao longo desse percurso apresentarei as três categorias resultantes dos relatos analisados, sendo elas:

- Espelho da norma como estratégia de normalização;
- A instituição familiar como polícia da sexualidade e das identidades surdas;
- Medicalização da sexualidade e das identidades surdas.

Para discutir a normalidade, trago minhas reflexões com base nas considerações de Foucault e Canguilhem e de seus de pesquisadores como Alfredo Veiga-Neto, Carlos Skliar, Maura Corcini Lopes, Jamil Cabral Sierra para me auxiliar a evidenciar os caminhos que levaram à fabricação das noções de normalidade/anormalidade.

A anormalidade por muitas vezes justificou as correções aplicadas por diversas instituições da sociedade. Canguilhem (2002) relaciona esta atitude social de “correção” com os mecanismos que o organismo humano cria para curar suas doenças.

[...] O organismo desenvolve uma doença para se curar. A terapêutica deve, em primeiro lugar, tolerar e, se necessário, até reforçar essas reações hedônicas e terapêuticas espontâneas. A técnica médica imita a ação médica natural (*vis medicatrix naturae*). (CANGUILHEM, 2002, p.13).

Partindo dessa perspectiva, observa-se, no período da idade moderna, como a surdez se tornou objeto de descrição e estudo pela medicina ao ponto de se desenvolver e testar cirurgias, remédios e métodos de prevenção e correção.

Não tão diferente ocorreu com as sexualidades dissidentes. Segundo Foucault (2006), a homossexualidade surgiu como uma espécie criada pela psiquiatria no século XIX, demarcada no campo da anormalidade e perversão.

Uma vez localizada entre o pecado, a imoralidade e a doença, surgem técnicas de reversão sexual, prevenção e cura para a prática entendida como patologia por vários períodos.

Sendo assim, verifica-se o ingrediente que fará a “liga” homossexualidade e surdez: ambas explicadas pelo viés da patologização de sua existência na sociedade ocidental, ambas passam pelos discursos médicos, jurídicos e moralizantes como expressões de vida urgentes à práticas terapêuticas normalizadoras.

Para que existam essas condutas terapêuticas, destinadas aos corpos desviantes, é necessário que se crie, ou melhor, que se invente, a norma. Ela funciona como um ponto de referência, “linha de corte” capaz de classificar e assim determinar, descrever, suas falhas e desvios. Para Sierra (2013), a norma seria a primeira coisa a ser definida para, a partir dela, se estabelecer o que é o normal e o anormal.

O que é a norma? Quem é normal? Responder essas perguntas remete compreender que estão relacionadas à criação de padrões sociais, pontos de referência que posteriormente servem para justificar produção e garantias de privilégios por eles desfrutados, assim como a fabricação das noções sobre anormalidade e patologia. Qualquer concepção sobre a patologia é antes de tudo um estudo prévio sobre as noções de normalidade, como afirma Canguilhem (2002):

Por conseguinte, qualquer concepção de patologia deve basear-se em um conhecimento prévio do estado normal correspondente, mas, inversamente, o estudo científico dos casos patológicos torna-se uma etapa indispensável de qualquer pesquisa das leis do estado normal. A observação dos casos patológicos apresenta vantagens reais e numerosas em relação à exploração experimental propriamente dita. A passagem do normal ao anormal é mais lenta e mais natural quando se trata de uma doença, e a volta do estado normal, quando esta ocorre, fornece espontaneamente uma contraprova verificadora. Além disso, quando se trata do homem, a exploração patológica é mais rica do que a exploração experimental, necessariamente limitada. (CANGUILHEM, 2002, p.17).

Uma vez que, o padrão se estabelece, torna-se possível localizar os desvios, para então iniciar os processos de classificação, nomeação e, por fim, surgem processos terapêuticos, responsáveis por promover a normalização ou, pelo menos, atenuar os desvios existentes.

Canguilhem (2002) aborda alguns conceitos de normal em diferentes campos epistemológicos. Entre eles é citado O *Dictionnaire de médecine* de Littré e Robin, no qual “normal” (normalis, de norma, regra) é conforme a regra, regular. Ao se tratar de língua e comunicação, a regra é ser ouvinte, se comunicar através da oralidade e valorizar a modalidade da escrita formal. Canguilhem (2002) ainda afirma:

Vocabulaire technique et critique de la philosophie de Lalande é mais explícito: é normal, etimologicamente — já que norma significa esquadro —, aquilo que não se inclina nem para a esquerda nem para a direita, portanto o que se conserva em um justo meio-termo; (CANGUILHEM, 2002, p.48).

Confesso que esse conceito, ao meu ver, torna mais fácil aceitar a heterossexualidade como norma, já que, neste caso, “o normal”, significa parâmetro de média ou referência que permita a existência de outras sexualidades, para além da heteronormatividade. Porém o que realmente sugere, nesse caso, está mais para como “deve ser” para se adequar no parâmetro de aceitável.

Esse conceito constrói e reforça o imaginário de subalternização, por exemplo, dos surdos em relação aos ouvintes, por não se adequarem à oralidade como principal canal de comunicação. Mas minha reflexão sobre o conceito de norma/normal não se encerra aqui, é preciso ir um pouco além para compreender como a norma produz exclusão em suas práticas de disciplinares.

A norma se estabeleceu em diferentes níveis e instituições da sociedade (medicina, direito, política, educação, cultura). Optei por delimitar meus questionamentos no âmbito da norma médica/biológica. Canguilhem (2002) traz alguns conceitos que auxiliam na compreensão da normalidade, e, a partir desses conceitos, é possível compreender como as diferenças foram submetidas à anormalidade.

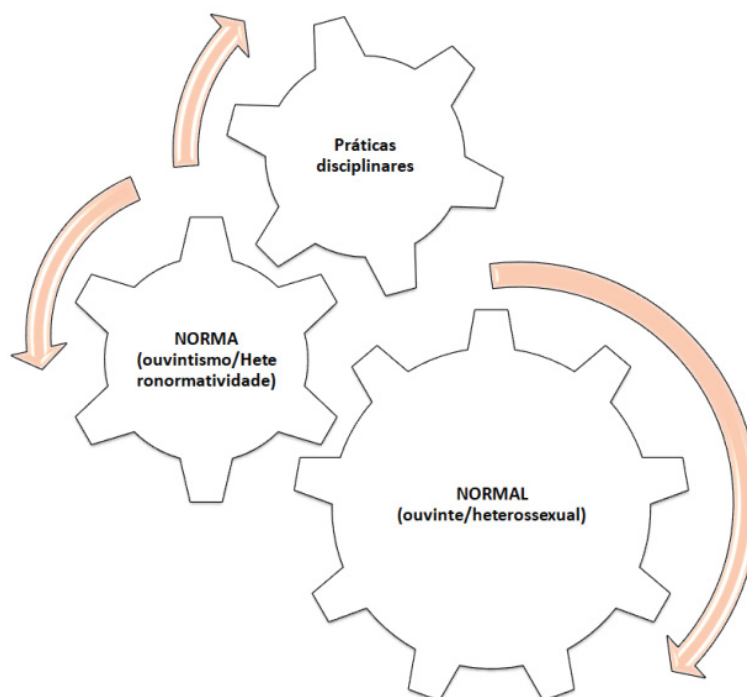
Em filosofia, entende-se por normativo qualquer julgamento que aprecie ou qualifique um fato em relação a uma norma, mas essa forma de julgamento está subordinada, no fundo, àquele que institui as normas. No pleno sentido da palavra, normativo é o que institui as normas. (CANGUILHEM, 2002, p.48).

Esse conceito de norma em filosofia também dialoga com Foucault (2001) ao afirmar que ela tem uma função positiva, de intervenção, de

transformação, porque carrega em si dois princípios: um de qualificação e outro de correção. Diante dessa perspectiva verifica-se como se chegou na possibilidade de se qualificar o corpo surdo como um corpo deficiente, por lhe faltar audição, ou o gay como um corpo doente que precisa de tratamento, visando recuperar a sexualidade desviante do padrão heterossexual.

De encontro, Foucault (2008) afirma que o “normal” é o que é primeiro, e a “norma” se deduz dele, ou seja, é a partir dessa criação/fabricação das normalidades que a norma se fixa e desempenha seu papel operatório de disciplinar a sociedade. Um mecanismo com engrenagens como podemos ver abaixo:

FIGURA 5: MECANISMOS DE NORMALIZAÇÃO



FONTE: Fonte: Elaborado pelo autor. BOAVENTURA, T, 2019.

Canguilhem (2002) explica que a natureza (physis), tanto no homem como fora dele, é harmonia e equilíbrio. A perturbação desse equilíbrio, dessa harmonia, é a doença. Nesse caso, desloca a noção de equilíbrio para a “harmonia imaginária” que a burguesia e a sociedade moderna tentaram inventar ao depositar na medicina e na natureza as explicações de seus próprios parâmetros normativos.

Enquanto isso, as diferenças, sejam elas sexuais ou linguísticas (por se tratar de perturbações que geram fissuras nesse arranjo harmônico), são tratadas como patologias. Silva (2000), sobre a produção da diferença afirma que:

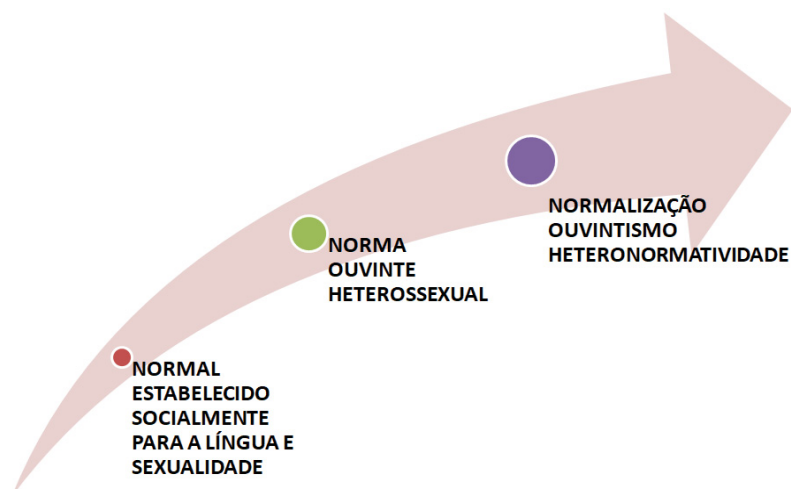
A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. (...) A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade. (SILVA, 2000, p.83).

As representações habitam a linguagem, encarregaram-se de produzir opiniões e discursos sobre a diferença, fato que deslocou as diferenças da presente pesquisa para a condição de conceitos explicados e compreendidos como patologias. Antes da patologia, os discursos sociais (jurídicos, morais, clínicos, religiosos) se encarregam de determinarem o normal, e conseqüentemente se estabelecem as normas. Nesse caso, o sujeito ouvinte/heterossexual, e a partir dessa fixação de modelos, passam a afetar a sociedade, ou melhor, normalizar através do ouvintismo/heteronormatividade<sup>23</sup>, nos mais variados níveis e contextos. Esse processo pode ser visualizado no esquema abaixo:

---

<sup>23</sup> Ouvintismo e heteronormatividade serão aprofundados nos próximos capítulos da presente pesquisa.

FIGURA 6: PRÁTICAS DE NORMALIZAÇÃO



FONTE: Elaborado pelo autor. BOAVENTURA, T, 2018.

Normal é aquele que melhor se adapta ou se enquadra ao modelo esperado e anormal aquele que não está conforme o modelo exige. Esse mecanismo expressa minha primeira categoria: “Espelho da norma como estratégia de normalização”. Os relatos resultaram nessa categoria, que expressa como as noções de proximidade com a norma se relacionam com suas preferências afetivas, superação e felicidade. Partindo dessa perspectiva, pode-se entender que a heteronormatividade se apresenta como norma em relação ao corpo homossexual, assim como o ouvintismo está para a norma do corpo surdo, colocando a subjetivação desses corpos no campo da anormalidade em relação aos modelos hegemônicos de língua e sexualidade.

Ao se determinar o normal e a norma, Canguilhem (2002) afirma que, por conseguinte, qualquer concepção de patologia (na ciência médica) deve basear-se em um conhecimento prévio desses padrões, responsáveis por expressar/representar a norma correspondente, ou seja, o estudo científico dos casos patológicos torna-se uma etapa indispensável de qualquer pesquisa das leis do estado normal.

Como se percebe, definir o normal é instituir a qualificação e quantificação de valores a ele mesmo. Canguilhem (2002) fala que esse estado tido como normal ou fisiológico deixa de ser apenas uma disposição detectável e explicável como um fato, para ser a manifestação do apego a algum valor.



Isso permite desqualificar ou valorizar as diferenças no campo das representações sociais, pois a identidade normal reside no poder de representar.

Sierra (2013) ainda afirma que, ao se estabelecer o normal e o anormal, também se asseguram a regulação de condutas não só disciplinares, mas também no contexto dos processos de seguridade. Sendo assim, surgem diversas práticas visando assegurar a norma ou promover ações que possam regular a diferença.

Sendo assim, surge a figura do anormal, o patológico, o desviante, que passa ser alvo de captura e correção, como Sierra (2013) afirma:

Em vista disso, o que mudará nas sociedades de seguridade em relação às sociedades disciplinares é que nas primeiras não interessará mais apenas excluir, tirar de circulação ou intensificar a marginalidade dos sujeitos desviantes; ao contrário, interessará incluir a todos para corrigir e normalizar seus corpos e práticas, bem como qualquer outra irregularidade que possa aparecer no corpo populacional e oferecer perigo às biopolíticas de controle e administração da vida, seja em âmbito individual ou coletivo. Se nas sociedades disciplinares a norma agia no sentido de demarcar explicitamente quem era o incluído e o excluído, estabelecendo uma dicotomia entre os termos, nos dispositivos de seguridade essas relações serão dispersas e pulverizadas nos diferentes segmentos sociais. (SIERRA, 2013, p.75).

É necessário que se promova estratégias para controlar, medicar, corrigir e explicar. Assim foi com a homossexualidade, ao tentar ser explicada pela psiquiatria, ou narrada como prática que não promovia os valores da fé cristã.

Em relação aos surdos, essa afirmação pode ser melhor compreendida ao lembrarmos que no século XVIII o médico cirurgião Jean Itard tornou-se famoso por toda a Europa por seus estudos, que visavam descobrir as causas visíveis da surdez. Com esse propósito, dissecou cadáveres de surdos, aplicou cargas elétricas nos ouvidos dos surdos, usou sanguessugas para provocar sangramentos, furou as membranas timpânicas de alunos, ou seja, para normalizar o corpo deficiente, os sujeitos surdos foram submetidos a experiências que violaram sua condição de integridade humana.

A categoria “Espelho da norma como estratégia de normalização” também se relaciona com a afirmação de Foucault (2006), ao dizer que a normalização disciplinar ocorre quando se tenta conformar as pessoas a um

modelo geral previamente tido como a norma. Ou seja, a norma opera no sentido de alterar, transformar, criando estratégias e mecanismos para tornar os sujeitos “menos” surdos ou “menos” gays, de modo que estejam próximos do molde esperado como veremos nas análises dos próximos capítulos.

Guimarães (2018) conta que em 1948, a OMS (Organização Mundial de Saúde), agência especializada em saúde e subordinada à ONU (Organização das Nações Unidas), oficializou o entendimento da homossexualidade como uma doença. Durante esse ano, surgiu a primeira versão da CID (Classificação Internacional de Doenças) com uma seção com doenças mentais, entre elas a homossexualidade, descrita no documento como um “desvio sexual”.

Segundo Foucault (2006), os processos de normalização se desenvolveram no século XVIII, manifestando seus efeitos no domínio da educação, com suas escolas normais; na medicina, com a organização hospitalar; e também no domínio da produção industrial. É a partir desse século que o poder em torno da vida se organiza, principalmente de duas formas articuladas: ele opera no indivíduo e, logo em seguida, também sobre a população. Essa noção auxilia no entendimento da categoria analítica: “Medicalização da sexualidade e das identidades surdas”. Essa categoria se refere aos processos de intervenção médica.

Segundo o autor, esse domínio foi elaborado para atender e alimentar os saberes que serviriam como alicerce do poder, poder que se manifesta não somente através do controle ou conhecimento sobre os corpos, mas também na possibilidade de se produzir corpos e verdades sobre os mesmos.

Os relatos que sustentam essa categoria expressam manifestações de controle sobre seus corpos ao serem tratados doentes. Esse processo também poderá ser compreendido, nos relatos dos sujeitos que foram direcionados às práticas terapêuticas para se aproximar do que se espera diante da norma heterossexual e ouvinte, práticas que se manifestam através da indicação do uso de aparelhos auditivos, e também, através da intervenção médica para compreender e/ou controlar a sexualidade desviante.

No curso *Os Anormais*, Foucault (2001) ressalta que, se antes os excluídos eram engendrados para a reclusão ou ao extermínio, agora são destinados à normalização. Lopes e Rech (2013) apontam que, durante o século XIX, os excluídos, os indesejados, os doentes, os perigosos, os

desviantes, os deficientes ou aqueles antes tratados como anormais passam a ser vistos como alguém a se recuperar, ou seja, alguém merecedor dos investimentos do Estado em espaços produtivos.

Referente ao processo de se produzir corpos e verdades, Veiga-Neto e Lopes (2007) explicam que, em termos históricos e institucionais, foi assim que ocorreu um deslocamento nos objetivos da reclusão, ou seja, surgem espaços para abrigar e produzir sujeitos como as escolas, hospitais e outras instituições que fixam os sujeitos ao aparelho de reprodução de saber ou de correção e recuperação dos indivíduos a corrigir.

Segundo Foucault (2006), a operação de normalização consistirá em fazer interagir essas diferentes atribuições de normalidade e procurar que as mais desfavoráveis se assemelhem às mais favoráveis. Esse processo se materializa em nossa realidade ao analisarmos o relatório da Associação Internacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (Ilga), que diz que em 2017 ainda existiam 72 Estados que criminalizam o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo. A pena de morte para as relações homossexuais vigora em oito países. No Irã, na Arábia Saudita, no Iêmen e no Sudão ela é aplicada em todo o território. Na Somália e na Nigéria, em algumas províncias.

Na escola se perpetuam as normas de uma sociedade hegemonicamente ouvinte e heterossexual, separando as filas, banheiros, atividades entre as categorias de feminino e masculino. Esse mesmo espaço não é ocupado por profissionais que conheçam a cultura e a educação dos surdos, favorecendo e afirmando a língua oral/escrita como a norma que determina o molde a ser enquadrado na comunicação que se realiza nos espaços educacionais.

O espaço escolar diariamente manifesta práticas de opressão, discriminação e de disciplinamento em relação aos corpos. Por ser uma instituição plural e essencial à sociedade, muitas vezes, passa a ser um local onde se naturalizam às manifestações de discriminação em razão da manutenção da norma.

Assim como a escola, a família e as demais instituições sociais constituem um conjunto normativo que diariamente opera de maneira direta

tanto sobre o indivíduo quanto sobre a totalidade social, onde os discursos serão reiterados reforçando valores sobre o normal e o anormal.

“A instituição familiar como polícia da sexualidade e das identidades surdas”, outra categoria que será abordada na presente pesquisa. A família também opera como um mecanismo que trabalha em razão de garantir a normalização, e qualquer sujeito que a transgrida acaba desencadeando a intervenção de outra instância: a medicina. Os relatos relacionados à essa categoria expressam o como a família opera de maneira (in)direta, em ato de fiscalização/regulação sobre os corpos desses sujeitos.

Mas é importante mostrar como a norma e seus possíveis desvios geram insegurança no ambiente familiar, mesmo que a anormalidade se manifeste nas atividades mais sutis, como em “brincadeiras”, quando essas, não se apresentam dentro do padrão esperado.

A partir de Veiga-Neto e Lopes (2007), é possível afirmar que as operações de normalização, o normal para cada grupo, torna-se o fundante da norma e é a partir dele que se torna possível apontar os normais e os anormais.

A escola se encarrega de ser um espaço que reproduz e perpetua a normalização. Segundo Veiga-Neto (2001):

(...) entende a escolarização como uma operação de ordenamento, aproximação-estranhamento, ancorada na díade normal-anormal. Ao discutir as políticas de inclusão escolar no campo da Educação, o autor aponta a ambigüidade existente nessas políticas: (...) De modo mais específico, quero fazer algumas reflexões de fundo sobre o caráter ambíguo que tais políticas podem assumir, particularmente quando se trata de decidir se os anormais - divididos nas cada vez mais numerosas categorias que a Modernidade tem incansável e incessantemente inventado: os sindrômicos, deficientes e psicopatas (em todas as suas variadas tipologias), os surdos, os cegos, os aleijados, os rebeldes, os poucos inteligentes, os estranhos, os “outros”, o refugo enfim – podem, ou mesmo devem, ser misturados, nas escolas, com os normais – cada vez mais parecidos com nós mesmos e, bem por isso, cada vez mais especiais, melhores, mais raros. (VEIGA-NETO, 2001, p.23).

Entendermos como a normalidade opera na sociedade facilita evidenciar o processo comum entre a história da surdez e a história da homossexualidade: práticas clínicas, reabilitadoras, em que os corpos dos

sujeitos surdos e gays são estudados para que sejam criados procedimentos que ofereçam a estes sujeitos uma aparente normalidade.

Nesse sentido, Skliar (1999) também destaca que a alteridade deficiente continua sendo representada como bonecos e não como sujeitos de carne e osso: é o exótico, é o outro, e, portanto, são sujeitos à invenção e à tradução desde/pela normalidade.

Invenção pelo fato de não existir, ou melhor, de ter sido fabricada. Para garantir e atender as necessidades de controle do Estado e da burguesia fabricam-se teorias e modelos que possam sustentar essa estrutura frágil, que em nossa história é dada como verdade, porém, ao ser questionada, deixa uma série de interrogações. Canguilhem (2002) afirma que o estado normal não existe:

Mas, se afirmo a continuidade, posso apenas intercalar entre extremos, sem reduzi-los um ao outro, todos os intermediários cujas disposição obtenho pela dicotomia de intervalos progressivamente reduzidos. Isso é tão verdadeiro que certos autores tomam como pretexto a continuidade entre a saúde e a doença para se recusarem a definir tanto uma como a outra.<sup>4</sup> Segundo eles, não existe estado normal completo, nem saúde perfeita. Isso pode significar que existem apenas doentes. Molière e Jules Romains mostraram com muito humor que tipo de iatrocrazia pode ser justificada por essa afirmação. Mas isso também poderia significar que não existem doentes, o que não é menos absurdo. Será que, afirmando seriamente que a saúde perfeita não existe e que por conseguinte a doença não poderia ser definida. (CANGUILHEM, 2002, p.28).

Lopes e Rech (2013) destacam que a noção de sujeito moderno, somada à noção de disciplina, foram algumas das condições para que mecanismos de correção, de vigilância e de regulamentação operassem sobre aqueles tidos como (a)normais. Ou seja, existe uma grande dificuldade de se determinar ou afirmar de fato os sujeitos que são normais, uma vez que essa categoria muda de acordo com cada realidade ou grupo cultural.

Moita (2001) alerta para o fato de que os mecanismos de regulação da norma, apoiados em múltiplas teorias produzidas, perfilhadas ora por éticas religiosas, ora pela medicina, permitiram que se matasse, prendesse, fizesse adoecer e discriminasse as pessoas que não cumpriam algumas daquelas regras. As normas comportamentais permitem que as diferenças sejam excluídas, colocando-as no status de desvalorizadas e sem importância, por

exemplo a sexualidade dos surdos, uma vez que a deficiência auditiva sempre foi a narrativa que se destacou sobre a identidade dos surdos.

Ainda nessa perspectiva, compreende-se como a medicina e as práticas terapêuticas se alinham como prestadoras de serviço para a fabricação e manutenção da norma para a sociedade.

Do ponto de vista sociológico, é possível mostrar que a terapêutica foi, primeiro, uma atividade religiosa, mágica, mas não se deve absolutamente concluir daí que a necessidade terapêutica não seja uma necessidade vital, necessidade que — mesmo nos seres vivos bem inferiores aos vertebrados quanto à organização — provoca reações de valor hedônico ou comportamentos de autocura e de auto-regeneração. (CANGUILHEM, 2002, p.48).

A terapêutica, como mecanismo de correção, opera partindo do princípio de referência da norma, opera no privado, do local ao global. Diante desses parâmetros, cria-se uma estrutura “harmônica”, ou melhor, a normalidade se relaciona com a noção de “harmonia social”, em que cada sujeito (in)conscientemente vive em função de reproduzir e garantir a normalidade.

Essa prática, de qualificar e normalizar, reverbera em diversos setores sociais, como, por exemplo, nas instituições familiares e pedagógicas. Canguilhem (2002) conta que Emile Durkheim, nas suas *Regras do Método Sociológico* (1985) concebe todos os tipos de desvio de comportamento como violações das normas sociais. Logo, as sexualidades dissidentes, a surdez, a loucura e a diferença em si passam a ser entendidas como anormais/desviantes. E, diante da norma, Lanz (2015) afirma que o indivíduo tem apenas duas alternativas de ação: cumpri-la ou transgredi-la.

Isso se exemplifica com os surdos, uma vez que os debates e metodologias de ensino sobre a educação dos surdos até 1980 se pautavam em práticas para tornar os surdos mais próximos de se passar por “normal”, oralizarem, escreverem o mais próximo do padrão ouvinte. A normalização autoriza a repressão e suas práticas como conta Jesus (2015):

O referido Congresso de Milão declarou que a educação oralista era superior àquela realizada pela gestualidade e aprovou a proibição da língua “gestual” nas escolas e o Oralismo foi aprovado como única forma de educação nas escolas de surdos. Desde então, por mais de um século os surdos sofreram opressão pela proibição ao uso da língua e as comunidades surdas se mostram fortemente resistentes

aos métodos empregados pelos oralistas, continuando a usar sua língua em segredo, já que eram punidos de maneira bárbara se se comunicassem publicamente em sinais: mãos amarradas, dedos mutilados por palmatórias, o castigo do escuro e bananas para quem continuasse a se comportar. (JESUS, 2016, p.51).

Os currículos e a própria organização escolar são pautados em conteúdos que abordam o sexo como prática voltada para a reprodução, aulas que invisibilizam as sexualidades desviantes e diariamente orientam e fortalecem papéis estereotipados entre o feminino e masculino. Até mesmo nos processos de se identificar como gay, podemos perceber o receio de não atender às especificações do papel de homem. É necessário que se reforce a masculinidade, apesar de se vivenciar a homossexualidade, como demonstra Stokoe, ao falar sobre se reconhecer como gay.

A medicina, a pedagogia e as famílias reproduzem práticas voltadas para a correção dos corpos que não são ouvintes ou que não correspondem à heterossexualidade. Logo, os tratamentos, metodologias, e até mesmo os relacionamentos afetivos familiares funcionam inconscientemente como consequência da lógica normalizadora desenvolvida pela sociedade ocidental durante o século XIX.

Essas instituições atuam no plano social como agentes encarregados de policiar a vida, em um sistema que, segundo Foucault (1999), trata-se de garantir a produção ou os produtores em função de uma determinada norma.

Esse padrão reforça o ideal de que o homem e a mulher são vistos como elementos essenciais para a perpetuação da espécie, considerando que o desejo, a sexualidade e o sexo existam unicamente em relação ao oposto, se pautando no gênero.

A heterossexualidade, que historicamente ficou estabelecida como descrição da norma social aceitável, acarretou em uma marginalização dos sujeitos que expressam comportamentos e representações diferentes da que se considera dentro do padrão heterossexual.

Assim como os surdos, as sexualidades dissidentes também tiveram seus corpos e suas vidas explicados através de discursos clínicos, fato que se comprova ao lembrarmos que apenas em 1992, a Organização Mundial da Saúde (OMS) removeu homossexualidade do seu manual Classificação Internacional de Doenças (CID-9).



Uma das origens desse discurso clínico e patológico sobre os homossexuais estaria ligada ao período Vitoriano (meados do século XIX). Segundo Foucault (2001), nesse período, Morel e seus discípulos criaram a chamada “teoria da degeneração” que, por sua vez, deu início ao processo de capturar e classificar o que seriam consideradas “anormalidades” e todos os comportamentos considerados capazes de ameaçar a perpetuação da espécie humana. Desde então, a homossexualidade tornou-se um dos comportamentos que poderia levar a um “enfraquecimento” da herança biológica natural da humanidade.

Essa teoria foi objeto de publicações por parte de médicos, permitindo cada vez mais categorizar as práticas sexuais dentro de um espectro de anormalidade, fazendo surgir diversas classificações médicas sobre as práticas sexuais anormais, ou seja, práticas sexuais que não tinham como objetivo fins reprodutivos, fator este que colocou a homossexualidade como uma categoria patológica no final do século XIX.

Ao mesmo tempo, regras sociais nas diversas instituições que a sociedade possui reforçaram a valorização dos corpos que se aproximavam das atitudes e performances que iriam perpetuar as normas do sistema binário de gênero homem/mulher ou masculino/feminino, sistema que se baseia apenas no modelo biológico do corpo.

Discursos que estão diretamente atrelados à visão biologizante de macho e fêmea como reprodutores, levam os sujeitos gays, sejam eles surdos ou não, a serem afetados diante dos sentidos e verdades discursivas contrárias aos seus desejos.

Esse cenário historicamente construído favoreceu a causalidade e explicação para as manifestações de discriminação dos gays através da homofobia<sup>24</sup> que, segundo Caetano (2011), materializa e se define por atitudes de hostilidade, manifestada por meio de violência física e simbólica, àqueles que transgridem as vias hegemônicas de manifestação do gênero e da

---

<sup>24</sup> Na visão de Nunan (2003), o conceito de homofobia tem sido duramente criticado, pois a acepção da palavra implica que essa manifestação de preconceito se atrela a uma forma de psicopatologia (fobia) individual, ignorando-se os aspectos sociais. Para autora, o termo que melhor abarca a dimensão sociológica dessa ocorrência é preconceito sexual. Borrillo (2010) também se alinha a essa ideia ao defender que o termo homofobia se revela limitado, abrangendo de forma bastante parcial a amplitude do fenômeno. Aproximando-nos deste, que não exclui o uso do termo, entendemos a homofobia como uma manifestação cultural e social, e não como um medo irracional do tipo patológico.



sexualidade, atingindo principalmente os homossexuais. Segundo o autor, cabe à sociedade buscar valorizar outras representações que podem narrar novas percepções vivenciadas por esses sujeitos.

Segundo Skliar (1999), as diferenças existirão independentemente da autorização, da aceitação, do respeito ou da permissão outorgado da normalidade. Se partirmos desse pressuposto, as explicações biológicas sobre o corpo não dão conta de categorizar as experiências sexuais e também não seremos capazes de limitar o que está dentro ou fora da normalidade.

Em se tratando das diversas esferas sociais, vamos tomar como espaço de análise a escola. A educação formal compreende as instituições escolares, que, por sua vez, apresentam objetivos educativos que possam responder às demandas institucionalizadas, configuradas de maneira estruturada e sistemática, nos diversos níveis e modalidades que o ensino apresenta, visando transmitir conhecimentos, valores, no processo de formar cidadãos.

Nesse sentido, as instituições de ensino responsáveis pela educação formal diariamente se tornam palco de tensionamentos de valores, culturas e pensamentos. Podemos transpor essa mesma visão entre os tensionamentos entre a cultura surda e o oralismo, decorrentes das relações de poder que a educação de surdos está inserida.

O surdo como sujeito gay também está inserido nos processos do eixo sexualidade e gênero, relações de poder que afetam nossas representações e vivências afetivas e sua relação nos diversos espaços da sociedade: a escola, por exemplo.

Segundo Caetano (2011), escola deve se constituir em um local privilegiado, onde se possa debater as desigualdades sociais, os preconceitos, a discriminação e as nossas necessidades, com vistas a construir e conquistar prazeres com a vida. Porém, sua essência está pautada na heteronormatividade<sup>25</sup>, que diariamente se manifesta de forma hegemônica,

---

<sup>25</sup> Por heteronormatividade entende-se a reprodução de práticas e códigos heterossexuais, sustentada pelo casamento monogâmico, amor romântico, fidelidade conjugal, constituição de família (esquema pai-mãe-filho(a)(s)). Na esteira das implicações da aludida palavra, tem-se o heterossexismo compulsório, sendo que, por esse último termo, entende-se o imperativo inquestionado e inquestionável por parte de todos os membros da sociedade com o intuito de reforçar ou dar legitimidade às práticas heterossexuais (FOSTER, 2001). Essa categoria será aprofundada no próximo capítulo.

coloca-se como padrão social aceitável aos sujeitos que coexistem na sociedade.

Tanto a cultura ouvinte quanto a heterossexualidade são entendidas como norma e regra nos espaços escolares, fator que reforça valores excludentes e promove manifestações simbólicas ou reais de opressão sobre o grupo que compõe a diferença linguística e sexual.

Portanto, o conceito de normalização sugere que, em alguns contextos, diferentes categorias sociais e biológicas, como sexo, gênero, raça, sexualidade, religião e classe se interpelam no mesmo sujeito, gerando um sistema de opressão que revela a transversalidade (interseccional) em diferentes formas de discriminação. A importância de tratar desse fenômeno é abordada por Oliveira (2017):

Daí a importância de se fazer uma abordagem interseccional, a fim de evitar que determinadas questões sejam invisibilizadas comprometendo não só a análise que se faz de um problema, mas também as ações para possíveis enfrentamentos. (OLIVEIRA, 2017, p.75).

Ao evidenciar a transversalidade que a norma opera, é possível mostrar como ações e políticas específicas geram opressões, que muitas vezes se manifestam de maneira naturalizada. As formas de discriminação acabam fluindo ao longo dos eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos da subalternização dos sujeitos fora dos padrões ditos “normais”.

Através dessa discussão, espero ter evidenciado as rupturas na lógica binária normal/anormal e como essa mesma lógica afeta as representações sobre a surdez e a homossexualidade, a fim de entender como as formas de opressão que os surdos gays vivenciam foram plantadas e se desenvolveram no campo fértil da normalização.

### 3.1 DESDOBRAMENTOS DA NORMA NA SURDEZ E NA HOMOSSEXUALIDADE

Este capítulo está organizado em duas seções em que serão evidenciadas as análises e reflexões desenvolvidas a partir das entrevistas, procurando promover o diálogo entre os dados empíricos (relatos dos participantes) e o referencial teórico que serviu como base na produção dos capítulos anteriores.

O diálogo entre os relatos e a teoria é resultante das categorias analíticas que retomo e ilustro nesta seção: “Espelho da norma como estratégia de normalização”; “Medicalização da sexualidade e das identidades surdas” e “A instituição familiar como polícia da sexualidade e das identidades surdas”.

A categoria “*Espelho da norma como estratégia de normalização*” também se relaciona com a afirmação de Foucault (2006), ao dizer que a normalização disciplinar ocorre quando se tenta conformar as pessoas a um modelo geral previamente tido como a norma. Ou seja, a norma opera no sentido de tornar os sujeitos “menos” surdos ou “menos” gays, de modo que estejam próximos do molde esperado como veremos nas análises dos próximos capítulos.

A “Medicalização da sexualidade e das identidades surdas como estratégia de normalização” se refere aos processos de intervenção e discursos da medicina. Essa categoria expressa as manifestações de controle sobre seus corpos ao serem tratados doentes. Esse processo também poderá ser compreendido, nos relatos dos sujeitos que foram direcionados às práticas terapêuticas para se aproximar do que se espera diante da norma heterossexual e ouvinte, práticas que se manifestam através da indicação do uso de aparelhos auditivos, e também, através da intervenção médica para compreender e/ou controlar a sexualidade desviante.

E por fim, “*A instituição familiar como polícia da sexualidade e das identidades surdas*”. Essa categoria evidencia que a família também opera como um mecanismo que trabalha em razão de garantir a normalização, e qualquer sujeito que a transgrida acaba desencadeando a intervenção em atos de fiscalização/regulação sobre os corpos desses sujeitos.

### 3.1.1 Desdobramentos da norma nas identidades surdas

*E as pessoas riram de mim, você surdo, não vai conseguir, impossível você não é capaz. (HUET).*

Início com um fragmento da entrevista de Huet, um dos personagens que me auxiliaram na construção dos dados que aqui abordo. Essa lembrança foi relatada após ele ser questionado sobre as memórias que as palavras “preconceito”, “família” e “escola” provocavam em sua mente. Remontar a cena dos colegas rindo dos sonhos de uma criança remete a reviver momentos dolorosos, vivenciados por milhares de sujeitos surdos em diversas partes do mundo.

Stokoe, L'Épée, Huet e Gallaudet são os sujeitos dessa pesquisa, responsáveis por dar vida à teoria e me guiar, por meio de seus relatos, para a construção de uma produção que possa contribuir como reflexão sobre o preconceito e suas manifestações nas vidas surdas.

Os fragmentos aqui trabalhados foram retirados das respostas dos sujeitos, em relação ao eixo II da estrutura de minhas entrevistas, que pretendiam investigar a importância da língua brasileira de sinais no processo da construção e representação da identidade de surdos gays, jovens e adultos.

Voltando ao relato de Huet, desacreditar nas potencialidades dos sujeitos surdos é uma manifestação corriqueira, sendo comum, também, o espanto e a surpresa ao conhecerem histórias de sujeitos que realizaram seus objetivos. Esse fator materializa o que a teoria havia mostrado acerca da exclusão e marginalização dos surdos, enquanto diferença linguística/cultural, reiterada por Huet ao narrar ter ouvido a seguinte afirmação:

*Você surdo, não vai conseguir, impossível você não é capaz. (HUET).*

Essa frase consegue exprimir o imaginário ouvinte que persegue as representações da cultura surda. Essas representações são resultantes dos discursos que interpelam a existência surda frente à norma ouvinte. Nesse sentido, a diferença evidenciada pela comunicação, por meio da língua de sinais, é concebida apenas como um desvio da normalidade de língua, sendo, assim, vista como alvo de discriminação, reservando seu lugar à margem da

sociedade. A marginalização da língua de sinais é uma das diversas faces em que a subalternização se manifesta na vida escolar, familiar e social dos surdos.

Nesta seção apresento como foram construídos os discursos normalizadores da surdez e problematizo seus desdobramentos na constituição de sujeitos surdos-gays, na contemporaneidade, relacionando com as formas de discriminação relatadas por surdos gays na família e na escola, sob a ótica da normalização.

É necessário que se faça o exercício de desconstruir algumas percepções em relação à cultura surda que, segundo Ladd (2003), foi um termo desenvolvido na década de 1970 para dar expressão à crença de que as comunidades surdas possuíam os seus próprios modos de vida mediados por meio das suas línguas. Em contraponto das percepções historicamente construídas e consolidadas, responsáveis por criar a falsa sensação de que esses sujeitos não são capazes de contar e construir a própria versão de suas vivências e experiências, uma resposta para afirmar a noção de uma cultura surda.

*(...) a minha mãe sim, ela me pedia para oralizar, ela dizia: “Fala! Eu quero que você fale!” A minha mãe era a única pessoa que pedia que oralizasse. (STOKOE).*

Nesse relato verifica-se a categoria analítica: “A instituição familiar como polícia da sexualidade e das identidades surdas” Uma mãe, ao desejar o melhor para seu filho, pode acabar exigindo que ele passe a se enquadrar na norma. Não estou assumindo o papel de juiz, nem apontando se é positiva ou não a atitude tomada pela mãe de Stokoe. Aliás, a mãe de Stokoe é somente uma, dentre tantas outras mães que educam e amam seus filhos surdos, porém com base nos valores da norma ouvinte. É a família atuando como polícia das identidades surdas.

Recomendar a oralização é um exemplo de como a normalização atravessa as relações familiares, afetivas e profissionais. Nada escapa aos mecanismos de normalização, conforme relata Stokoe, ao contar sobre como ocorreu seu contato com a língua de sinais, explicando que antes disso, oralizava de acordo com as recomendações de algumas pessoas de sua família.

Ao se tratar da história dos surdos, existem diversas representações que reforçam apenas a surdez do ouvido/audiológica, reduzindo os sujeitos dessa comunidade como pessoas que perderam a audição e precisam se enquadrar nos padrões da cultura oral/ouvinte. O Oralismo foi a forma pedagógica de impor aos surdos padrões de oralidade pela noção de que o desenvolvimento cognitivo está condicionado ao maior ou menor conhecimento da língua oral (SKLIAR, 1997, p.110). Essa prática de colonização linguística, pela imposição da língua oral, invisibilizou a importância da língua de sinais e a própria cultura dos sujeitos surdos.

O paternalismo dos ouvintes começa com uma percepção deformada porque sobrepõe a sua imagem de um mundo conhecido dos ouvintes ao mundo desconhecido dos surdos: igual modo, o paternalismo dos ouvintes encara a sua tarefa como de “civilizar”: devolver os surdos à sociedade. E o paternalismo dos ouvintes não consegue entender a estrutura e os valores da sociedade surda. (LANE, 1992, p. 48).

Como exemplo desse processo pode-se citar o amplo acesso aos discursos que propagam a percepção dos grupos hegemônicos, enquanto os enunciados que refletem as percepções das minorias, encontram-se escassos e vagos.

*Então, na escola, existe um preconceito porque os ouvintes dentro da escola pareciam que eles aproveitavam por eu ser surdo parece “ah! o surdo não sabe, ele é burro não tem comunicação ele não sabe.” E eles me passavam, parecia que eles me passavam a informação errada e essa informação errada que eu recebia eu reproduzia essas informações. (STOKOE).*

Os alunos ouvintes, passando informações erradas, refletem uma das diversas estratégias que alimentam a condição de subalternização da diferença frente aos padrões. Ridicularizar, diminuir, enganar, faz parte de um conjunto de ações que fortalecem as noções de incapacidade em relação à surdez.

A escola deveria ser um espaço de emancipação das diferenças, por ser um local habitado pela diversidade, porém, verifica-se que seja, na verdade, um espaço que reforça a estigmatização das diferenças em variados níveis. Até porque, a narrativa mestra, os grandes discursos surgem a partir da Norma, ou melhor, dos corpos considerados normais.

Essa ausência da participação das minorias pode ser observada em relação à língua de sinais e aos surdos. Fernandes (2003) nos fala que a língua é ação sobre o outro, é poder e transformação, saturada de ética moral e valores. A língua, nesse contexto, exerce disputa nas relações de poder que os surdos estão inseridos, um mundo onde a maioria é compreendida por ouvintes que desconhecem o importante papel da língua de sinais, desconsiderando e prejudicando o desenvolvimento cultural dos surdos.

O Dicionário de Filosofia conceitua a diferença como sendo a “determinação da alteridade” (ABBAGNANO, 2007, p. 276), a diferença, assim, não constitui um ponto de vista, mas uma distância que separa de um outro ou outros; é uma diferença entre perspectivas, uma dobradiça "que articula o singular de uma perspectiva e o plural de seus deslocamentos virtuais" (HOPENHAYN, 1999, p.131).

A instabilidade inerente à produção de significado, descrita pelo termo *différance*, servirá aos pós-coloniais também como argumento em prol da noção de que a “prisão simbólica”, imposta pelos discursos da norma e que são discriminatórios e estereotipados, pode ser rompida e que, portanto, as lutas contra-hegemônicas fazem sentido. Se apropriar de diferentes percepções e vivências que constituem a cultura surda está ligado à tentativa de dialogar com a diferença e trazer para o debate as percepções do sujeito, que também é responsável por criar e reproduzir discursos.

Há de se mostrar “o outro lado da moeda” na relação entre a cultura surda e a cultura ouvinte. Esclarecer conceitos, compreender a história dos surdos e discutir como a língua de sinais possui grande importância no processo de construção de identidade dos sujeitos que integram a comunidade surda.

Como fez Strobel (2008) em sua produção, ao analisar narrativas de sujeitos surdos, possibilitando a reflexão sobre as práticas ouvintistas nas escolas de Surdos e resistências do povo surdo contra essa prática. Procuro duvidar, tanto dos discursos consolidados que circulam em nossas realidades, como das perspectivas existentes sobre a surdez e dos processos responsáveis por narrá-la como uma patologia, diante de uma sociedade hegemonicamente ouvinte (termo para descrever as pessoas não-Surdas).

*O meu pai me levou a outra cidade, Jaraguá do Sul que foi a cidade que me deram o aparelho auditivo de graça. E, lá tinham vários senhores nas praças sentados com aparelho auditivo, aí eu falei com meu pai, perguntei pra ele esses senhores também são surdos. Aí, meu pai falou não, eles foram perdendo a audição ao longo dos anos e esses muitos são de fora e vem pra cá, enfim, fazer o tratamento aqui na cidade. (STOKOE).*

A instituição familiar atua como policia da surdez, que nesse contexto, está sendo vista como um mal para se reparar, curar e controlar. A gratuidade do aparelho auditivo, revelada por Stokoe, mostra que a sociedade está mais disposta a garantir a normalização dos corpos (mesmo que custe um preço “literalmente” alto), ao invés de modificar a estrutura organizacional/cultural da sociedade, possibilitando o conhecimento e a adaptação à cultura surda.

Existem dois grandes discursos capazes de expressar as percepções sobre os surdos, encadeados em práticas discursivas em confronto pela diferença ideológica de suas posições: a concepção clínico-terapêutica (concebendo a deficiência como referência do sujeito) e a concepção socioantropológica (baseada na noção de diferença cultural/linguística da comunidade surda).

Ao refletir sobre o que significa ser surdo, devemos definir a partir de qual campo discursivo estamos nos baseando para desenvolver nossas análises. Os discursos são capazes de produzir sentidos, conceitos e representações sobre os sujeitos na sociedade.

Entendemos o discurso de acordo com a proposta de Foucault:

A lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação discursiva constituem uma e única mesma coisa; o que não é paradoxal, já que a formação discursiva se caracteriza não por princípios de construção, mas por uma dispersão de fato, já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidades, mas uma lei de coexistência, e já que os enunciados, troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência. (FOUCAULT, 1969, p. 135).

O discurso é composto e resultante de uma rede de enunciados ou de relações que tornam possível haver significantes, capazes de construir ou desconstruir verdades que tecem a normalidade.

Sendo, deste modo, compreendido como o conjunto de vozes que foram responsáveis pela formação de uma verdade, que colocaram as representações da surdez e da pessoa surda como expressão de uma



deficiência, associadas apenas a uma patologia a ser tratada, curada, extirpada. O discurso médico é uma das vozes que narram sujeitos surdos, nessa perspectiva, mas não deve ser a única.

As vivências e experiências da comunidade surda são marcadas por preconceito e discriminação, principalmente, por uma insistente vontade de se criar mecanismos para enquadrar esses sujeitos dentro dos padrões da língua oral. Pretendo trilhar um caminho que leve a um entendimento capaz de ultrapassar a patologização audiológica desses sujeitos, de modo que esses sujeitos possam expressar sua experiência de ser e existir.

A medicalização tem se infiltrado de uma forma muito sutil em outras disciplinas do conhecimento, governando-as, debilitando-as e descaracterizando-as. Existe, é claro, uma prática de medicalização diretamente orientada para o corpo (do) deficiente, porém existe, sobre tudo, uma medicalização de sua vida cotidiana, da pedagogia, de sua escolarização, de sua sexualidade. Assim, a medicalização pode ser interpretada em termos de uma ideologia dominante. Como tal, criou um sentido comum e cumplicidades dentro e fora de seu campo específico. Uma dessas estratégias foi a de encapsular a pedagogia, obcecando-a com a correção e, nestas últimas duas décadas, aventurando, prometendo e experimentando a solução final das deficiências. (SKLIAR. 1999, p.20).

L'Épée relata que sua primeira experiência com a escola foi em uma instituição voltada para as pessoas com deficiências. Essa experiência reflete o contexto histórico de quase 30 anos atrás, em que a língua de sinais não era reconhecida em nosso país.

*Então com três anos idade eu comecei a ter contato com surdos. A minha mãe, ela me levou para a escola, porém, era uma escola especial, era uma escola que não se utilizava Libras, a língua de sinais. (L'ÉPÉE).*

Eram poucas as pesquisas na área, fator que reverberava nas políticas, na educação, nas famílias e, principalmente, na vida de cada um dos sujeitos surdos, assim como na vida de L'Épée.

A categoria “medicalização da sexualidade e das identidades surdas”, demonstra que graças aos discursos homogeneizadores da medicina, a surdez foi reduzida à deficiência. Associar a surdez à deficiência fazia com que o Estado aumentasse seus investimentos na Educação Especial e interferia no direcionamento que as famílias davam, e ainda dão, a seus filhos surdos, como

L'Épée conta sobre ter estudado primeiro em uma escola de Educação Especial:

*Diversas deficiências conviviam naquele mesmo ambiente, eu era o único surdo, mas os profissionais que estavam ali não estavam preparados para trabalhar com surdos e a língua de sinais utilizada de maneira informal, fraca porque naquele período não existia a lei, a lei 10.436, que reconhecia a Libras como língua. (L'ÉPÉE).*

Os discursos colocaram L'Épée e outros sujeitos surdos na condição de deficientes, mas essa pesquisa oportuniza a experiência de se conceber esses mesmos sujeitos através da diferença cultural, manifestada por meio de uma experiência linguística visual.

L'Épée, ao enfatizar que deveria ter iniciado sua vida escolar, demonstra capacidade analítica e crítica frente aos seus direitos, diante da oportunidade negada de ser alfabetizado desde sua infância na educação bilíngue.

Hoje, Gallaudet, atuando como pedagogo, pesquisador da Educação e dos Estudos Surdos, permite que sua existência seja também a porta de entrada para outras crianças surdas no ambiente acadêmico e em todas as outras instituições da sociedade.

Essa postura crítica é resultante das lutas de outros surdos e ouvintes que optaram por questionar as verdades ditas sobre esse grupo. A história dos surdos não começou nesse século, ela se constituiu junto com a história da humanidade. Porém, muitas vezes a cultura hegemônica do ouvintismo foi responsável por omitir a história dos Surdos. O discurso clínico, ao longo dos séculos, adquiriu credibilidade ao ponto de disseminar verdades que pareciam, até então, inquestionáveis pelo fato de que a sociedade prefere valorizar as práticas que contribuem com a cultura do corpo perfeito.

Skliar (1999) evidencia essa prática dizendo que existe, é claro, uma prática de medicalização diretamente orientada para o corpo (do) deficiente, porém existe um mecanismo mais amplo, uma medicalização de sua vida cotidiana, da pedagogia, de sua escolarização, de sua sexualidade. A medicalização consiste em diversas ações e discursos responsáveis pelo apagamento das questões sociais e culturais dos sujeitos surdos que são reduzidas às funções biológicas do corpo.

É por meio da medicalização que norma também é manifestada, ela reforça padrões orquestrados pela medicina e, como consequência, afeta as vidas dos sujeitos, subordinando-os a um sistema de práticas de manipulação ideológica, impedindo com que eles possam reconhecer e construir sua existência com autonomia.

*Eu lembro que os ouvintes riam de mim por eu ser surdo, me chamavam de burro, falavam: “Ele reprovou a primeira série está fazendo de novo, que burro.” Eu lembro também que tiravam sarro por eu utilizar aparelho e por eu oralizar e minha voz enfim, ser diferente. Eu ficava quieto, eu chorava muito, lembro sofria bastante em casa minha mãe me consolava e eu sofria esses ataques, sofria bullying na escola. (HUET).*

Apresentei para Huet três palavras (“escola”, “família” e “preconceito”) cortadas em letras grandes, e pedi para que ele me contasse o que viria em sua mente. Infelizmente, surgiram lembranças de discriminação e preconceito no ambiente escolar e no conforto com sua mãe. Essas manifestações resultam de representações que, muitas vezes, funcionam como base para a discriminação e o preconceito, como Huet relata.

O fracasso escolar, por essência, demarca nos alunos a referência de incapacidade. Quando um corpo surdo está na escola, como Huet, por exemplo, sua existência logo é associada aos discursos médicos/patologizantes, fator que justificam e reforçam a noção de incapacidade/deficiência desses sujeitos.

Esse processo de medicalizar se materializa em atos que consistem em deslocar a diferença para a doença/deficiência e na incansável busca pela aproximação da cura. A norma é ser saudável e o quem escapa a essa regra necessita de correção, concerto, cura ou ser anulado.

Podemos conhecer o discurso que patologiza a surdez com Skliar (1999), quando fala que:

Compreender o discurso da deficiência, para logo revelar que o objeto desse discurso não é a pessoa que está em uma cadeira de rodas ou o que usa um aparelho auditivo ou o que não aprende segundo o ritmo e a forma como a norma espera, senão os processos sociais, históricos, econômicos e culturais que regulam e controlam a forma acerca de como são pensados e inventados os corpos e as mentes dos outros. (SKLIAR, 1999, p.18).

Não se pretende negar a materialidade da perda auditiva. É evidente, no contexto da sociedade normalizada, que a surdez expressa à materialidade de uma perda orgânica que acarreta prejuízos ao sujeito surdo, que vive em uma sociedade centrada em práticas de convivência e humanização pela via oral-auditiva. No entanto, a opção ideológica e política, aqui assumida, está pautada nos Estudos Culturais, categoria analítica que tem contribuído amplamente na tentativa de esclarecer os múltiplos significados que a diferença de “ser surdo” pode manifestar no meio social, não centrada na perda auditiva como traço definidor da identidade surda.

*Eu me percebo enquanto surdo, porém, eu consigo conversar com ouvintes também, através da escrita. Se eles não me conhecem eu tenho que comunicar através da voz, mas eu sei que através da oralidade é difícil, porque eles não conseguem compreender o que eu digo e quando eu começo a oralizar eles percebem que eu sou surdo. Então, geralmente nós nos comunicamos através da escrita, através da palavra, eu escrevo e é assim que nós vamos nos comunicando, visto que essa é a minha identidade, a minha identidade é uma identidade surda. (GALLAUDET).*

Gallaudet conta que se reconhece como sujeito surdo, assume e fortalece sua marca, sua identidade e, ao mesmo tempo, explica que se necessário oraliza, ou escreve. Assim, posso falar sobre a terceira categoria “espelho da norma como estratégia de normalização” Para quem estuda a surdez, ou convive com ela, não há novidade nenhuma no relato de Gallaudet, mas como professor, atuando no nível básico e superior, sou questionado diariamente sobre a legalidade da Libras, sendo que, no “mundo lá fora” não “tem intérprete de Libras para tudo”, as “pessoas utilizam o português”.

Essas afirmações consistem em manifestação da norma que tenta homogeneizar os sujeitos. Não vou me aprofundar no debate das avaliações, mas se pensarmos nas ferramentas utilizadas para avaliar a aprendizagem dos sujeitos que constituem a população brasileira (provinha Brasil<sup>26</sup>, ENEM<sup>27</sup>, ENADE<sup>28</sup>, IDEB<sup>29</sup>), elas são instrumentos que se baseiam nas noções de

---

<sup>26</sup> A Provinha Brasil é uma avaliação aplicada aos alunos matriculados no 2º ano do ensino fundamental da rede pública. Ela verifica a qualidade da alfabetização e o letramento dos estudantes.

<sup>27</sup> Exame Nacional do Ensino Médio e foi criado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) para testar o nível de aprendizado dos alunos que concluíram o ensino médio no Brasil.

<sup>28</sup> O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes é uma prova escrita, aplicada anualmente, usada para avaliação dos cursos de ensino superior brasileiros.

<sup>29</sup> Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é um indicador criado pelo governo federal para medir a qualidade do ensino nas escolas públicas.

igualdade, como se a população fosse monocultural, mas, quanto maior for a homogeneidade de um instrumento avaliativo, maior será a desigualdade expressada em seus resultados, uma vez que não respeitam e consideram as especificidades da cultura surda, quem dirá de todos os outros grupos que compõem a diversidade sociocultural de nosso país.

A representação patologizada da surdez colabora e dissemina com os movimentos que oprimem as minorias e ditam a normalização dos sujeitos, muitas vezes expressada na tentativa de torná-los “menos surdos” para se aproximar dos padrões de um ouvinte. Uma percepção limitada insistente em querer provar que a capacidade de ouvir e oralizar aproximam os surdos do que se considera ser normal.

Historicamente, foi construído o imaginário de que os surdos devem se adaptar à norma da cultura ouvinte, além de sua condição ser associada como uma patologia. Esse processo é disseminado em diversos canais de comunicação. Nela, observamos um exemplo das informações e campanhas que promovem o implante de aparelhos voltados a diminuir a surdez a partir dos discursos produzidos pela medicina. Esse procedimento tem como foco normalizar os corpos surdos e auxiliar no desenvolvimento da oralidade.

Silva et al (2006) relata que, desde o século XVII até o Congresso em Milão, a crença no paradigma homem-máquina, engendrada pela ciência moderna, vai excluindo os Surdos do processo educativo e transformando-os em deficientes. Este cenário, historicamente imposto, demonstra a necessidade de trazer para o debate elementos mais abrangentes que irão auxiliar no processo de desconstruir o fato de existir um grupo cultural que historicamente foi reduzido às marcas das limitações dessa deficiência auditiva.

Na verdade, a concepção da surdez como deficiência carrega em seu discurso, de maneira explícita ou subliminarmente, a busca pela cura da surdez. Witkoski (2009) alerta sobre essa busca em reparar o defeito do corpo do sujeito surdo quando conta, em seu artigo, sobre todas as vezes em que muitos surdos se obrigam a aprender a ouvir e a falar, através de incansáveis e intermináveis sessões de treinamento da língua majoritária, em nome de uma aceitação e inclusão na sociedade. Ele nos alerta que

Ao implicitamente não aceitar a diferença linguística, de percepção do mundo e forma de ser, essas práticas mascaram os preconceitos. Elas promovem uma pseudoinviabilização da surdez, realizada com o argumento de uma pretensa integração entre surdos e ouvintes. (WITKOSKI, 2009, p.565).

Mas a crítica não está ligada somente à visão patológica dos surdos, mas no fato de que aprender a língua oral não os tornam imunes às formas de discriminação que são vivenciadas diariamente, como Witkoski (2009 p.569) também evidencia no trecho abaixo:

Em relação ao processo de discriminação do Surdo, que impõe uma marginalização social e cultural, não vejo sequer a necessidade de ilustrar com exemplos, pois estes são tantos – desde a falta de legenda em português ou de tradução em Libras dos programas televisivos e outros similares, ao direito elementar de acesso aos conteúdos de uma aula no ensino regular, pois, ainda na maioria das situações de alunos Surdos “incluídos”, o recurso predominante para tal é a leitura da palavra falada – que não bastaria um artigo, mas sim um livro de exclusões diárias. (WITKOSKI, 2009, p.569).

Podemos conhecer a cultura surda debatendo o uso da língua de sinais, compreendendo as políticas públicas e o que podem significar para a comunidade surda ou, ainda, debatendo conhecimentos sobre os caminhos percorridos pela história da educação dos surdos.

Nos Estudos Surdos muito se fala sobre a *deafhood*. Essa categoria de análise teórica foi cunhada por Paddy Ladd e tem a finalidade de refletir o processo de reconhecimento e a afirmação cultural das comunidades surdas. Paddy Ladd foi um pesquisador e ativista surdo britânico, professor da Universidade de Bristol. Ele desenvolveu esse conceito em sua tese de doutorado em filosofia, defendida em 1998, na mesma instituição.

*Deafhood* se refere ao processo de (re)significação e resistência frente às práticas e aos discursos colonizadores ouvintes, como o audismo e o ouvintismo. Essa alternativa conceitual ao termo surdez (*deafness*) tem como foco positivar e (re)significar a experiência surda, diferente do que os discursos médicos normalizadores propagam e esperam. Como Ladd afirma:

Um século de opressão linguística deixou muito poucas comunidades aptas (ou predispostas) a apresentar as suas crenças na forma escrita, isso aumentou o meu dever de apresentá-las e representá-las estruturalmente ao resto do mundo. Ainda que com um entendimento

profundo de que as histórias tão apaixonadamente transmitidas pelas figuras dos quadros não poderão ser adequadamente traduzidas em mera prosa escrita, determinei que a inscrição na porta deveria ser corrigida para “Cultura Surda e Surdidade”. (LADD, 2013, p. 4).

O *Deafhood* visa ressignificar a surdez, na intenção de deslocar alguns significados e representações, enfatizando a “vulnerabilidade como força” – “vulnerability as strength” (Lopes Terceiro apud Ladd, 2005) – e dando início ao movimento de se produzir condições para reverter ou desfazer a hegemonia ouvinte.

*Deafhood* como um conceito é utilizado como um meio pelo qual se pode medir possibilidades Surdas. As culturas majoritárias não precisam medir sua cultura de tais maneiras, estão implícitas em suas próprias definições de “mudanças culturais”. Especialmente as sociedades negras ou pós-coloniais, são forçadas a criar e recriar suas culturas, muitas vezes por referência a qualquer aspecto de suas culturas pré-colonizadas, que ainda assim retém, para identificar um eu “maior” que já existiu (LOPES TERCEIRO apud LADD, 2005, p. 15).

Sendo assim, tornou-se possível a construção de novas compreensões sobre o “ser surdo”, fator responsável por desencadear uma série de movimentos em diferentes partes do mundo, sempre propondo colocar a surdez como diferença, cultural, política e linguística, em oposição aos discursos da norma que construíram diversas representações e significações, no campo da deficiência/patologia. Essa proposta é legitimada por Perlin (2004) quando pontua que

A cultura surda é então a diferença que contém a prática social dos Surdos e que comunica um significado. É o caso de ser surdo homem, de ser Surda mulher, deixando evidências de identidade, o predomínio da ordem, como, por exemplo, o jeito de usar sinais, o jeito de ensinar e de transmitir cultura, a nostalgia por algo que é dos Surdos, o caminho para com os achados Surdos do passado, o jeito de discutir a política, a pedagogia, etc. (PERLIN, 2004, p. 77).

Embora a opressão ouvintista se manifeste de maneira “velada” (se comparada às manifestações violentas de homofobia e racismo), ela acontece por meio do apoio aos discursos da “inclusão”, da “caridade” e da “cura”. Esses discursos são propagados e seduzem a massa que constitui o senso comum e,



assim, continuam a operar mecanismos de dominação, subalternização e opressão da cultura surda.

Para abordar formas de discriminação nas experiências narradas por surdos gays na família e na escola, sob a ótica da normalização. A estratégia utilizada para iniciar o diálogo foi muito parecida com a utilizada no eixo anterior, eu sinalizava primeiro e depois mostrava a pergunta no papel:

*- Pergunta número quatro. Você se relaciona afetivamente com surdos ou ouvintes? (THIAGO BOAVENTURA)*

*(silêncio)*

*Eu conseguia ver na linguagem de seus corpos, dos seus olhos que estavam organizando a resposta...*

*Eu me relaciono mais com ouvintes do que com surdos, porque quando eu encontro surdos, por exemplo, não tem uma química, sabe, um sentimento, uma vontade, uma atração, não tenho essa atração. É um pensamento diferente, um modo de se relacionar diferente, um toque diferente e quando eu estou com um ouvinte eu sinto toque diferente, uma química, uma atração maior, então eu me relacionei mais com ouvintes. (L'ÉPÉE).*

Ao encontro dessa afirmação, Gallaudet também explica:

*Eu me relaciono mais com ouvintes, do que com surdos, eu não tenho tanto contato assim com surdos. É... mais complicado ter um relacionamento fixo com surdo. Para mim é mais difícil. Eu tenho experiências, mais relacionamentos com ouvintes, porque para mim, eu tenho essa atração, mais por ouvintes. (GALLAUDET).*

Huet ainda explica que o relacionamento com um ouvinte pode ser um fator que facilitará sua transição entre o mundo dos ouvintes e dos surdos:

*Eu só fiquei com ouvinte, eu nunca fiquei com surdo, não é preconceito porque eu não quero namorar surdo. Eu sempre fiquei com ouvintes, porque é o meu tipo na verdade eu prefiro ouvinte, porque ouvinte eu posso misturar, por exemplo me ensinar, pode me ensinar me auxiliar, pode me ajudar, por exemplo se precisa ligar pra algum lugar podem ser meu interprete, eu posso ensinar língua de sinais e eles podem aprender língua de sinais. [...] na verdade eu me sinto bem namorando ouvinte no futuro eu pretendo me relacionar de novo o com ouvinte, o surdo é somente amizade. (HUET).*

Conforme já afirmei anteriormente, a homossexualidade na surdez é a diferença dentro da diferença, mas não está livre de reproduzir e alimentar os processos e os mecanismos da normalização.

L'Épée, Gallaudet e Huet ao responder que preferem se relacionar com ouvintes ao invés de surdos, auxiliaram na demarcação de outra categoria abordada em minha pesquisa: Espelho da norma como estratégia de normalização.



Espelho da norma se refere às estratégias para se aproximar dela, se passar por ela, ou de alguma forma, superá-la. Além disso, pode até reproduzir valorização inconsciente sobre os modelos normativos, pois são tantas as mensagens, símbolos e representações fortalecendo a noção de superioridade da norma ouvinte, que se manifestará o espelho da norma até mesmo nas experiências sexuais e afetivas. Ao ponto de, talvez, operar nos modelos que despertam seu desejo como afirmam alguns sujeitos, ao explicar se preferem se relacionar com surdos ou ouvintes, conforme mostrado acima.

A intenção não é julgar, nem afirmar, mas levantar o questionamento sobre a interpelação da norma sobre os modelos de beleza/atração. Desloco a pergunta até mesmo para minha vivência. Sou negro e assumo que por muito tempo minha (p)referência afetiva/sexual foi por pessoas brancas. O ouvintismo, racismo, homofobia possuem sua origem no mesmo mecanismo: a normalização.

Segundo Martins e Klein (2012), o audismo/ouvintismo é a expressão do colonialismo do ouvinte sobre os surdos, por meio de um conjunto de práticas e discursos normalizadores, que atravessam e afetam as vidas dos sujeitos Surdos de maneira histórica e constante. Diante do quadro exposto, se faz necessário abordar os conceitos de ouvintismo e audismo. Ambos são temas essenciais na compreensão dos mecanismos que operam no processo de subordinação e dominação da cultura Surda em relação à cultura ouvinte, conforme afirma Wrigley (1996):

Consideramos a discussão sobre ouvintismo / audismo importantes, uma vez que as representações sobre os surdos, ainda têm referências ouvintes, quer dizer, a busca pela normalização dos surdos. Cabe aqui ressaltar que o termo "ouvintismo" baseia-se na idéia de "colonialismo", uma relação de poder desigual entre dois ou mais grupos na qual "um não só controla e domina o outro, como ainda tenta impor sua ordem cultural ao(s) grupo(s) dominado(s)". (MERY, 1991, apud WRIGLEY, 1996, p. 72).

De acordo com essa afirmação, os conjuntos de representações sobre os Surdos foram construídos baseados nas interpretações ouvintes do que vem a significar as vidas Surdas e, ainda, tendo como modelo a cultura ouvinte, que por diversos mecanismos, desloca a cultura surda para o local de

subalternização. Esse pode ser considerado como um dos fatores que dialogam pela “preferência” em se ter relacionamentos com ouvintes.

Tanto o ouvintismo, quanto o audismo se relacionam diretamente aos processos de normalização dos corpos surdos, no sentido em que a sociedade compreende esse grupo como pertencentes à anormalidade, necessitando se enquadrar dentro dos padrões da norma ouvinte. Como Resende (2010) afirma:

Acredito que, dessa forma, a norma padrão ouvinte seja uma verdade legitimada sobre os sujeitos surdos, constituindo-os como corpos a corrigir e modelando-os para a normalização. Os surdos ficam aos caprichos da norma, e entram em cena as estratégias do corpo a corrigir, a ser normalizado, fora dos padrões normalizadores. São “entornados” neste sujeito a ser corrigido: a família, a escola, as clínicas e as instituições hospitalares. (REZENDE, 2010, p. 87).

Segundo Skliar (1998), o ouvintismo supõe representações, práticas de significação e dispositivos pedagógicos que fazem com que os surdos sejam vistos como sujeitos inferiores, primitivos e incompletos.

Isso pode ser exemplificado ao analisarmos as inúmeras e insistentes elaborações de técnicas e ferramentas criadas, pela medicina, para promover uma melhora/recuperação da audição ou a própria oralização dos sujeitos surdos. Infelizmente, o senso comum ainda associa a adaptação das minorias linguísticas ao padrão hegemônico como “casos de sucesso”, desconsiderando que isso implique, muitas vezes, no sufocamento da própria cultura em razão dos mecanismos normalizadores que as instituições sociais operam sobre esses grupos.

A noção de inferioridade que o ouvintismo produz sobre a representação surda pode ser identificada quando Huet conta sobre suas noções de preconceito na escola:

*Eu lembro que na terceira série a professora perguntou, e vocês no futuro forem médicos, forem professores, a eu lembro que a professora perguntou: “Qual é a profissão que vocês querem ter no futuro? O que vocês sonham serem no futuro?”. Eu falei: “Eu tenho vontade de ser modelo, eu gosto de tirar foto, ser fotografado, eu tenho muita vontade de ser modelo, então esse é o meu sonho quando eu for adulto eu quero ser um modelo, famoso”. E as pessoas riram de mim. “Você surdo não vai conseguir, impossível você não é capaz, não tem capacidade de conseguir ser modelo. (HUET).*

O ouvintismo/audismo se manifestará na vida dos surdos, independente da idade, cor ou classe social, sua intensidade pode até variar, mas suas

práticas normalizadoras são garantidas por ser legitimada nos discursos médicos.

O “Audismo<sup>30</sup>” é um conceito importante dentro dos Estudos Surdos. Ele teve sua origem no termo inglês “audism”, cunhado pelo professor americano Tom L. Humphries, na Universidade Gallaudet. Segundo Harlan Lane (1992, p. 52) era necessário criar um nome que traduzisse o esforço dos ouvintes que apregoam estar ao serviço dos surdos, denominando esse termo como “audismo”.

Ao refletir sobre o controle ouvinte e também sobre as majorias e minorias, Humphries organizou um encontro de professores e sujeitos surdos na Universidade Gallaudet. Esse encontro teve como objetivos principais dialogar e refletir sobre a construção de um conceito que pudesse expressar, de alguma forma, a opressão e a dominação vivenciada diariamente pelos surdos, que expressasse a hegemonia da cultura ouvinte, a falta de comunicação na família, a incapacidade dos surdos, o rótulo clínico de deficiência, entre outros.

Assim como “racismo” e o “sexismo”, que também expressam o preconceito vivenciado por grupos minoritários na sociedade, o “audismo” representa as discriminações vivenciadas pelos sujeitos surdos. Bahan, Bauman e Montenegro (2008, 00:04:06) nos explicam o quão fundamental é o papel desse termo:

Si me hubieran dicho que había un problema porque era negra, habría dicho: “Eso es racismo”; por ser mujer, habría dicho: “Eso es sexismo”, pero por ser sorda ¿Cómo le llamas a eso? (BAHAN; BAUMAN; MONTENEGRO, 2008).

Diante disso, acredito que a concepção clínico-terapêutica foi responsável por contribuir com a promoção da marginalização do possível desenvolvimento da identidade surda, pois o pensamento enraizado em seus discursos destaca apenas a dimensão biológica da deficiência auditiva.

---

<sup>30</sup> Audismo/ouvintismo são conceitos que expressam a opressão e normalização ouvinte em relação aos surdos. Durante o texto a categoria audismo será utilizada quando for feita referência às considerações de Harlan Lane e ouvintismo sobre as considerações de autores que se referem às considerações da mesma categoria, porém, à luz das referências feitas por Carlos Skliar.

*Porque eu também queria fazer igual a minha irmã, queria usar língua de sinais, não ficar fazendo audiometria sempre, mas eu tinha medo da minha mãe porque ela era uma pessoa muito brava, eu tinha medo. Na verdade eu amava muito minha mãe, então esse meu amor pela minha mãe fazia com que, eu a obedecesse e utilizasse o aparelho auditivo e oralizasse. E com o tempo, isso foi me incomodando, eu fui encontrando outros amigos surdos que eram usuários da língua de sinais e sinalizantes e eu fui vendo que a maioria só utilizava língua de sinais, que eram poucos os surdos que eram oralizados e minha mãe ainda me obrigando a usar aparelho, a oralizar e eu ficava pensando isso era algo que me atormentava. E eu pensava que não precisava, porque o surdo só trabalhava na produção, então não ia precisar por exemplo oralizar e do aparelho auditivo, e minha mãe ficava me perguntando como que você vai trabalhar no futuro com essa comunicação com os outros e com o tempo descobri muitas coisas novas através da língua de sinais.(STOKOE).*

Stokoe mostra que, graças à influência de sua irmã (surda sinalizante) e de sua própria descoberta enquanto sujeito, já não havia mais sentido em se adequar aos padrões da norma ouvinte. Os discursos podem colocar esse grupo cultural na condição de um corpo com defeito, patologizado, que necessita de reparos, refletindo na forma que a sociedade entende esse sujeito e, ao mesmo tempo, também na forma com que a família reconhece esse sujeito surdo.

Mais uma vez, a categoria analítica “instituição familiar como polícia da sexualidade e das identidades surdas” pode ser verificada. A mãe de Stokoe, no lugar de alguém que ama e quer o melhor para seu filho, questiona sobre o futuro. O futuro é incerto para as pessoas que questionam a norma, o caminho é diferente para quem assume ser a diferença. Mas devido aos surdos e ouvintes que de alguma forma, romperam com as amarras da dominação de um mundo normatizador, hoje existem discursos que contribuem para novas representações dessa diferença.

Lane (1992) comenta que o povo ouvinte, quando questiona “quem são os surdos”, levanta algumas suposições sobre as representações dos mesmos por meio de leituras restringidas sobre o mundo de surdos. Diante disso, pretende-se evidenciar outras vozes que narram sobre o universo que venha representar essa mesma temática através do campo discursivo cultural do “ser surdo”.

As representações sociais se relacionam com a construção da identidade e da negação da diferença. Esse debate pode ser evidenciado nas discussões Hall (2000) quando ele apresenta o conceito de representação numa relação de interdependência com a construção da identidade. Os surdos

resistem aos desejos da norma ouvinte, pois por meio de sua língua constroem e compartilham sua cultura, como Lane (1992) afirma:

(...) os líderes surdos têm resistido ao modelo a-linguístico e a-cultural da sua cultura minoritária bem como aos métodos ouvintes para estudar os surdos que a originaram; sendo esses métodos não apenas os delírios ignorantes de pessoas perigosamente poderosas, mas também o suporte intelectual da intervenção dos ouvintes quando impõem à força o isolamento educativo, quando se institucionalizam, quando exercem a cirurgia auditiva, e em todas as formas que a imposição audista assume. (LANE, 1992, p. 53).

Pretendo contribuir com esse espaço discursivo, por meio do importante exercício de se desconstruir a surdez como deficiência e compreendê-la como diferença, conforme Fernandes (2003):

A criação desse novo espaço discursivo, o qual vem sendo denominado de Estudos Surdos (Deaf Studies), constitui-se em uma possibilidade de problematizar os discursos hegemônicos sobre a surdez, buscando uma transformação nas representações dominantes em relação às identidades surdas, que as colocam no território da anormalidade ou da deficiência. (FERNANDES, 2003, p.14)

A diferença, nesta produção, é concebida como uma dobradiça "(...) que articula o singular de uma perspectiva e o plural de seus deslocamentos virtuais" (HOPENHAYN, 1999, p.131), ou seja, o sujeito produz e vivencia representações sobre sua identidade, refletindo na forma com os significantes que a sociedade irá ter sobre ele.

Lopes Terceiro (2018) afirma ser necessário o exercício de renunciar as representações patológicas da surdez, impostas por grupos hegemônicos, ampliando as representações e produções que esclareçam a existência das contribuições desses mesmos sujeitos que vivem experiências visuais, através da língua de sinais.

(...) é necessária nossa consciência Surda para lutar e mostrar que nossa história pede outra visão da alteridade Surda, valorizando a existência da Cultura Surda e produzindo novos discursos que no futuro possam dar um novo sentido à visão social dos Surdos e da surdez (...). (LOPES TERCEIRO 2018, p, 63).

A concepção socioantropológica é uma contrapartida em relação aos discursos clínicos da surdez. Nesse campo discursivo, entende-se a surdez como uma diferença cultural, concebendo o sujeito surdo como produtor de

cultura ao mesmo tempo em que é atravessado por ela. Deve-se, portanto, considerar que esses sujeitos integram uma comunidade linguística minoritária, na qual, compartilham a língua, hábitos e valores, construindo a identidade surda.

Sobre a identidade surda, concordamos com Perlin (2005) ao definir a identidade cultural, dizendo que os surdos são surdos em relação à experiência visual longe da experiência auditiva. Conseqüentemente, eles formam um grupo que se difere dos demais por suas experiências de vivenciar e construir o mundo. Nesse sentido, a língua se torna um fator unificador, reforça o sentimento de pertencimento ao coletivo e fortalece a identidade de um grupo, colocando a deficiência em segundo plano.

De acordo com Skliar (1999), a língua de sinais tem fundamental importância no processo de desconstruir as ideias preconcebidas sobre a chamada normalidade. Para esse autor, a experiência visual se traduz em todos os tipos de significações, representações do povo surdo, seja no campo cultural, linguístico ou intelectual.

A concepção socioantropológica entende que as possíveis dificuldades enfrentadas pelos surdos fazem parte do processo de desenvolvimento do sujeito. Numa abordagem patológica valoriza-se muito o desenvolvimento da língua oral, limitando os possíveis fracassos e dificuldades à causalidade da deficiência.

Essa língua permite aos seus usuários uma excelente capacidade de se relacionar e representar o mundo. Goldfeld (2001, p. 52) evidencia que a fala oral não constitui o único meio de utilização dos signos. Qualquer forma de comunicação, seja ela visual, auditiva, entre outras, pode servir com igual eficácia como meio de utilização dos signos. Diante desta reflexão e sobre os processos que a envolvem, entende-se que a Libras seria a língua que poderiam dominar plenamente, servindo para todas as suas necessidades de comunicação cognitiva.

Ao se tratar do desenvolvimento do sujeito desde sua infância até a fase adulta, é fundamental que se leve em consideração o papel determinante que a língua de sinais apresenta. O foco na modalidade escrita da língua não traz garantia de pleno desenvolvimento e sucesso nos ambientes escolar e social.

Partindo dessa perspectiva, afirma-se que o ensino e a propagação da língua de sinais são indispensáveis no processo de desconstruir a ilusão de que esses sujeitos devem aprender a modalidade oral para atender às falsas necessidades de se aproximar ao máximo dos padrões de normalidade sobre aqueles que são marcados por suas diferenças.

De acordo com Skliar (1999), a deficiência está relacionada com a própria ideia da normalidade e com sua historicidade, diferente da língua de sinais que se relaciona com a proposta de uma diferença cultural. Por esse motivo os movimentos surdos colocaram em pauta o reconhecimento dessa língua, promovendo a luta e a resistência de um grupo cultural.

*Então, tinha uma professora que ela vinha até minha casa me ensinar e eu aprendi muito rápido com ela, depois eu fui direto pra escola. Na primeira série eu comecei a ir pra escola, era uma escola particular, né, ela era uma escola privada, era Bom Jesus. Então eu estudei no Bom Jesus e lá é uma escola bem famosa uma escola particular, né, a minha mãe pagava mensalidade todos os meses, era uma escola muito cara mensalidade, inclusive, que ela se preocupava com o que eu aprendi, com o que eu adquirir de conhecimento. Aí quando eu entrei nessa escola na primeira série nessa sala todos os alunos todos, os meus colegas eram ouvintes e eu era o único surdo, não tinha interprete, a professora não sabia a língua de sinais e eu sentava na primeira carteira, né, de frente da professora e eu lia os lábios dela. E isso tinha sido uma ordem da diretora da escola. Depois eu percebi que meus colegas eles tinham medo de se relacionar comigo, parecia que eu era um monstro, enfim, né, 'um surdo? Como é que é? Como que se comunica?' Não existia isso. (HUET).*

O espelho da norma como estratégia de normalização, ler os lábios da professora para aprender. Nas palavras de Huet percebo que o sujeito surdo é diversas vezes reduzido às representações disseminadas pelo senso comum, como se não fosse uma criança, como se não existisse o ato de brincar, trabalhar, estudar e se relacionar afetivamente.

A hegemonia da língua oral acarreta no desconhecimento da cultura surda pelas famílias, escolas e sociedade em geral. A falta de informações gera estranhamento, despreparo, mitos e, conseqüentemente, a discriminação em relação aos sujeitos dessa cultura. Portanto, compreender a importância da língua de sinais é apenas o primeiro passo de uma longa e rica jornada no caminho de entender a surdez como diferença. Esse estranhamento pode ser visualizado no relato de Huet, ao contar como ocorreu o processo do seu ingresso na escola.



No Brasil, em meados do ano 2000, começaram a surgir respostas a esses movimentos favoráveis à diferença cultural dos surdos. Podemos tomar como exemplo a própria Lei 10436/2002 que, no Artigo 1º, reconhece “como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados”.

Mas reconhecer a língua de sinais é somente uma das demandas para um futuro reconhecimento da diferença da cultura surda. Faz-se necessário reforçar a importância da educação bilíngüe<sup>31</sup>, uma vez que, historicamente, negaram aos surdos o direito de participar e definir os caminhos de sua educação, conforme evidencia Strobel (2008):

Durante longo tempo houve muitas discussões polêmicas a respeito do uso da língua de sinais, do oralismo, de diferentes métodos de ensino, de progressos tecnológicos relacionados à audiolgia e outros, e geralmente os Surdos estão excluídos destas discussões a respeito dos caminhos e possibilidades para sua vida afetiva, social e escolar.(STROBEL, 2008,p. 46).

Segundo Quadros (1997), o bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar, logo, a Libras em sua aquisição ocorre de forma natural, por meio das vivências e contato com outros usuários, de modo que a língua portuguesa escrita é considerada a segunda língua para esses sujeitos.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a língua utilizada pelas comunidades surdas espalhadas pelo território brasileiro. Constitui-se em um sistema convencional de sinais estruturados gramaticalmente da mesma forma que as palavras das diversas línguas faladas. Os sinais correspondem às palavras (ou item lexical) de uma língua oral-auditiva (JESUS e FERNANDES, 2016, p, 58).

Segundo Morello (2016), Libras é uma língua oficial brasileira, mas uma língua cooficial das comunidades surdas. As políticas públicas de reconhecimento à diversidade linguística surgem como resposta aos processos de homogeneização da cultura brasileira. Segundo a autora, essas políticas surgem como resposta à repressão e ao genocídio linguístico que afetaram o Brasil, uma vez que, sempre se considerou concepções de cidadania baseadas

---

<sup>31</sup> São denominadas escolas ou classes de educação bilíngüe aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo. (BRASIL, 2005, Artigo 22, §1º).



na unidade da língua portuguesa. Essas políticas reconhecem e fomentam as línguas brasileiras, em seu conjunto, como um direito de todo cidadão e pilar de uma sociedade plurilíngue.

A educação escolar de alunos surdos passou e ainda passa por grandes embates filosóficos, mas segundo Fernandes (1998), o povo surdo está resistindo às pressões da concepção etnocêntrica dos ouvintes. Visando somar a essa discussão, esta pesquisa está de acordo com a política linguística do bilinguismo, pois a língua de sinais é fundamental no processo de desenvolvimento do sujeito surdo.

A filosofia do bilinguismo traz como proposta o ensino da Libras como L1 (língua materna) sem negar o aprendizado da língua oral, porém na modalidade escrita, sem tratar essa possibilidade como único objetivo na educação dos surdos, mas como um recurso presente para minimizar as diferenças que o “ser surdo” engloba. Essa proposta bilíngue afirma que a criança surda deve se apropriar da língua de sinais, preferencialmente, pelo convívio da mesma com outros surdos adultos que tenham o domínio da língua.

Infelizmente o direito à educação bilíngue não torna os surdos imunes aos processos de discriminação, pois segundo Fernandes,

(...) estudantes surdos sujeitos extremamente ativos em seu processo de aprendizagem da escrita da língua portuguesa - que para eles funciona como uma segunda língua - são discriminados em seu processo de escolarização e marginalizados por avaliações. (FERNANDES, 2003, p.34).

Essas visões restringem o multifacetamento do que possa significar ser surdo, como evidencia Fernandes (2003):

O 'ser Surdo' remete a um universo plural e multifacetado no qual convivem diferentes práticas de significação imersas em também complexas relações de poder. A construção da alteridade surda é uma invenção diária submetida ao intrincado jogo das relações sociais de produção no qual se insere. (FERNANDES, 2003 p.31).

A homogeneidade das experiências surdas é ilusória, em cada surdo existe um universo sendo construído e vivenciado, proposta que dialoga com

os pressupostos de Skliar (1999) quando ele afirma que as diferenças não podem caracterizar-se como totalidades fixas, essenciais e inalteráveis.

Fernandes (2003) também aponta que convivemos com diferentes modos de experienciar a surdez, oriundos das práticas sócio-históricas nas quais os sujeitos surdos constituem sua subjetividade. Partindo dessa proposta, temos a subjetividade como agente no processo de construção da identidade surda, como Fernandes nos mostra:

Ser Surdo remete a uma construção permanente, na qual a identidade será sempre um construto sócio-histórico, um fenômeno intrinsecamente determinado pela natureza das relações sociais que se estabelecem entre os Surdos e outros sujeitos sociais e étnicos. (FERNANDES, 2003, p. 30).

Nesse sentido, devemos lembrar que existem diversas categorias que os surdos integram como mulheres surdas, assentados surdos, negros, gays e crianças, compondo uma heterogeneidade pouco debatida e evidenciada. Por mais que os surdos possuam história, valores em comum estão ao mesmo tempo constituindo e sendo constituídos pela sociedade (ouvinte ou não) em suas diversas instituições e esferas.

Assim como Fernandes (2003), discuto as identidades surdas como uma construção móvel, plural, multifacetada e transformada segundo as representações nas quais o sujeito é interpelado nos círculos de significação e sistemas de representação cultural. E por fim, contribuir para que a identidade surda possa ser melhor compreendida a partir da ruptura de significados referidos à deficiência auditiva e suas ramificações discursivas, conforme já foi falado por Skliar (1999).

Lopes Terceiro (2018) afirma que o termo Deafhood é muito amplo para ser definido como uma categoria que se refere à identidade:

Deafhood extrapola a Identidade porque além das experiências visuais, trata da história Surda, das narrativas Surdas, da consciência da condição de sujeito de um coletivo histórico que tem como primazia as línguas de sinais. A identidade remete mais ao plano individual e Deafhood ao plano coletivo da humanidade Surda (LOPES TERCEIRO, p.98).

L'Épée, Gallaudet, Stokoe e Huet me presentaram com suas histórias, reforçando o que Lopes Terceiro (2018) afirmou sobre o conceito de Deafhood. Explicando que tal palavra confere diferentes leituras surdas sobre suas

comunidades e vivências, não em um sentido fixo, mas voltando-se à natureza das relações entre as pessoas surdas. O pesquisador salienta que, por se tratar de um conceito amplo, “guarda-chuva”, como se refere, Deafhood pode sugerir várias interpretações dentro do cenário de pesquisas nos Estudos Surdos.

### 3.1.2 Desdobramentos da norma na sexualidade

*O que vão dizer de nós?  
 Seus pais, Deus e coisas tais  
 Quando ouvirem rumores do nosso amor  
 Baby, eu já cansei de me esconder  
 De olhares, sussurros com você  
 Somos dois homens e nada mais  
 Johnny Hooker*

O trecho da letra “flutua”, de Johnny Hooker, expressa o sentimento de milhares de pessoas que vivem a homossexualidade, em contexto de medo e dúvida do julgamento da família, da igreja, da escola e da ciência. Em pleno 2019 ainda temos que explicar: somos dois homens, duas mulheres, dois corpos e nada mais...

Quase no fim dessa pesquisa, pretendo abordar as formas de discriminação nas experiências relatadas por surdos gays na família e na escola, sob a ótica da normalização. Através dos estudos realizados na obra *História da Sexualidade*, de Foucault, farei um breve resgate histórico da (homo)sexualidade e explicarei como o dispositivo de sexualidade opera sobre a vida social e privada dos sujeitos, acabando por resultar na heteronormatividade.

*Você mudou várias vezes de cidade, por quê? (THIAGO BOAVENTURA).*

*L'Épée olhou para o lado, respirou fundo e respondeu:*

*Então, por isso, minha família, por ser uma família tradicional, eles aproveitam, por exemplo, em relação falando que eu sou gay, dizem que eu tenho problema psicológico que eu preciso tomar remédio, então eles sempre criam estratégias de enganar as pessoas as e as pessoas acreditarem, eles inventam histórias e mentiras a respeito de mim para as pessoas acreditarem, para esconderem a minha sexualidade, para as pessoas não descobrirem que eu sou gay, então isso é uma coisa muito negativa, muito ruim, tanto para mim como para minha família, não existe um respeito deles em relação a minha pessoa, então por isso que hoje eu vivo afastado deles, por causa de todos esse problemas que foram inventados e criados por eles em relação a minha pessoa.(L'ÉPÉE).*

Em certo momento da entrevista, percebi que L'Épée tinha realizado várias mudanças de residências entre os estados brasileiros, nasceu no Nordeste, morou em São Paulo e nossa entrevista estava ocorrendo no 5º

andar do prédio D. Pedro II (prédio da Reitoria como conhecemos), em Curitiba. Aproveitei o momento e perguntei qual o motivo que o levou trocar de estados e obtive a resposta acima.

A categoria “Medicalização da sexualidade e das identidades surdas” provocou me aprofundar nesse trecho, retirei alguns fragmentos que servem de materialização para se refletir a teoria levantada por Foucault. Identifico a família de L’Épée como sendo *polícia da sexualidade*, fazendo-o passar por doente, com problemas psicológicos, além da *medicalização da sexualidade*, ao sugerir que ele precisa tomar remédios.

A família de L’Épée expressa a noção de anormal e patológico quanto à sua sexualidade, que é resultante de algo que já foi dito nos capítulos anteriores. Depois que se estabelece o normal e a norma, fabrica-se o anormal, digno de ser controlado e/ou corrigido.

Sim, a homossexualidade de L’Épée é anormal em relação à norma heterossexual. Tal processo se intensificou no século XIX, nesse momento ficou a cargo das instituições médicas, jurídicas, pedagógicas e familiares desempenhar o papel de vigilantes e regulamentadoras do sexo.

No século XIX, quanto aos delitos sexuais e que frequentemente a própria justiça cede em proveito da média na; mas teremos um ardil suplementar da severidade, se pensarmos em todas as instâncias de controle e em todos os mecanismos de vigilância instalados pela pedagogia ou pela terapêutica. (FOUCAULT, 2011, p.48).

Esse cenário favoreceu a oportunidade que a medicina precisava para que se pudesse intervir nas práticas sexuais e nos prazeres. É a partir desse momento que se fortalece a gestão e classificação das práticas sexuais entre o que seria estabelecido como normal/saudável as patológicas/anormais.

Esse relato se relaciona ao fato de que homossexualidade ainda é entendida como um desvio sexual, uma sexualidade anormal, como consequência a sodomia se torna um ato interdito no âmbito jurídico. Foucault (2011, p.50) afirma que uma vez que se conhece as práticas sexuais saudáveis e normais, surgem ao mesmo tempo uma nova caça às sexualidades periféricas e novas especificações do indivíduo, ou seja, uma nova figura social é fabricada: a homossexualidade.

No século XIX o homossexual se tornou uma figura entendida como um hermafroditismo ou um ser dotado de androgenia interior, um processo entendido na época como uma maneira de habitar o masculino e o feminino ao mesmo tempo. A homossexualidade foi concebida como mais uma “espécie” entre outras, nomeada pela psiquiatria (assim como os fetichistas, zoófilos...).

Foucault também afirma que o exame médico, a investigação psiquiátrica e as famílias, assim como outras instâncias pedagógicas, passam a exercer o mecanismo de “ter prazer” em fiscalizar, conhecer, revelar, prazer que, em contrapartida, apresenta estratégias para enganar, ou melhor, escapar a esse sistema de fiscalização.

Ao mesmo tempo em que o prazer se manifesta, o poder que é invadido e fiscalizado se afirma como resistência em uma relação de confronto e reforço que pode ser verificada entre pais e filhos, médico e paciente, educador e alunos que Foucault (2011, p.53) chama de “Perpétuas espirais de poder e prazer”.

Pode-se perceber que o mecanismo das aspirais de prazer e poder, sobretudo a partir do século XIX, entrelaça-se em mecanismos complexos de excitação e incitação, não sendo uma relação de anulação.

Desde então, falou-se muito sobre o sexo para justamente capturar, classificar, mascarar e produzir um discurso maior, ou melhor, a narrativa mestre. Que seria justamente a construção social de se fazer existir um sexo “correto/normativo” como garantia de padrão para a sociedade.

De maneira resumida, pode-se dizer que o século XIX é marcado pela busca de conhecimento sobre o sexo para demarcar dois registros de saber bem distintos: uma biologia da reprodução, desenvolvida continuamente segundo uma normatividade científica geral, e uma medicina do sexo obediente às regras de origens inteiramente diversas.

L'Épée afirma sobre sua família *“dizem que eu tenho problema psicológico” e ainda falam “preciso tomar remédio”*. Tais discursos patologizantes são resultantes da medicina que se dedicou a realizar práticas, com o objetivo de propagar suas repugnâncias e atender às exigências de uma sociedade normativa. Para atender esse objetivo, o sexo deve ser conhecido segundo sua intensidade, sua qualidade específica, sua duração, suas reverberações no corpo e na alma, como afirma Foucault (2011).

L'Épée ao dizer: *“minha família, por ser uma família tradicional”, “problemas que foram inventados e criados por eles em relação a minha pessoa”* mostra o papel fiscalizador que a família (graças a medicina) exerce sobre as sexualidades, policiando, com o objetivo de garantir o bom e disciplinado sexo das pessoas.

Além da medicina a igreja teve papel fundamental nesse sistema de capturar os discursos sobre o sexo. Através da confissão tornou-se possível conhecer as vivências, atos e até pensamentos, com o intuito de difundir amplamente seus efeitos. Esse fenômeno foi tão eficaz que passou a ser elemento constitutivo da justiça, pedagogia, medicina e até mesmo nas relações familiares, que reverberou em uma série de relações: crianças e pais, alunos e pedagogos, doentes e psiquiatras, delinquentes e peritos.

Esses elementos contribuíram para o funcionamento das confissões como ferramenta a favor da ciência. Entre eles que trago para destacar a o que Foucault (2011) chama de “medicalização dos efeitos da confissão”. A atenção da confissão e seus efeitos são interpretados, organizados e se desdobram na forma de práticas terapêuticas. Nesse sentido, o sexo foi colocado no discurso entre o normal e o patológico.

Como afirma Sierra (2014):

Neste sentido, é importante que se diga que a hipótese repressiva não significa descartar o fato de o sexo ter sido incitado a se manifestar via discurso, inclusive com o propósito de construir uma verdade em torno da sexualidade. Quer dizer que o sexo foi estimulado a aparecer no plano discursivo, de tal modo que ao mesmo tempo em que o sexo era silenciado era também convidado a se confessar, porém em lugares específicos, como no divã do analista, no consultório médico, nos aposentos eclesiais (nos confessionários das igrejas), com a finalidade de disciplinarização, normalização, correção (portanto controle) da sexualidade via estes saberes/estas instituições. Outra coisa: incitar o discurso sobre o sexo era importante, pois quanto mais saber se desenvolvesse sobre os comportamentos sexuais, maior seria o desenvolvimento de estudos e de mecanismos de controle desses corpos (des)viados. (SIERRA, 115, p. 2014).

O autor ainda destaca que, diante desse contexto, o sexo apareceu como um campo de alta fragilidade patológica. E, como consequência desse entendimento, surge uma grande repercussão para novas doenças e a confissão resultará em intervenções médicas, pedagógicas, jurídicas e familiares.

Ao traçar um ponto de entrecruzamento do discurso científico e as técnicas de confissão que se encontram grandes mecanismos de ajustamento, afirma Foucault (2011):

(...) a sexualidade definida como sendo, “por natureza”, um domínio penetrável por processos patológicos, solicitando, portanto, intervenções terapêuticas ou de normalização; um campo de significações a decifrar; um lugar de processos óculos por mecanismos específicos um foco de relações causas infinitas, uma palavra obscura que é preciso, ao mesmo tempo, desencavar e escutar. (FOUCAULT, 2011, p.78).

O sexo como foco de explicações médicas, biologizantes resulta de todo o movimento desenvolvido para se falar dele. Segundo Foucault, pertencemos a uma sociedade marcada por carregar um sexo que fala, que um dia foi capturado ao ponto de se tornar invisível. Essa prática é demarcada no ocidente e ela se instaurou de maneira insistente e incansável pela verdade sobre o sexo, colocação do sexo um discurso. Foucault chamou de “dispositivo da sexualidade”, o mecanismo que produz e rege a sexualidade, bem como práticas. Segundo Foucault:

Através deste termo [dispositivo] tento demarcar (...) um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes termos. (FOUCAULT, 1996, p. 244).

Desse modo surge o que Foucault chama de "dispositivo de sexualidade", para que suas práticas tornassem conhecidas e passíveis de se submeterem às articulações e estratégias disciplinares desenvolvidas para a regulação dos comportamentos desviantes, manifestado na categoria: espelho da norma como estratégia de normalização.

*Mas eu acho também que eu não preciso mostrar para as pessoas que eu sou gay, eu não preciso tá anunciando pra sociedade que eu sou gay, porque tem alguns amigos que sabem, da família, sabe que eu gosto de homem, mas nunca me questionaram nunca me perguntaram. (HUET).*

Huet mostra certa insegurança ou desconforto em se declarar homossexual. Isso não ocorre somente com ele, mas com diversos sujeitos,



até mesmo a minha bissexualidade, dependendo do ambiente ainda sinto desconforto em falar sobre. Esse desconforto/insegurança faz parte de um sistema regulatório afeta até mesmo no entendimento das vivências mais íntimas do sujeito com ele mesmo. Em que acaba se determinando até mesmo o nível e a forma como se dá o reconhecimento de sua sexualidade considerada “anormal”, como eu e Huet.

Nesse sentido, o dispositivo de sexualidade enreda (e prolifera) uma multiplicidade de discursos e formas de saber. Não só o sexo verdadeiro, nos termos da designação de uma identidade sexual, mas tudo o que perpassa a conduta sexual – os desejos, os prazeres, as práticas – é submetido à extração da verdade e a partir da noção de “natureza” – funcionando como critério e instância de legitimação -, instituído como normal ou anormal. Nesse e desse aparato, resultam ainda as produções de sujeitos, de identidades, de normas e de práticas regulatórias.

*Então isso me fez sofrer muito, lembro de um episódio que eu fiz amizade com rapaz, nós éramos muito próximos amigos muito íntimos, nós conversamos passeávamos e minha família descobriu essa nossa amizade e fez com que ele se afastasse de mim, porque se rapaz era gay e eu também era gay, então eles não aceitavam a nossa amizade. E eu fui fazendo outras amizades, constituindo laços de amizade eu percebi que sempre perdia esses amigos, eles se afastaram de mim e – por causa – porque minha família não aceita minha sexualidade. (L'ÉPÉE).*

Como L'Épée relata, até mesmo as amizades são alvo de controle e regulação por parte da família: “...nós conversamos passeávamos e minha família descobriu essa nossa amizade e fez com que ele se afastasse de mim, porque se rapaz era gay e eu também era gay, então eles não aceitavam a nossa amizade...” Esse policiamento tem como principal objetivo garantir a normalidade das relações e experiências sociais desses sujeitos.

Não é proibida autodeclaração de sua sexualidade, mas a forma como deve ser dita é regulada pela “unidade do dispositivo: “.. eu não preciso mostrar para as pessoas que eu sou gay, eu não preciso tá anunciando pra sociedade que eu sou gay”. Esse “cuidado ao dizer” que Huet demonstra, funcionaria como poder exercido em todos os níveis, atuando na interdição e na censura em todas as esferas da sociedade, do Estado à família (como vemos no relato de L'Épée), ao ponto dessas instituições agirem como polícia no processo de fiscalizar as relações e práticas desviantes. O dispositivo, com seus valores

morais e suas verdades, dita aquilo que deve ser dito, praticado, interfere diretamente na construção das subjetividades e nas construções individuais de cada sujeito. A instituição familiar como polícia da sexualidade e das identidades surdas opera de diferentes maneiras em função desse dispositivo:

*Minha mãe descobriu no telefone quando eu estava com um outro namorado. Ela viu as mensagens, eu estava no trabalho, aí a mãe perguntou: “-quem é essa pessoa que tão mandando mensagem? Ele usou a palavra eu te amo? Ele mandou essa mensagem pra você?” E na hora eu fiquei constrangido, aí eu falei: “- Nunca mais mexe no meu celular! Ele é meu! Você não tem esse direito! Falta de respeito comigo!” Eu saí de casa, eu pensei: vou sair de casa agora! Minha mãe não deixou aí eu falava: agora eu estou com vergonha que as pessoas saibam que eu sou gay. (STOKOE).*

Perguntei para Stokoe como foi o processo de se reconhecer como homossexual/gay, em seu relato percebe-se que ele foi “arrancado do armário” pela sua mãe, no papel de alguém que cuida, mas também vigia. Dificilmente Stokoe pensaria em sair de casa se a mesma situação fosse em relação à um relacionamento heterossexual. Não muito diferente de Stokoe, a mãe de Gallaudet também já sabia da homossexualidade de seu filho antes mesmo dele falar sobre, pois seu professor de Ensino Médio já havia contado:

*Esse professor disse: “nossa ele é bonito?”, a minha mãe falou: “sim, realmente ele é bonito”– esse professor era gay – minha mãe falou: “é meu filho é bonito, obrigada”. Aí, esse professor perguntou para minha mãe: “será que seu filho, ele é gay?”. A minha mãe na hora falou: “eu não sei, se ele é... ele não contou para mim”. Então na hora que fui ter essa conversa com meus pais, a minha mãe falou que alguns anos atrás esse professor tinha contado para ela e que, enfim, ela tava esperando eu contar. (GALLAUDET).*

Para Foucault essas regulações e outras interdições, não se tratam de termos de repressão, mas de poder. A mãe de Stokoe, não permitiu que ele fosse embora e depois o apoiou, ela só esperava o filho ter a conversa. Porém as relações dessas e de outras famílias ocidentais estão inseridas em um poder que não opera como sistema de dominação, mas por derivações sucessivas que atravessam o corpo social inteiro. Para Foucault o poder está em toda parte, é um nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada, que se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis.

*Eu lembro que minhas primas eu brincava de boneca, as Barbies que elas tinham, brincava muito de Barbie com as minhas primas e pra mim era uma coisa muito natural. Meu pai e minha mãe perguntavam para a psicóloga se era normal brincar de boneca e*

*ela falava que era coisa de criança que não tinha problema , que não existia problema de eu estar brincando com minhas primas e brincando de boneca junto com elas. (HUET).*

A medicalização das identidades surdas como estratégias de normalização se verifica nas palavras de Huet ao relatar que, seus pais perguntaram para a psicóloga se era “normal brincar de boneca”, mais uma vez encontram-se a medicina e a família regulando a normalidade dos corpos, mesmo que sejam corpos de crianças. Nada escapa ao Dispositivo de sexualidade, nem as brincadeiras, nem as vestimentas, pois a família tem a função de garantir que seus filhos correspondam aos discursos e às práticas que visam atender às demandas sociais, políticas ou morais.

Nesse sentido, a família (de Huet, Gallaudet, L'Épée e Stokoe), as escolas e outras instituições constituem um sistema de múltiplas forças, atuando nos processos de restringir o que escapa à norma, produzindo discursos verdadeiros nos mais variados diversos setores que constituem a vida social e privada.

O dispositivo da sexualidade é utilizado em inúmeras manobras e se manifesta nas mais diversas relações de poder: entre homens e mulheres, pais e filhos, educadores e alunos, entre administração e população. Essas manobras materializaram a hipótese de uma estrutura binária estável e naturalizada de gênero e de sexualidade.

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (FOUCAULT, 2011, p.116).

Scott (1990) afirma que a diferenciação e a classificação entre os sexos estão relacionados aos aspectos históricos, culturais e sociais. Esses mesmos aspectos se encarregam de categorizar as pessoas como masculinas ou femininas, heterossexuais ou homossexuais.

A sexualidade ou orientação sexual refere-se às práticas sexuais das pessoas, seja orientada para heterossexualidade (pessoas do sexo oposto), homossexualidade (para pessoas do mesmo sexo), bissexualidade (para

ambos), ou ainda, para omni/ pansexuais (pessoas trans) ou assexuais que não se orienta para nenhum (assexuais).

Ao me referir à orientação sexual dos meus sujeitos, realizei a pergunta número 3 (três) do meu roteiro de entrevista: *Quando se reconheceu como um sujeito gay?* Obtive as seguintes respostas:

*Para mim foi natural esse processo de me interessar pelo mesmo sexo. (GALLAUDET)*

*Boa pergunta! Maravilhosa! Então com 09, 10 entre 08 e 10 anos de idade, nesse período eu via as meninas eu também via os meninos, mas eu sentia uma atração diferente pelos meninos, um sentimento diferente, um toque!(L'ÉPÉE).*

*Eu descobri que eu era gay desde a minha infância, desde sempre, eu já sabia que existia um sentimento diferente. Porém, esse sentimento permanecia escondido. (STOKOE).*

*Com o tempo eu fui crescendo e eu fui me fechando. Eu fui me percebendo enquanto gay com dezenove anos. (HUET).*

Independente da idade, Huet, Gallaudet, L'Épée e Stokoe são quatro sujeitos de diferentes localidades do país, e cada um, se reconheceu dentro da homossexualidade, não por suas características biológicas, muito menos por exemplos, mas por desejos, afetividades e pertencimento. Mas o pertencimento não é garantia de aceitação social, familiar e pessoal. Vários fatores (culturais, sociais, econômicos) fazem parte do conjunto que visa a garantia da norma heterossexual como afirma Stokoe:

*Lá em Blumenau existe uma cultura alemã muito forte e nessa época eu estava com depressão eu já estava exausto, cansado e eu durante todo esse período até minha adolescência eu permanecia ali se escondendo então era uma coisa que me magoava bastante me deixava muito mal. (STOKOE).*

Verifica-se aqui, o espelho da norma como estratégia de normalização para (r)existir em uma realidade homofóbica e opressora. O sofrimento de Stokoe se relaciona com as práticas normalizadoras da sociedade ocidental, que por sua vez, tentam provar que as características físicas e biológicas determinam como devemos nos “comportar”, com o intuito de estar em conformidade com as regras sociais construídas e consideradas adequadas ao sexo biológico.

Esse fator é reiterado em ambientes de culturas machistas/tradicionistas, como conta Stokoe, que se sentia obrigado a ter

desejo sexual por pessoas que atenderiam ao oposto das suas características biológicas e comportamentais, ou seja, uma relação de causa e consequência entre sexo biológico, identidade de gênero e desejo.

Nesse contexto, não só os órgãos reprodutores ou os aspectos materiais visivelmente identificáveis, mas todo o corpo – mesmo em termos microscópicos - passa a ser marcado pela diferença e oposição sexual. O entendimento de que o corpo do homem e o corpo da mulher possuíam características inatas, naturais, radicalmente diferentes e incomensuráveis acarreta também uma outra construção: a de que a cada corpo, ou seja, para cada pessoa, corresponderia apenas um único e verdadeiro sexo. (MIKOS, 2017, p.75).

Segundo Louro (2007, p.11), “através de processos culturais, definimos o que é – ou não – natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas”. A autora ainda considera que a sexualidade implica entender os rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos e convenções, ou seja, compreender os processos culturais e plurais que constituem algo que na verdade não pode ser entendido como naturalizado. L'Épée ainda conta como seus desejos desafiavam a lógica heterossexual:

*Então com entre oito e dez anos de idade, nesse período eu via as meninas eu também via os meninos, mas eu sentia uma atração diferente pelos meninos, um sentimento diferente, um toque! Era algo que os meninos me atraíam mais que as meninas, e eu percebi que não era igual minha família, que eu tinha um caminho diferente, que quando um homem me tocava eu sentia uma sensação diferente, e que quando uma mulher me tocava era normal, algo frio diferente quando um homem me tocava. (L'ÉPÉE).*

O desejo (a atração) e a prática (prazeres) são dois aspectos que estruturam a sexualidade para L'Épée e todos nós. Isso fica evidente quando ele conta que ao tocar um homem sentia algo diferente. O desejo é responsável por delimitar a identificação da própria sexualidade, e essa identificação acarreta em disputas em diversos setores da sociedade. Pois não se reconhecer dentro das lógicas heterossexuais acarreta em luta pelos direitos que a heteronormatividade passa a negar.

Saldanha e Wolff (2015) afirmam que a sexualidade humana é composta pelo desejo e prazer, afeto e prática, agenciamento interno e externo. E diante

disso o dispositivo da sexualidade interfere nas vidas dos corpos e agindo com rigidez ao tentar enquadrar os comportamentos sexuais. Esses autores consideram duas esferas em constante conflito: a interna e a externa, o reconhecimento subjetivo e o reconhecimento social.

Tais disputas nos levam à questão da organização política das demais esferas sociais de um ser humano e a luta por equidade. O sexo, em suas três acepções vistas aqui (biológica, cultural e ato sexual), acaba sendo um dos principais elementos constitutivos dos sujeitos sociais e identidades pessoais. A dominação masculina sobre o feminino, a heteronormatividade que exclui outras práticas sexuais ou as coloca como desvio à norma, o ideário de ligação entre afeto e ato sexual, a pretensa ideia da existência de apenas machos e fêmeas na espécie humana, a concepção de que a reprodução é a função básica do ato sexual são alguns dos componentes discursivos utilizados pelos saberes-poderes para canalizar as potencialidades humanas para fins específicos: a manutenção de estruturas (SALDANHA; WOLFF, 2015, p.43).

Essa afirmação ajuda a compreender os motivos pelos quais a homossexualidade surge como uma espécie criada pela psiquiatria no século XIX, demarcada no campo da anormalidade e perversão, como afirma Foucault (2011):

Psiquiatrização do prazer perverso: o instinto sexual foi isolado como instinto biológico e psíquico autônomo; fez-se a análise clínica de todas as formas de anomalia que podem afetá-lo; atribuiu-se-lhe um papel de normalização e patologização de toda conduta; enfim, procurou-se uma tecnologia corretiva para tais anomalias. (FOUCAULT, 2011, p.116).

Ao mesmo tempo, a homossexualidade passa a falar sobre si, em discursos de reação, reivindicando sua legitimidade através do próprio discurso médico.

Pereira (2017, p.67) desenvolveu uma pesquisa na qual evidencia que a homossexualidade (e as sexualidades dissidentes) passam por três momentos que as deslocam para o campo das patologias e até criminalização.

A primeira se refere à etiologia da homossexualidade: saberes advindos da genética, da fisiologia e da endocrinologia que pautaram diferentes etiologias para as dissidências sexuais e de gênero. Buscou-se explicar que a homossexualidade possui diferenças em seu organismo em relação heterossexuais/normais. A partir dos critérios de seleção das “amostras” para os estudos, cria-se, também, a figura homossexual afeminada.

Se houve no século XIX um trabalho no sentido de investigar o que estava por trás dos comportamentos desviantes, como o da criança que se masturba, o da mulher que se histericiza ou o do sujeito que não deseja o outro sexo, o século XX vai, no empreendimento de correção destes comportamentos, “descobrir” o sexo. Por isso todo um esforço para recobrir com o manto da ciência (porque verdadeiro) os corpos monstruosos, ou seja, o da criança onanista é pedagogizado pela família e pela escola, o da mulher histérica é reenquadrado no papel de mãe, genitora e guarda da prole, e o dos “perversos” (homossexuais, incestuosos, pedófilos) é patologizado para ser corrigido e normalizado. (SIERRA, 2014, p.117).

A autora também evidencia o fato de que se criou um imaginário e registros oficiais patológicos sobre as dissidências sexuais e de gênero, reforçando que essas dissidências devem ser diagnosticadas e tratadas. Esse processo perdurou até 1973, momento que se retira a homossexualidade do DSM-III e que algumas práticas médicas, deixam de ser relevantes para a captura da homossexualidade e, em contrapartida, verifica-se a abertura de para outros tipos de terapias, como a inversão sexual, por exemplo.

E, por último, a autora define como “A peste gay”, na qual as dissidências sexuais e de gênero são representadas como um risco de vida para heterossexuais por serem responsabilizadas e associadas à transmissão de IST/Aids. Sierra (2014) ainda afirma que:

Exemplo deste controle sobre a população é o surgimento da Aids que, no Brasil, começa a aparecer em 1980, e que estimulou a produção de medidas biopolíticas que reforçaram o saber-poder sobre o sexo e, por extensão, sobre a vida. Entendida como epidemia, a síndrome vai engendrar todo um saber que se debruça no esforço de escancarar nossas sexualidades em busca das causas e efeitos do vírus. Estes saberes – visando o corpo, o uso deste corpo, os prazeres deste corpo – institucionaliza medidas preventivas de higiene sexual e toda uma campanha é armada para convencer as pessoas a se prevenirem. Entra em cena a camisinha e com ela a plastificação do sexo. Encaparam o sexo. Neste processo, os homossexuais começam a ser alvo das flechadas dos saberes médico-científicos, que (até recentemente) entendiam a Aids como uma doença ligada à homossexualidade, uma espécie de “peste gay”. Assim, a Aids se estabelece, na década de 80, como falha moral dos sujeitos homossexuais e cada vez mais a culpabilidade sobre a doença recai sobre os ombros de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, já que, por estar associada ao comportamento sexual, vê-se a doença como resultado de irresponsabilidade, prevaricação, despudoramento, obscenidades no exercício da sexualidade, reforçando a necessidade do casamento heteromonogâmico como medida de impedimento do vírus. (SIERRA, 2014, p. 120).



Pereira (2018) diz que esse fenômeno expressa que a sociedade associa a Aids à culpabilidade e/ou punição dos doentes que a “merecem”; daí, simplifica a associação da homossexualidade com “o mal”. A pesquisadora ainda diz que para os setores conservadores da sociedade e, de forma especial, para o fundamentalismo religioso, a aids, ainda hoje, é associada diretamente à doença moral da homossexualidade.

E todo esse pensamento se relaciona ao dispositivo da sexualidade que opera na família, interna e externamente. Foucault (2011,p.121) destaca que (...) os pais, os cônjuges, tornam-se, na família, os principais agentes de um dispositivo de sexualidade que no exterior se apóia nos médicos e pedagogos, mais tarde nos psiquiatras, e que no interior vem duplicar e logo “psicologizar” ou psiquiatrizar as relações. Todo esse aparato para produzir corpos e condutas alinhados à heteronormatividade.

*Meu ex namorado ele abriu a minha mente, ele eu podia andar de mãos dadas, que eu podia beijar na rua mas ele não gostava por exemplo que nós nos beijássemos e andássemos de mãos dadas na frente das crianças se não existiam as crianças podia andar de mãos dada beijar era livre no parques porque ele achava que precisava respeitar as crianças. (STOKOE).*

Ao ver Stokoe falando sobre a regulação que ele e seu parceiro realizavam com seus próprios corpos, em relação a “andar de mãos dadas” na frente das crianças, me faz lembrar dos diversos discursos tradicionais que a igreja e o Estado utilizam para justificar manifestações homofóbicas. Nem mesmo o relacionamento homossexual está a salvo das regras e normas impostas pela heteronormatividade, que se manifesta como um mecanismo tão articulado, que penetra até mesmo nas relações de sexualidades desviantes, uma vez que sempre terá como parâmetro organizacional a matriz heterossexual.

*Alguns já me conheciam e sabiam da minha sexualidade e outra pessoas que trabalhavam no banco em outro setor não conheciam a meu respeito, não sabiam que eu era gay. E quando esses dois chegaram, começaram a conversar com nós dois, eles me perguntaram: “você é casado com ela? ”, eu falei: “não! ”. Aí eles me perguntaram: “com quem você gosta de se relacionar sexualmente? ”, eu falei: “eu gosto de me relacionar com homem”. E na hora os dois tiveram um choque, acharam estranho, porque era um evento do banco, algo formal, eles acharam que ali não encontrariam pessoas que fossem homossexuais. (GALLAUDET).*



A heteronormatividade expressa as expectativas sociais que nasceram do pressuposto da heterossexualidade naturalizada, portanto, fundamento da sociedade. Pereira (2018) chama atenção para o fato de que a sociedade se apropria dos discursos da Biologia (quando convém) e de outros saberes para assegurar a verdade em dizer que a homossexualidade e as dissidências de gênero são “um mal a ser curado”.

A heteronormatividade reitera as noções que as dissidências sexuais e de gênero são desvios de comportamento e da própria natureza, fator que explica a imoralidade que Stokoe queria evitar em andar de mãos dadas com seu parceiro na frente das crianças, ou quando, Gallaudet fala sobre o espanto de ter um homossexual em uma confraternização de uma empresa de banco.

A heteronormatividade segundo Lauren Berlant e Michael Warner se define como:

Por heteronormatividade entendemos aquelas instituições, estruturas de compreensão e orientações práticas que não apenas fazem com que a heterossexualidade pareça coerente – ou seja, organizada como sexualidade – mas também que seja privilegiada. Sua coerência é sempre provisional e seu privilégio pode adotar várias formas (que às vezes são contraditórias): passa despercebida como linguagem básica sobre aspectos sociais e pessoais; é percebida como um estado natural; também se projeta como um objetivo ideal ou moral. (BERLANT; WARNER, 2002, p.230).

A heteronormatividade se manifesta como uma das diversas práticas disciplinares existentes na sociedade. L'Épée ao contar os palavrões que se direcionavam ao seu corpo, demonstra que as práticas regulatórias da sexualidade são reforçadas indiferente da faixa etária dos sujeitos, adultos e crianças vão manifestar a homofobia.

*Quando eu ia brincar na rua, eu lembro que alguns dos meninos falavam que era viado, me chamavam de boiola e isso era algo que mexia comigo. (L'ÉPÉE).*

A homofobia é consequência da heteronormatividade, pois ela se encarrega de dar conta de regular e controlar através de um conjunto de prescrições que garantam a legitimidade da heterossexualidade como norma. Como Miskolci (2009) ainda afirma:

As formas de definir a si mesmo de várias culturas sexuais não-hegemônicas seguem a heteronormatividade, o que é patente na díade ativo/passivo dos gays, a qual toma como referência a visão hegemônica sobre uma relação sexual reprodutiva para definir papéis/posições sexuais. Assim, a heteronormatividade não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar a todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade (MISKOLCI, 2009, p.5).

Para Miskolci (2009), os meandros da heteronormatividade articulam tanto a homofobia materializada em mecanismos de interdição e controle das relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo, quanto à padronização heteronormativa das pessoas homossexuais. Não é à toa que em relacionamentos homoafetivos se categorizem os casais entre "ativo" e "passivo", uma vez que essas categorizações revivem a imagem do dominador e o dominado, inspirado no sistema binário dos papéis sociais do masculino e feminino.

A heteronormatividade justifica as práticas normalizadoras que são aplicadas na produção de diversas verdades sobre o sexo, ou melhor sobre os desvios e anormalidades sexuais. Segundo Pereira (2018p.101), mediante a “classificação, a distribuição e a hierarquização moral dessas sexualidades, os indivíduos que as praticam podem ser aceitos ou marginalizados.

Segundo o autor, tivemos, portanto, no decorrer do século XIX, uma generalização do dispositivo da sexualidade, a partir de um foco hegemônico (a heterossexualidade). Em última análise, o corpo social inteiro foi dotado de um “corpo sexual” que precisa ser capturado, regulado e normalizado. Para assim, justificar a marginalização dos sujeitos de sexualidade dissidente, com o intuito de promover a morte ou invisibilidade social, virtual e/ou real e de negação, como as agressões físicas, verbais, entre outras, justificaram as manifestações da homofobia, seja sobre os surdos ou ouvintes.



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Aí, maloqueiro, aí, maloqueira*  
*Levanta essa cabeça*  
*Enxuga essas lágrimas, certo? (Você memo)*  
*Respira fundo e volta pro ringue (vai)*  
*Cê vai sair dessa prisão*  
*Cê vai atrás desse diploma*  
*Com a fúria da beleza do Sol, entendeu?*  
*Faz isso por nós*  
*Faz essa por nós (vai)*  
*Te vejo no pódio*

*Emicida*

Historicamente, surdez e a homossexualidade foram categorias narradas pela norma ouvinte e heterossexual, o que acarretou em silenciamento, violências e negação do direito de ser diferença por, simplesmente, transgredir os padrões esperados pela sociedade.

Neste trabalho, o problema central foi compreender como o discurso da norma(lidade) ouvinte e heterossexual opera na constituição da surdez e da homossexualidade. Para tanto, foi necessário convocar autores dos estudos surdos, culturais, de gênero e sexualidade para compor uma base teórica que me proporcionasse ferramentas para investigar e refletir sobre como foram construídos os discursos normalizadores da surdez e da homossexualidade e problematizar seus desdobramentos na constituição de sujeitos surdos-gays, na contemporaneidade.

Realizou-se um levantamento bibliográfico, através da investigação de artigos, dissertações e teses, de 2000 a 2017, para ter acesso ao cenário atual do que já foi realizado sobre o tema em questão. O processo teve objetivo de conhecer o que já foi produzido, as metodologias utilizadas e os resultados encontrados, verificando aproximações e distanciamentos em relação aos objetivos da presente proposta. Em relação à temática dos surdos e sua sexualidade, apenas quatro publicações foram encontradas: um artigo em Educação, duas dissertações de mestrado em Psicologia e uma Tese de doutorado em Psicologia. Apesar de abordarem a temática de surdos gays, as pesquisas não se ocupavam da normalização como categoria teórica para

análise, em sua maioria, tratando da sexualidade dos sujeitos surdos, unicamente para prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis.

Portanto, justificou-se a relevância social e originalidade teórica desta investigação, buscando ampliar e contribuir para o campo dos Estudos Surdos em Educação, por meio da problematização da construção do discurso da anormalidade pela análise de dois elementos da diferença que constituem o multifacetamento das identidades: a surdez e a homossexualidade.

Ao falar sobre o multifacetamento das identidades surdas, foram sistematizadas contribuições dos campos dos Estudos Culturais e, mais especificamente, dos Estudos Surdos para debater as noções sobre identidade e diferença e refletir a existência surda (Deafhood) como processo fragmentado, fluído e heterogêneo.

Uma retomada conceitual do processo de normalização e suas práticas, na perspectiva pós-estruturalista, foi necessária para contextualizar como as noções de audismo/ouvintismo e heteronormatividade possuem origens semelhantes. A normalidade evidencia-se em um processo comum entre a história dos surdos e a história da homossexualidade: práticas clínicas, reabilitadoras, em que os corpos dos sujeitos surdos e gays são estudados para que sejam criados procedimentos que ofereçam a estes sujeitos uma aparente normalidade. As noções de medicalização e patologização das diferenças no contexto familiar e escolar subsidiaram a reflexão sobre a surdez e a homossexualidade como alvo das práticas normalizadoras.

O multifacetamento das identidades surdas, sob a influência desses condicionadores, foi evidenciado e materializado nos relatos dos 4 surdos gays, sujeitos participantes desta pesquisa, cujas trajetórias únicas e diversificadas, ilustraram como a norma opera/operou na construção de suas subjetividades.

A análise do material empírico resultou em três categorias analíticas, sendo elas: Espelho da norma como estratégia de normalização; Medicalização da sexualidade e das identidades surdas e a instituição familiar como polícia da sexualidade e das identidades surdas.

A categoria “Espelho da norma como estratégia de normalização” também se relacionou com a afirmação de Foucault (2006), ao dizer que a normalização ocorre quando se tenta conformar as pessoas a um modelo geral previamente tido como a norma. Essa categoria ilustra-se nos momentos que

os sujeitos, escondem sua sexualidade ou tentam se adaptar aos moldes ouvintes da sociedade. Ou seja, a norma opera no sentido de alterar, transformar, criando estratégias e mecanismos para tornar os sujeitos “menos” surdos ou “menos” gays, de modo que estejam próximos do molde esperado como pôde ser evidenciado nas análises.

Os relatos que sustentam a “Medicalização da sexualidade e das identidades surdas” expressam manifestações de controle sobre seus corpos surdos, ao serem tratados como doentes. Esse processo pode ser compreendido nos relatos dos sujeitos que foram direcionados às práticas terapêuticas para se aproximar do que se espera diante da norma heterossexual e ouvinte, práticas que se manifestam através da indicação do uso de aparelhos auditivos e também através da intervenção médica para compreender e/ou controlar a sexualidade desviante.

“A instituição familiar como polícia da sexualidade e das identidades surdas” opera como um mecanismo que trabalha em razão de garantir a normalização, e qualquer sujeito que a transgrida acaba desencadeando a intervenção de outra instância: a medicina. Os relatos relacionados à essa categoria mostraram como a família opera de maneira (in)direta, em ato de fiscalização/regulação sobre os corpos desses sujeitos.

Os caminhos metodológicos e as narrativas nos permitiram evidenciar, como os discursos patológicos/medicalizantes operam como mecanismo de controle, disciplinamento e regulação da diferença linguística/sexual, ao ponto de sustentar e resultar nas práticas de preconceito e discriminação como ouvintismo e homofobia.

Ao tomar as práticas de subjetivação e discriminações vivenciadas pelos surdos gays, operadas em uma dupla dimensão de subordinação, pela cultura ouvinte e pela heteronormatividade, quando tomadas como padrões de normalidade social aceitáveis, acarretam a marginalização daquelas identidades que diferem dos comportamentos e representações estabelecidos, acentuando os processos de subordinação e marginalização por meio das práticas homofóbicas e ouvintistas.

Há diversas interrogações suscitadas neste estudo que provocam futuras investigações. Paralelo ao processo analítico verificou-se, tanto no material empírico quanto nas produções teóricas, que as manifestações de

preconceito tiveram suas raízes a partir das práticas normalizadoras, porém se justificam por diferentes contextos. É importante que se continue a investigar e interrogar os motivos pelos quais as violências geradas pela discriminação e preconceito decorrentes da surdez são de ordem biológica/fisiológica, enquanto que a homossexualidade gera repulsa social, sendo, por vezes, baseadas na moral e na religião.

Porém, a diferença manifestada nas identidades de surdos gays, aos poucos, fortalecem a desconstrução e desestabilização das noções de (a)normalidade. Os surdos gays estão ocupando espaços que historicamente lhes foram negados nas práticas discursivas, (re)significando suas existências que foram marcadas/estigmatizadas por transgredir a norma ouvinte e heterossexual.

Anseio que muitos surdos realizem produções a partir suas percepções e narrativas identitárias que, juntamente com este trabalho, possam provocar outros sujeitos da diferença (sexual, linguística, racial) a produzirem e questionarem a estrutura “gigantesca” da normalidade.

Sou ouvinte, mas minha sexualidade dissidente me fez sentir na pele as práticas da heteronormatividade. Cada sujeito é único, nenhuma experiência pode ser igualada, mas por meio da empatia e, ao nos reconhecermos como aliados, no processo de (re)existir, poderemos afirmar nossas próprias percepções de mundo, afinal, nada como nós mesmos para falarmos sobre nossas (r)existências.

## REFERÊNCIAS

- BAUER, M. W.; GASKELL, G. (ed.). **Pesquisa qualitativa com textos imagens e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, Trad. GUARESCHI, P. A., 2002.
- BECHE, R. C. (2005). **A sexualidade do surdo: retalhos silenciosos na constituição da sua identidade. (Dissertação de Mestrado)**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.2005
- BENTO, I. C. B.; BUENO, S. M. V. **A Aids sob a ótica Do Surdo adulto Jovem**.v. 17, n. 4, p. 288–294, 2006.
- BENJAMIN W. O narrador. In: **Benjamin W, Horkheimer M, Adorno T, Habermas J.:** Os pensadores. São Paulo: Editor Victor Civita; 1975. P.63-8.
- BISOL, C. A. **Adolescer no contexto da surdez: questões sobre a sexualidade**. Cidade: editora, 2008.
- BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Trad.: Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- BRASIL. Governo Federal. Lei nº. 10.436, de 24 de Abril de 2002. **Disposição sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - e outras providencias**. Brasília, 2002.
- \_\_\_\_\_. Governo Federal. Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº. 10.436, de 24 de Abril de 2002, que **Disposição sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**, e o art. 18 da Lei nº. 10.098, de 19 de Dezembro de 2000. Brasília, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2005.
- CAETANO, M. **Gênero e Sexualidade: um encontro político com as epistemologias de vida e os movimentos curriculares**. 2011. 228f. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro, 2011.
- CANGUILHEM, G. **O Normal e o Patológico**. Tradução de BARROCAS, Maria Thereza de Carvalho; LEITE, Luiz Octavio Ferreira Barreto. – 5ª ed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FERNANDES, S. F. **Educação bilíngue para surdos: identidades, diferenças, contradições e mistérios**. Tese (Doutorado)–Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.



FERNANDES, S. **Surdez e linguagens: é possível o diálogo entre as diferenças?**. Dissertação (Mestrado em Lingüística), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1998.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOSTER, D. W. **Consideraciones sobre el estudio de la heteronormatividade en la literatura latinoamericana**. Letras: literatura e autoritarismo, Santa Maria, n. 22, jan./jun. 2001.

GUARIDO, R. A biologização da vida e algumas implicações do discurso médico sobre a educação. In C. B. Angelucchi & B. P. Souza (Eds). **Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos** (pp. 27-39). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

GOLDFELD, M. A Criança Surda. **Linguagem e Cognição Numa Perspectiva Sócio-Interacionista**. São Paulo: Plexus Editora, 2001.

HOPENHAYN, M. **Transculturalidad y diferencia**. In: B. ARDM (Ed.) El reverso de la diferencia. Identidad y política. Caracas: Nueva Sodedad,. p. 69-80. 1999

JESUS, J.D.; **Educação Bilíngue para surdos: um estudo comparativo da escola bilíngue e do atendimento educacional especializado (AEE) na escola inclusiva** - Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

LADD, P. In: **Search of Deafhood: Towards an understanding of british deaf culture**. Tese de Doutor da Filosofia na Faculdade de Ciências Sociais no Departamento dos Estudos Surdos, Universidade de Bristol, 1998

\_\_\_\_\_. **Em busca da surdidade 1**. Colonização dos surdos. Tradução: Mariana Martini. Toronto: Multilingual Matters Ltd, 2003.

LADD, P.; LANE, H. **Deaf ethnicity, deafhood, and their relationship**. Sign language studies, Volume 13, n. 4, 2013.

LANZ, L. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a conformidade e a transgressão das normas de gênero.** Curitiba: Transgente, 2015.

LOPES TERCEIRO, Francisco M. **Deafhood: Contribuições de Padd Ladd à Educação Bilíngue para Surdos.** Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal do Paraná Curitiba, 2018

LOPES, M. C., & RECH, T. L. **Inclusão, biopolítica e educação.** Educação, 36(2), 210-219, 2013.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação.** Uma perspectiva pós-estruturalista. 03. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Pro-posições**, v.19, n.2 (56) – maio/ago. 2008.

\_\_\_\_\_. **Currículo, Gênero e Sexualidade.** Porto, Portugal: Ed. Porto, 2000.

\_\_\_\_\_. **Um corpo estranho.** Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

MARTINS, F. C.; KLEIN, M. **Estudos da Contemporaneidade: Sobre Ouvintismo / Audismo.** In: IX ANPED Sul Seminário de Pesquisa em Educação da região sul, 2012, Caxias do Sul: Gráfica Nordeste, 2012.

MEYER, D. E. **Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica.** In: MEYER, Dagmar; PARAÍSO, Marlucy (Orgs.). Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação. Belo Horizonte: Mazza Editores, 2012, p. 47-61.

MOITA, G. **Discursos sobre a homossexualidade no contexto clínico: A homossexualidade de dois lados do espelho.** Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade de Porto (diss. de doutoramento), 2001.

MORELLO, R. **Censos nacionais e perspectivas políticas para as línguas brasileiras.** Revista Brasileira de Estudos de População, v. 33, n. 2, p. 431-439, 2016.

MUYLAERT, C. J. et al. **Entrevistas Narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa.** Revista da Escola de Enfermagem da USP, p. 193-199, 2014.

NUNAN, A. (2003). **Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo.** Rio de Janeiro: Caravansarai.

OLIVEIRA, M. R. G. **O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação.** – Curitiba, 2017.

PERLIN, G. **“Identidades surdas”**. In: SKLIAR, Carlos (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

PERLIN, G. O lugar da cultura surda. In: THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. (Orgs.). **A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

PERLIN, Gladis (Orgs.). **Estudos Surdos II**. Petrópolis: Arara Azul, 2007.

QUADROS, R.M. de. & PERLIN, Gladis T.T. **Educação de Surdos em Escola Inclusiva?** Rev. Espaço: Informe técnico científico do INES. Rio de Janeiro, n.7 p. 35- 40, junho, 1997.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017.

SANTOS, F.; DE ABREU, D. **Experiências lingüísticas e sexuais não hegemônicas: Um estudo das narrativas de Surdos homossexuais**. Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde. Universidade de Brasília Instituto de Psicologia, 2015.

SANTOS, B. S. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SKLIAR, C. **A educação e a pergunta pelos outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros “outros”**. Ponto de Vista, Florianópolis, n. 5, p. 37-49, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Invenção e a exclusão da Alteridade “ deficiente ” a partir dos significados da normalidade**.1999.

\_\_\_\_\_. **“Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade”**. In: \_\_\_\_\_ (org.). A Surdez: Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 3. ed, 2005

\_\_\_\_\_. Identidades surdas. In: SKLIAR (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

\_\_\_\_\_. **Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.

SKLIAR, C.; DUSCHATZKY, S. O nome dos outros: narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Org.). **Habitantes de babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 3. Ed. Florianópolis – SC: Editoria UFSC, 2013.

\_\_\_\_\_. **Surdos:** vestígios culturais não registrados na história. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008a.

\_\_\_\_\_. **As imagens do Outro sobre a cultura surda** - 2ª edição revisada. 2. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2009.

VEIGA-NETO, A. **Cultura, culturas e educação.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 23, p. 5-14, maio/ago. 2003.

\_\_\_\_\_. Michel Foucault e os estudos culturais. In: COSTA, M. V. (Org.) **Estudos culturais em educação.** Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000.

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. **Inclusão e governamentalidade.** Educação & Sociedade, 28(100) - Especial, 2007.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas.** Petrópolis: Vozes, 1979.

WITCHES, P. H.; LOPES, M. C. **Forma de vida surda e seus marcadores culturais.** *Educ. rev.* [online]. 2018.

## APÊNDICE 1 – ROTEIRO DA ENTREVISTA



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO**



### ROTEIRO DE ENTREVISTA

#### EIXO I - IDENTIFICAÇÃO:

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2018

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_

Orientação sexual: \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_

Telefone: ( ) \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_

Profissão / ocupação: \_\_\_\_\_

Nível de escolaridade:

ensino médio completo

superior incompleto

superior completo

\* Especificar o curso de graduação: \_\_\_\_\_

pós-graduação incompleta

pós-graduação completa

\*Especificar o curso de pós-graduação: \_\_\_\_\_

#### EIXO II – LÍNGUA E SEXUALIDADE

1- Como foi que percebeu que era surdo?

2- Como foi seu primeiro contato com a Libras? Desde quando usa a Libras?

3- Quando se reconheceu como um sujeito gay?

#### EIXO III: AUDISMO E HOMOFOBIA

4- Você se relaciona afetivamente com surdos ou ouvintes?

5- Qual a importância da língua no processo de conhecer e vivenciar a sexualidade?

## ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nós, Sueli de Fátima Fernandes, professora doutora da pós-graduação e Thiago Boaventura, aluno da pós-graduação da Universidade Federal do Paraná queremos solicitar aos senhores responsáveis, a autorização para que o você participe da presente pesquisa intitulado **A (des)construção da identidade/diferença através da normalidade: Surdez e Homossexualidade**. Este estudo busca compreender as formas de discriminação sobre surdez e homossexualidade operam na interseccionalidade das experiências de Surdos gays. Trata-se de uma pesquisa que faz parte do programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Paraná. Pedimos que você leia com atenção a proposta de participação e, ao final, assine se estiver de acordo.

Muito obrigada por sua colaboração!

A) O objetivo desta pesquisa é compreender as formas de discriminação sobre surdez e homossexualidade operam na interseccionalidade das experiências de Surdos gays.

B) O participante estará envolvido de forma direta, uma vez que, terá participação na entrevista que será organizada com perguntas agrupadas em eixos temáticos relacionadas a suas vivências no processo de construção de identidades minoritárias, compreendendo: dados pessoais e socioeconômicos; língua(gem) e sexualidade; trajetória escolar e sexualidade; família e sexualidade; Libras e o universo de Surdos Gays.

C) Para tanto, o participante deverá comparecer na sala de aula Programa de Pós Graduação em Educação, da UFPR, instituição pública Rua Gal. Carneiro,

460 – 1º andar, Reitoria da UFPR, Ed. D. Pedro I, CEP 80.060-150 – Curitiba – PR, para participar de encontros/reuniões sobre o tema em questão, o que levará aproximadamente 4 semanas.

D) É possível que o participante experimente algum desconforto, quando da discussão de alguma das temáticas acima listadas, que não lhe agradem.

E) Existe o risco de que você sinta algum incômodo quando das discussões e demais atividade, já que este procedimento pode causar constrangimento.

F) Os benefícios esperados com o desenvolvimento dessa pesquisa estão pautados na perspectiva de que este estudo sirva de subsídio teórico e bibliográfico para outras pesquisas que sejam desenvolvidas nesta área de conhecimento, bem como possa contribuir para os Estudos Surdos e no processo de desconstruir preconceitos e discriminações que as diferenças vivenciam diariamente. Nem sempre você será beneficiado com o resultado da pesquisa, mas poderão contribuir para o avanço científico.

G) Os pesquisadores Sueli de Fátima Fernandes e Thiago Boaventura, responsáveis por este estudo poderão ser localizadas na Reitoria da UFPR, localizada na Rua XV de Novembro, 1299 - Centro, Curitiba - PR, 80060-000. Telefone: (41) (41) 3642.1657, e no email thiprofgeo@gmail.com, para esclarecer eventuais dúvidas que possam ter e fornecer-lhe as informações que queiram, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

H) A sua participação neste estudo é voluntária e se o(a) senhor(a) não quiser mais que ele fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado.

I) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas, isto é, Sueli de Fátima Fernandes – orientadora da pesquisa. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a **identidade do participante seja preservada e mantida sua confidencialidade.**

J) O material obtido – questionários, imagens, vídeos e textos – será utilizado unicamente para essa pesquisa e será devidamente destruído/descartado, ao término do estudo, dentro de 3 anos.

K) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e o(a) senhor(a) não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação.

L) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

M) Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone 3360-7259.

Eu, \_\_\_\_\_ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper a minha participação, a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Curitiba, 06 de março de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante

\_\_\_\_\_  
**Thiago Boaventura**  
(Mestrando e pesquisador responsável)

\_\_\_\_\_  
**Sueli de Fátima Fernandes**  
Professora Orientadora e pesquisadora principal responsável pelo projeto